

Alessandra Bagatim

***Personagens, Trajetórias e Histórias
das Forças Armadas de Libertação Nacional***

Dissertação de **Mestrado** apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca.

Banca

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca – DH – UNICAMP (orientador)

Prof.^a Dr.^a Maria Lygia Quartim de Moraes – DS – UNICAMP – (membro)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva – DH – UNICAMP (membro)

Suplentes

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti – DS – UNICAMP

Prof. Dr. Cláudio Batalha – DH – UNICAMP.

Fevereiro/2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

B146p **Bagatim, Alessandra**
Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de
Libertação Nacional / Alessandra Bagatim. - - Campinas, SP :
[s. n.], 2006.

Orientador: Edgar Salvadori De Decca.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN).
2. Resistência ao governo – Ribeirão Preto (SP). 3. Trabalhadores
rurais. 4. Sindicatos – Trabalhadores rurais. 5. Brasil – História –
1964-1985. I. De Decca, Edgar Salvadori. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III.Título.

(cc/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords): The National Armed Forces Liberation.
Resistance to government – Ribeirão Preto (SP).
Farm laborers.
Trade-unions – Agricultural laborers.
Brazil – History – 1964-1985.

Área de concentração: Política, Memória e Cidade.

Titulação: Mestrado em História.

Banca examinadora: Edgar Salvadori De Decca, Maria Lygia Quartim de
Moraes, Fernando Teixeira da Silva.

Data da defesa: 22/02/2006

Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional.

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo mostrar o processo de formação e a atuação de um grupo de esquerda armado dos anos 60 auto nomeado Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN).

A atuação local e isolada deste grupo que, atipicamente, desenvolveu suas ações no interior de São Paulo, na cidade de Ribeirão Preto, e a participação de trabalhadores rurais entre seus membros são características que o diferenciam dos demais.

O desenrolar da pesquisa traz uma contextualização sobre os movimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos em Ribeirão Preto no decorrer da década de 50 e, principalmente, na década de 60. Mostra os caminhos percorridos pelos integrantes do grupo, desde o momento anterior à formação da FALN até serem descobertos e presos. Destaca, por fim, a participação de alguns trabalhadores rurais no grupo e a forma como a Igreja católica local viu-se envolvida nesta trama política.

Palavras chaves: Ditadura Militar, Década de 1960, Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), Resistência Armada, Ribeirão Preto, Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais.

Characters, trajectories and the history of the National Armed Forces of Liberation (FALN)

Abstract

This research has the main objective to show the formation process and the activity of an armed left group in the 1960s, self named National Armed Forces of Liberation (FALN).

The local and isolated activity of this group that atypically developed their actions in the interior of the State of São Paulo, in the city of Ribeirão Preto, and the participation of rural workers among their members are characteristics that make this group very different from the others.

The development of the research gives us a contextualization about the social, political and economic movements that happened in Ribeirão Preto in the 1960s, mainly in the 1960s. It shows the ways traveled by the members of the group since the first moment of the FALN formation until their members be discovered and imprisoned. The research also emphasizes the participation of some rural workers in the group and how the local Catholic Church was involved in that political plot.

Key-words: Military Dictatorship, the Decade of 1960 (the 1960s), the National Armed Forces Liberation (FALN), the Armed Resistance, Ribeirão Preto, Rural Workers, Labor Unions.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa.

Ao professor Edgar de Decca, pela orientação do trabalho e por ter aceitado que ele seguisse os rumos que tomou.

À Professora Maria Lygia Quartim de Moraes e ao professor Fernando Teixeira da Silva, que contribuíram com este texto desde o Exame de Qualificação e pela presença na Banca de Defesa. À professora Maria Lygia, agradeço, ainda, por todas as oportunidades que me concedeu, e por ter permitido que eu seguisse ao seu lado por mais de quatro anos.

A Vanderley Caixe, Áurea Moretti, Mário Lorenzato, Sílvio Rego Rangel, Luiz Gonzaga da Silva, Hélio Geraldo de Freitas, Maria Aparecida dos Santos e Vicente Alessi Filho por terem tão prontamente aceitado conversar comigo e por todas as informações que me concederam.

À Matilde Leone, por ter me emprestado, gentilmente, todas as fitas contendo as entrevistas que realizou no decorrer da década de 1980 com vários integrantes da FALN. Agradeço ainda, por ela ter se disposto a doar este material para o Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH - Unicamp.

Aos funcionários dos arquivos Edgard Leuenroth, especialmente ao Mário Martins e aos funcionários do Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Incluo aqui o pesquisador Milton Carneiro Júnior, que gentilmente me cedeu seus fichamentos referentes ao jornal *A Palavra*, de Ribeirão Preto, e às Atas da Câmara Municipal da década de 1960.

A todas as amigas com as quais dividi casa, quarto, comida, brigadeiro, limpeza, contas, conversas, amizade..., que se tornaram tão importantes nesta minha passagem por Campinas e tão queridas para mim. Falo de Jane Madureira Rached, Déa Moruzzi, Flávia, Flor, Bruna Pantalena e Magali Lopez. O *George V* e a *República do Peixe* vão ficar para sempre no meu coração. Nos últimos tempos, já sem casa, Jane e Michel me receberam muito prontamente, por isso, também agradeço a vocês por toda ajuda e carinho.

Aos amigos da querida turma de 98, por vocês terem sido muito mais do que meros “*revolucionários com babacas*”. Cito aqui, especialmente, Aline Zanatta, Ana Flávia Ramos, Vanessa Tavares, Juce Simplício, Fabiana Tonin, Marcelo Chaves, Marcus de Moraes, Ricardo Pirola, Paulo da Silva, Fernando Adorno e Hugo Soares.

A Mario Augusto Medeiros da Silva, Jean Sales, Mônica Oliveira e Marcelo Chaves, que contribuíram com este texto através de sugestões, “trocas de leitura”, discussões de texto, conversas e amizade. Ao Mário, agradeço ainda a presença amiga no desenvolvimento de várias outras tarefas acadêmicas, nossos bate-papos e cafés.

À Angélica Alves, amiga de velha data, por ter me permitido o acesso a vários livros e também pela amizade e torcida. Assim como ela, cito aqui outras amigas queridas, cuja presença sempre foram importantes para mim: Lílian Ringer e Renata Rezende.

À minha querida família agradeço pelo amor, presença, torcida e, lógico, financiamento. Mamãe, papai, Márcia, André, Dani, que bom saber que vocês estão sempre por perto. Cito aqui, ainda, meus pequenos amores Luísa e Alice.

Finalmente, agradeço ao meu amor e companheiro, Joãozinho, que esteve na torcida desde o dia em que precisou procurar meu nome na lista dos aprovados no mestrado 2003, e assim permaneceu até a difícil fase de conclusão do texto. Agradeço, então, por você ter “segurando as pontas” com as saudades e a distância e por ter sempre estado ao meu lado, da forma mais paciente, leve e carinhosa possível.

SUMÁRIO

Introdução	9
-------------------	---

Capítulo 1 – Ribeirão Preto nos anos de 1950 e 1960.

1.1 – Economia Rural e seus Trabalhadores	21
1.2 – A célula do PCB de Ribeirão Preto	26
I – A formação do PCB em Ribeirão Preto	26
II – A atuação do PCB de Ribeirão Preto nos anos 50 e 60	27
1.3 – A Frente Agrária de Ribeirão Preto	36
1.4 – Os estudantes	40
1.5 – A articulação de usineiros, empresários e comerciantes locais	46

Capítulo 2 – A Caminhada

2.1 – Primeiros passos: Os personagens	57
2.2 – Caminhos Cruzados: A formação do grupo	62
2.3 – Caminhos perseguidos: A atuação do grupo	69
I - As ações não armadas	69
II – As ações armadas	74
III – As ações na área rural	79
IV – As questões teóricas	81
V - As publicações	86
• O Berro	87
• Informação Extra	90
• Você Deve Saber	92
• Prática Revolucionária	94
• Sobre os boletins	95

Capítulo 3 – Trabalhadores Rurais e a Igreja Católica

3.1 – Pondo em cena os trabalhadores rurais _____	97
I – O PCB e a questão agrária _____	97
II – O PCB de Ribeirão Preto e a questão agrária _____	102
III – A esquerda dos anos 60 e a questão agrária _____	106
IV – PCB e a FALN _____	109
V – Os trabalhadores rurais da FALN _____	111
VI – Os trabalhadores rurais na FALN _____	113
3.2 – A relação com a Igreja Católica local _____	119
I – Antecedentes Históricos _____	119
II – A Igreja Católica de Ribeirão Preto na década de 1960 _____	121
III – A Igreja é envolvida pela FALN _____	123
Considerações Finais _____	131
Anexos _____	134
Fontes _____	139
Bibliografia _____	141

INTRODUÇÃO

A formação, os propósitos e a atuação dos grupos da esquerda brasileira dos anos 60 e 70 ocorreram em uma época específica, onde questões como libertação nacional, resistência armada e revolução eram temas discutidos tanto no Brasil como em vários locais do mundo. A fim de localizar o contexto no qual os grupos da esquerda brasileira (armados ou não) atuaram, vale pontuar, de forma breve, alguns aspectos sociais e políticos daquele período.

Durante a década de 1960 várias revoluções caracterizadas como de libertação nacional estavam acontecendo ou já eram vitoriosas, como por exemplo, a Revolução Cubana de 1959, a independência da Argélia de 1962 e a guerra antiimperialista, então em curso, entre Vietnã e os EUA. Estes acontecimentos, em especial a Revolução Cubana e suas mais destacadas lideranças, Che Guevara e Fidel Castro, serviam como exemplo da possibilidade de reverter, com disciplina e armas, situações desfavoráveis e garantir a vitória aos governos revolucionários. Além disso, na América Latina, Colômbia, Venezuela e Guatemala já haviam iniciado suas guerras de guerrilhas.

1968 foi um ano de grandes manifestações e mobilização política, houve os protestos de estudantes e trabalhadores durante o famoso mês de maio na França, além das manifestações, nos EUA, contrárias à guerra do Vietnã, aspectos que contribuíam para a formação de um clima contestador dos anos 60.

Além disso, o modelo soviético de socialismo estava sendo questionado por ser muito burocrático. Seus principais opositores foram o Partido Comunista da Tchecoslováquia e o Partido Comunista Chinês, cujas atuações se tornaram fonte de inspiração e serviram de alternativa ao modelo soviético. No Brasil, estes acontecimentos repercutiram no enfraquecimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), principalmente depois do VI Congresso do partido, de 1966, quando este opta por uma luta pacífica contra a ditadura, como veremos.

Somado a estes fatores¹, a esquerda brasileira também viveu, no início dos anos 60, um momento de grande esperança e confiança na política do presidente João Goulart, pois durante seu mandato houve uma nascente democracia política, os movimentos sociais se fortaleceram, as organizações dos trabalhadores (do campo e da cidade) se politizaram, além

¹ Vale fazermos aqui uma ressalva quanto às influências destes acontecimentos mundiais para o Brasil. Hoje, há um debate grande no sentido de mostrar que embora muitos movimentos de contestação e resistência estivessem ocorrendo pelo mundo, suas influências não chegaram ao Brasil como modelos a serem seguidos sem uma readaptação à realidade brasileira, ou sem que houvesse uma autonomia política brasileira na leitura destes movimentos. Sobre este debate ver, por exemplo, REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

disso, cresceram as discussões sociais, políticas e culturais. Contemporâneo a uma época de grande agitação política e cultural, o golpe civil-militar veio impedir essa ampliação da democracia no país e dificultar a mobilização e as reivindicações de trabalhadores, camponeses, estudantes e militares de baixa patente².

É então, a partir deste contexto que as análises sobre a atuação dos grupos de esquerda precisam ser feitas. Caso contrário, estas análises podem levar a dois equivocados caminhos: a idealização e conseqüente heroicização de um período e de seus atores, ou a dificuldade em compreender a dimensão e influência que este contexto histórico exerceu em quem o acompanhou. É por isso que Marcelo Ridenti afirma que:

“Um erro que muitas vezes se incorre ao pensar as esquerdas dos anos 60 é tomá-las separadamente do contexto da época que as produziu e que tentaram transformar. De fato, fora daquelas circunstâncias específicas, parece um despropósito a opção de armar-se para iniciar a guerrilha, supostamente, o primeiro passo para realizar a revolução brasileira”.³

Flávio Tavares, militante do grupo MAR (Movimento de Ação Revolucionária), em seu livro de memórias discute esta mesma questão quando afirma que “*é impossível ou, pelo menos enganoso, tentar explicar com os olhos e a realidade de hoje o que víamos com os olhos de ontem, na realidade de ontem*”⁴.

Assim, é importante conhecermos o contexto da época para podermos entender a existência e atuação destes grupos, percebendo-os dentro de “parâmetros historicamente finitos e humanos”⁵. É justamente a partir de parâmetros finitos e humanos que este trabalho quer apresentar um dos grupos da esquerda armada dos anos 60, ou da chamada nova esquerda, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN).

Se, como dissemos acima, a existência e atuação destes grupos só podem ser inteligíveis quando conhecemos o contexto no qual eles estavam inseridos, julgo que para o caso da FALN⁶ este seja um aspecto ainda mais importante, já que este grupo foi formado e atuou de maneira isolada em Ribeirão Preto, interior de São Paulo; teve uma das menores faixas etárias e contou com alguns trabalhadores rurais entre seus membros. Além disso, a FALN foi uma organização cujas ações tiveram uma projeção local.

² Sobre estas circunstâncias históricas ver RIDENTI, Marcelo. “Que história é essa?”. In: *Versões e ficções: o seqüestro da história*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 1997, p. 12-13.

³ Idem. *Ibidem*. p. 12.

⁴ TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*, São Paulo: Globo, 1999, p. 187.

⁵ Apud RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, p. 21.

⁶ Embora o nome do grupo seja escrito no plural, irei me referir a ele sempre no singular, primeiro porque me refiro à organização FALN; depois, porque os próprios membros do grupo a tratam no singular.

Embora hoje alguns trabalhos importantes já tenham sido realizados sobre a FALN, as características destacadas acima, no geral, contribuíram para que sua atuação recebesse um destaque menor dentro do quadro onde se desenvolveram os demais grupos de esquerda.

Marco Aurélio Garcia foi o primeiro autor a fazer uma análise sobre a formação e atuação da nova esquerda nos anos 60, a partir de uma série de artigos publicada pelo jornal *Em Tempo*⁷. O primeiro deles, sob o título *Quem é quem na esquerda brasileira*⁸, trazia um organograma mostrando a procedência de cada grupo, suas cisões, uniões e principais características e, embora a FALN tenha se originado a partir de uma cisão com o PCB de Ribeirão Preto, ela não foi incluída no organograma montado por Garcia.

Foi com o livro *Brasil: Nunca Mais*, de 1985, que a FALN foi incluída nos trabalhos referentes à atuação da esquerda dos anos 60. Este livro teve como propósito divulgar parte das informações compiladas entre os 707 processos movidos contra as organizações de esquerda dos anos 60 e 70 e que formam hoje a *Coleção Brasil: Nunca Mais* (BNM).⁹

O processo 198/69 (na Coleção BNM decodificado como processo 65) foi movido contra os integrantes da FALN, por isso, o livro em questão faz uma pequena menção ao grupo, que aparece sob a classificação de ter tido uma “importância mais limitada”¹⁰ dentro do quadro onde atuaram as esquerdas dos anos 60 e 70.

Depois deste trabalho houve a publicação *Perfil dos Atingidos*¹¹, livro que também compõe a coleção *Brasil: Nunca Mais*. Nele a atuação da FALN aparece de forma mais bem traçada, mas a análise continua a classificá-la como uma organização limitada, já que insinua um despreparo dos membros do grupo e uma ingenuidade da parte deles em relação a seus

⁷ GARCIA, Marco Aurélio. “Contribuições à história da esquerda brasileira”. In: *Em Tempo*, números 76-89, agosto a novembro de 1979.

⁸ Idem, *Ibidem*, nº. 77, 16 -22 de agosto de 1979.

⁹ A Coleção BNM existe graças a uma brecha na Lei de Anistia (1979) que permitia que os advogados dos presos políticos pudessem retirar dos arquivos dos Superiores Tribunais e das Auditorias Militares, os processos referentes aos seus clientes. Muitos destes advogados, junto a uma equipe comandada, principalmente pela Arquidiocese de São Paulo e pela Promotoria Pública de São Paulo, iniciaram um trabalho de cópia deste material. O trabalho, feito de forma clandestina, visava impedir que estas fontes desaparecessem. Como resultado formou-se a Coleção BNM, composta por 707 processos completos e pouco mais de 20 processos incompletos.

¹⁰ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. *Brasil: Nunca Mais. Um relato para a história*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 97. Além da FALN, o grupo Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE) e as Dissidências de Brasília e de São Paulo também são classificados como grupos de importância mais limitada.

¹¹ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. *Perfil dos atingidos*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988, p. 87-89.

propósitos. Segundo o livro, o grupo se baseava em uma “(...) *estrutura simplificada de coordenação e escalões*”¹².

Em 1989, com *Combate nas Trevas*, foi a vez de Jacob Gorender fazer sua análise sobre a FALN. Neste livro, Gorender traçou um panorama dos movimentos sociais no Brasil do pré-1964; mostrou os atritos pelo qual passou o PCB, principalmente após 1964 e trouxe informações gerais sobre várias organizações de esquerda surgidas após o golpe. A FALN aparece no momento em que Gorender fala sobre sua experiência no Presídio Tiradentes, já que o autor esteve preso na mesma cela em que estiveram alguns dos integrantes deste grupo. É uma referência curta, não mais que dois parágrafos, que se detêm, basicamente, na composição social da organização e na história de madre Maurina, envolvida no processo contra a FALN. A referência de Gorender, contudo, marcou a FALN porque ele a classificou como “(...) *o jardim de infância das organizações de esquerda armada do pós-64*”¹³. Ainda hoje, esta é uma expressão que suscita debates entre os integrantes da FALN.

Marcelo Ridenti, em seu *O fantasma da revolução brasileira*, busca “*desvendar o significado e as raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, especialmente dos armados, entre 1964-1974*”¹⁴. Para isto, o autor, inicialmente, se encarrega de mostrar o processo de cisão sofrido pelos grupos de esquerda que existiam antes de 1964, através da construção de um organograma, onde, desta vez, a FALN é incluída; mostra ainda quais foram as coordenadas que delinearam as linhas políticas destas novas organizações.¹⁵ A partir daí Ridenti analisa a composição social das organizações e partidos de esquerda, baseando-se no acervo da Coleção *Brasil: Nunca Mais*. Ressalta a participação de artistas, estudantes, operários, camponeses, mulheres e militares de baixa patente, e mostra o quanto cada um destes setores conseguiu, ou não, uma inserção e uma representação significativa nos grupos e nos partidos de esquerda. É desta forma que a FALN, por algumas vezes, aparece no trabalho, principalmente quando Ridenti faz referência à participação dos trabalhadores rurais, ou analisa a faixa etária dos militantes. Devido ao resultado que mostra a baixa idade dos membros da FALN, Ridenti conclui ser este o motivo que levou Jacob Gorender a classificá-la como *jardim de infância da esquerda armada*.

¹² PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. *Perfil dos Atingidos*, p. 88.

¹³ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, p. 220.

¹⁴ RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 15.

¹⁵ Para se estruturarem, os novos grupos de esquerda debatiam, principalmente, em torno de três coordenadas. A primeira delas dizia respeito ao caráter da revolução brasileira, cujo objetivo era saber se esta deveria ser uma revolução burguesa e de libertação nacional, ou uma revolução socialista. A forma ideal de luta para se chegar ao poder era outra das coordenadas discutidas, através dela concluíam se havia ou não a necessidade de um partido, se o comando a ser seguido deveria privilegiar o político ou as armas, etc. Por fim, as discussões giravam em torno das formas de luta revolucionária, a fim de saber se esta deveria ser pacífica ou armada. Ver: GARCIA, M. A. *Op. cit.*, nº 81, 13 a 19 de setembro de 1979 e RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 41-43.

Ridenti também se refere à FALN como sendo uma “(...) *pequena organização, logo destruída pela polícia (...) [com] expressão meramente local e fugacidade de existência*”¹⁶, mas, foi com este trabalho que a destacada presença dos trabalhadores rurais na FALN foi anunciada pela primeira vez, aspecto que, a partir de então, seria usado para mostrar a importância da organização. Isto porque, de uma maneira geral, todas as organizações de esquerda tinham como pressuposto a presença de trabalhadores rurais entre seus membros, já que acreditavam que seria através deles que se chegaria à guerrilha rural (outro pressuposto comum entre estes grupos). Ainda assim, se nos basearmos em números e dados estatísticos, veremos que poucos foram os trabalhadores rurais envolvidos entre os grupos da nova esquerda. Desta forma, julgo que o trabalho de Ridenti permitiu uma abertura para que a atuação da FALN pudesse ser revista, tanto por estudiosos do período como por seus próprios membros.

A partir dos últimos anos da década de 1990, alguns trabalhos com objetivos voltados unicamente para a atuação da FALN foram realizados, foi somente então que este grupo foi ganhando maior destaque na bibliografia específica sobre o período. O primeiro trabalho foi o livro *Sombras da Repressão*¹⁷, da jornalista Matilde Leone, que conta a história de atuação e desmantelamento da FALN através das falas e memórias de seus integrantes. Para isso, a autora realizou um exaustivo trabalho de coleta de entrevistas com vários integrantes do grupo¹⁸, com dois delegados e um policial¹⁹ que atuavam em Ribeirão Preto na década de 1960 e com algumas pessoas da cidade que, indiretamente, tiveram algum envolvimento com a FALN²⁰.

Através da transcrição quase literal de trechos das entrevistas, o livro vai mostrando a interpretação dada por cada entrevistado a respeito da atuação da FALN. Os conflitos entre estes pontos de vista, contudo, não são explorados e nem são feitas análises sobre estas memórias. Segundo Leone, seu objetivo era mostrar a história da FALN a partir do olhar de quem a viveu, dando certa ênfase à história de madre Maurina e a forma como ela foi envolvida no grupo.

¹⁶ RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 223.

¹⁷ LEONE, Matilde. *Sombras da Repressão. O outono de Maurina Borges*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

¹⁸ Foram entrevistados por Matilde Leone: Vanderley Caixe, Áurea Moretti Pires, Mário Lorenzato, Magno Dadonas, Sílvio Rego Rangel, Edson Bulamah, Vicente Alessi Filho, Néelson Agenor Toneto, Djalma Quirino de Carvalho, Mário Bugliani, Guilherme Simões, Vanderlei Fontellas, madre Maurina Borges da Silveira.

¹⁹ Trata-se dos delegados Salin Nicolau Mina e Renato Ribeiro Soares e do ex-policial Félix

²⁰ É o caso, por exemplo, do advogado Said Issa Halah; de Maria Aparecida dos Santos, que atuou na ALN, em Ribeirão Preto; de Nazareno Ciavata, membro do PCB local na década de 1950, Irineu de Moraes, entre outros.

Para encadear estas entrevistas, Leone cria dois personagens²¹. O primeiro é a jornalista Raquel que, no livro, é quem realiza as entrevistas. Através de Raquel, Leone mostra os passos por ela percorridos, as dificuldades encontradas, assim como a impressão que cada entrevistado lhe causou. O segundo personagem é um jovem mexicano, chamado Felipe, que chega à cidade de Ribeirão Preto tentando buscar indícios de sua própria história. Por meio deste personagem, Leone põe em discussão a polêmica sobre a possível gravidez de madre Maurina, que teria sido violentada sexualmente em uma sessão de tortura; dados estes nunca confirmados. Seu filho teria nascido no México, para onde Maurina foi após o seqüestro do cônsul japonês²².

As entrevistas são, sem dúvida, a principal fonte para o trabalho, mas nele também estão presentes algumas matérias de jornais publicadas sobre o grupo, no final da década de 1960. Além disso, o livro traz um *Apêndice* com o texto da *Sentença* dos integrantes da FALN, que faz parte do processo 198/69, movido contra a organização.

Em 1999, ano seguinte ao da publicação do livro de Matilde Leone, dois outros trabalhos sobre a FALN foram produzidos. O primeiro foi feito por Ana Paula Pinheiro e Ana Regina Tomicioli, estudantes de jornalismo da Universidade Estadual Paulista de Bauru. O *preço da luta*²³, como foi chamado, se propôs a entender a postura da Igreja Católica de Ribeirão Preto durante a década de 1960, principalmente saber como a igreja se posicionou quando madre Maurina foi presa sob acusação de envolvimento com o grupo.

Por causa desta ligação entre madre Maurina e a FALN, as autoras realizaram várias entrevistas com os integrantes do grupo, entre eles podemos destacar Áurea Moretti, Mário Lorenzato, Vanderley Caixe e Luiz Gonzaga da Silva. Além dos integrantes do grupo, as autoras também procuraram os padres que trabalhavam em Ribeirão Preto no período dos acontecimentos, mas, segundo relatam, o acesso foi difícil, e quando conseguiram, receberam declarações genéricas e informações já conhecidas. As entrevistas foram a principal fonte utilizada para a realização desta pesquisa, embora elas também tenham trabalhado com o jornal da arquidiocese de Ribeirão Preto *Diário de Notícias*.

²¹ O livro é classificado como "Romance Histórico", justamente por causa da criação destes dois personagens.

²² Madre Maurina Borges da Silveira saiu do Brasil em 1970, quando foi trocada, contra a sua vontade, pelo cônsul japonês Nobuo Okuchi, que havia sido seqüestrado pelas organizações VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e REDE (Resistência Democrática). Maurina voltou para o Brasil na década de 1980.

²³ PINHEIRO, Ana Paula Araújo & TOMICOLI, Ana Regina Bula. *O preço da luta – a igreja católica como ponto de partida*. Bauru, 1999. Mimeo.

O segundo trabalho concluído em 1999 foi elaborado por Maria Cecília de Oliveira Adão²⁴. Interessada na discussão sobre a participação feminina no movimento armado dos anos 60, Maria Cecília trabalha, especificamente, com a atuação de Áurea Moretti na FALN. Este é um estudo bem específico, cujo debate está mais voltado para uma discussão de gênero do que de militância política, muito embora este último tema esteja presente. Também nesta pesquisa a autora optou por trabalhar a partir de uma entrevista feita com Áurea Moretti Pires.

Marcelo Botosso dedicou sua dissertação de mestrado à história do grupo e o resultado foi elaboração de *A guerrilha ribeirão-pretana. História de uma organização armada revolucionária*. Nas palavras do autor, o trabalho se propôs a “*historiar um dos vários grupos políticos brasileiros que assumiram a luta armada como o único caminho para realizar a tão ansiada revolução social*”.²⁵ Botosso narra as passeatas ocorridas em Ribeirão Preto no ano de 1966, mostra como se deu a formação do grupo e como o jornal *O Berro* foi importante neste sentido, apresenta as ações feitas pelo grupo e também se dedica a mostrar os caminhos percorridos por madre Maurina desde sua chegada em Ribeirão Preto até ser presa e enviada para o México.

Um dos questionamentos levantados por Botosso diz respeito ao grau de consciência que os membros do grupo tinham ao envolverem-se na luta armada. Ele questiona: “*(...) ao tornarem-se guerrilheiros revolucionários, os militantes da FALN sabiam o que estava por vir?*”²⁶, e chega a conclusão de que: “*ao assumirem a luta revolucionária como instrumento de mudança, os guerrilheiros da FALN talvez se esqueceram de que o inimigo era o próprio Estado, o mesmo que estabelecia a ordem jurídica-constitucional que combatiam*”.²⁷

Entendido assim, Botosso trabalha com o despreparo político dos membros da FALN e, de certa forma, compactua com as idéias de “*jardim de infância*” e “*importância limitada*” do grupo, como apontou o debate discutido anteriormente. Ele não entra no âmbito dos possíveis motivos deste “despreparo”, ou se tal característica era comum a outros grupos de esquerda.

A discussão mais importante do trabalho aparece no momento em que Botosso se propõem a mostrar que apesar da FALN ter rompido com o PCB, sua forma de luta carregava a concepção revolucionária etapista do partido. Primeiro, porque o grupo acreditava na união de

²⁴ ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. *Memória da militância. A resistência feminina ao período militar. (Ribeirão Preto: 1965/1971)*. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Franca, 1999.

²⁵ BOTOSSO, Marcelo. *A guerrilha ribeirão pretana: história de uma organização armada revolucionária*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, p. 9.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 47.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 50.

todas as forças na luta contra o regime autoritário e, depois, porque o principal objetivo da FALN era a luta contra a ditadura²⁸, ficando relegada para uma segunda etapa a luta pela revolução socialista. Acredito, contudo, que estas são características presentes em grande número das organizações armadas que militavam neste momento, não sendo uma característica peculiar do grupo de Ribeirão Preto, além disso, esta é uma ambigüidade possível, já que a direção da FALN havia militado no PCB e carregava ensinamentos vindos do partido, por fim, vale destacar também que o principal conflito entre o PCB e os militantes da FALN era a opção pela via pacífica de luta, defendida pelo partido.

Assim como os demais trabalhos apresentados acima, Botosso realizou entrevistas, além disso, consultou o processo movido contra a FALN e os jornais locais que circulavam em Ribeirão Preto nos anos de 1960.

Em 2002, também escrevi uma monografia sobre a atuação da FALN²⁹. O trabalho, na verdade, deu início a uma discussão que pretendo concluir com esta dissertação. Entre os aspectos que diferenciaram minha monografia dos demais trabalhos está meu objetivo em analisar até que ponto a idéia de “jardim de infância” trabalhada por Gorender, poderia fazer sentido ou não. Também analisei o conteúdo de alguns exemplares do jornal *O Berro*, questão que, até então, não havia sido trabalhada.

Agora, a pesquisa e leitura feitas para a realização desta dissertação me trouxeram novos elementos para aprofundar algumas questões já levantadas em minha monografia e também para rediscutir questões levantadas em trabalhos anteriores.

Uma das características que diferenciam a atuação da FALN é o fato deste grupo ter se formado longe das capitais. Houve, sem dúvida, movimentos de resistência espalhados pelo interior dos estados brasileiros, mas geralmente estes grupos eram células das organizações da capital agindo no interior. Vamos acompanhar estes dados através da tabela montada por Marcelo Ridenti referente ao número de pessoas processadas de acordo com seu local de residência. Para construir a tabela, selecionei apenas quatro dos 26 estados trabalhados pelo autor.

²⁸ Botosso faz tal afirmação baseado-se nas entrevistas que realizou com os membros da FALN.

²⁹ BAGATIM, Alessandra. *Forças Armadas de Libertação Nacional. O grupo de esquerda armado ribeirão-pretano (1967-1969)*. Monografia. Campinas: Setor de Publicações IFCH - Unicamp. 2002. Monografia premiada no XI Concurso de Monografias de alunos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

<u>Estado</u>	<u>Residentes nas capitais</u>	<u>Residentes no interior</u>	<u>Porcentagem dos residentes no interior</u>
Bahia	169	68	28%
Minas Gerais	402	171	29,8%
Rio de Janeiro	1.210	364	23%
São Paulo	967	535	35,6%

Fonte: Coleção BNM. *Apud:* Ridenti, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, p. 240/241.

Vemos, então, que o interior teve uma participação importante, especialmente o estado de São Paulo. Porém, se acompanharmos o histórico dos processos referentes à participação específica do interior paulista, veremos que estes números se explicam, como foi dito acima, pela atuação de organizações da capital que agiam no interior. Por exemplo, o processo 67 da Coleção BNM é referente à atuação da VPR na cidade de Santos; o processo de número 70, fala sobre a atuação da ALN através do movimento estudantil na Universidade Estadual de Campinas; já o processo 72 diz respeito à atuação da AP no ABC Paulista e na cidade de Mauá; por fim, vale citar o processo 97, referente à atuação de uma célula da ALN em Ribeirão Preto³⁰.

É por isso que o livro *Perfil dos Atingidos* dá ênfase ao fato da FALN ter sido “(...) provavelmente, a única organização clandestina brasileira que não se formou a partir das capitais”³¹, Marcelo Botosso, em sua dissertação traz a mesma informação³², Gorender fala que o grupo se conservou autônomo³³ e Ridenti destaca a “expressão meramente local”³⁴ da FALN. A partir deste debate podemos nos debruçar sobre a seguinte questão: havia elementos na cidade de Ribeirão Preto dos anos 60 que permitiram a formação da FALN? Quais eram estes elementos?

O objetivo do Capítulo 1 desta dissertação é se inserir neste debate através da contextualização de alguns aspectos políticos, econômicos e sociais da cidade de Ribeirão Preto na década de 1950 e principalmente na década de 1960. Veremos que neste período Ribeirão Preto já representava economicamente uma das regiões de maior destaque para o país, com uma forte economia rural e comercial, além de um importante setor de prestação de

³⁰ Coleção *Brasil: Nunca Mais*, Tomo II - Volume I; SILVA, Mário A. Medeiros da & BAGATIM, Alessandra. *Documentos e memórias da repressão militar e da resistência política (1964-1982)*. Relatório final de Pesquisa - CNPq, 2003. Orientadora: Maria Lygia Quartim de Moraes. Este relatório foi feito após um longo trabalho de coleta de dados sobre a repressão sofrida pelo estado de São Paulo. Entre outras informações, levantados o nome de todos os atingidos neste estado, suas idades e profissões. Também montamos um quadro com o nome dos torturadores, cargos que exerciam e em quais locais atuavam. Por fim, a pesquisa levantou ainda o nome de todos os mortos e as condições em que morreram.

³¹ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. *Perfil dos atingidos*. p. 87.

³² BOTOSSO, M. *Op. cit.*, p. 6.

³³ GORENDER, J. *Op. cit.*, p. 220.

³⁴ RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 223.

serviços – especialmente os hospitalares e educacionais. Este cenário econômico trazia a presença de trabalhadores rurais, estudantes, médicos, jornalistas, usineiros, comerciantes e empresários, e alguns deles se envolveram, cada uma a seu modo, nos movimentos político-sociais tão presentes e crescentes nos primeiros anos da década de 60. Além disso, vale ressaltar aqui, que a cidade contava com a presença de um núcleo do PCB desde 1923. Certamente, a atuação deste partido na cidade teve momentos de crise e outros de fortalecimento, mas no período anterior ao golpe de abril de 1964, sem dúvida, este partido teve papel importante, como veremos.

No Capítulo 2 o objetivo é traçarmos a história de formação e atuação da FALN. Tentaremos acompanhar a caminhada dos integrantes do grupo, desde a fase que antecede a sua formação até o momento em que eles são descobertos e presos. Para isso, primeiro seguiremos a trajetória destes integrantes mostrando em quais espaços estavam inseridos antes que essa organização existisse e a forma como atuavam dentro destes espaços. Depois, seguindo ainda as trajetórias individuais, mostraremos como seus caminhos se cruzam e passam a compor um projeto comum. Na terceira parte do capítulo daremos destaque às ações realizadas pela FALN, incluindo a análise de suas publicações.

Por fim, o Capítulo 3 mostrará o envolvimento de dois importantes atores políticos com o grupo: os trabalhadores rurais e alguns membros da Igreja Católica local. No caso dos trabalhadores rurais, há vários trabalhos que apontam a participação deste segmento social na FALN. Gorender cita este aspecto em seu texto³⁵; Ridenti, por sua vez, mostra que guardadas as proporções, a FALN foi o grupo com o maior envolvimento de trabalhadores rurais³⁶, característica ressaltada também por Botosso³⁷. Por isso, neste capítulo teremos a preocupação de mostrar quais caminhos nos ajudam a explicar esta participação.

O motivo de trabalharmos com a Igreja Católica é que a atuação do grupo envolveu em sua história madre Maurina Borges. Madre Maurina acabou sendo considerada pelos órgãos policiais um membro do grupo e por isso foi presa e teve sua história noticiada na imprensa local e nacional como sendo uma terrorista perigosa. Esta prisão acarretaria em movimentos importantes por parte da Igreja Católica local, como a excomunhão dos dois delegados de polícia de Ribeirão Preto, responsáveis pelo Inquérito Policial.

Acredito que embora esta dissertação volte a falar de um tema já discutido em outros trabalhos, ela contribui e também se diferencia deles em alguns aspectos. Em primeiro lugar,

³⁵ GORENDER, J. *Op. cit.*, p. 220.

³⁶ RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 223.

³⁷ BOTOSSO, M. *Op. cit.*, p. 6.

porque ela contextualiza os movimentos político-sociais ocorridos na região de Ribeirão Preto antes ainda que qualquer idéia sobre a FALN existisse e mostra como estes movimentos foram importantes para a própria existência do grupo. Ou seja, mostra que naquele contexto a possibilidade de formação de um grupo de resistência clandestino era possível. Além disso, ela também apresenta a forma como os membros do grupo foram se conhecendo e se organizando em um objetivo comum, apontando para isso, a importância que teve o PCB local e o movimento estudantil da cidade. Os jornais produzidos pelo grupo e sempre citados nos outros trabalhos, foram aqui analisados.

Por fim, a contribuição mais importante deste texto seja, talvez, a questão da presença dos trabalhadores rurais. Aqui, pela primeira vez, é possível conhece-los através de seus nomes, locais de trabalho e formas de luta, percebendo ainda, quais caminhos os levaram ao grupo.

Para a elaboração do trabalho as fontes selecionadas foram: o processo 65 da Coleção *Brasil: Nunca Mais*, alguns documentos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), referentes à cidade de Ribeirão Preto e a FALN. Alguns exemplares do jornal de Ribeirão Preto *Diário da Manhã*, além de entrevistas realizadas por Matilde Leone, por Cliff Welch e por mim com personagens que estiveram ligados à FALN direta ou indiretamente.

As fontes nas quais se baseiam os trabalhos feitos sobre a FALN, incluindo o presente, se assemelham porque é difícil realizar uma pesquisa sobre grupos de esquerda dos anos 60 sem percorrer, ao menos, dois caminhos: a consulta à Coleção BNM e as entrevistas.

Para os pesquisadores que estudam o período da ditadura civil-militar no Brasil, a consulta ao BNM é um caminho quase obrigatório porque esta fonte tem a especificidade de preservar arquivos de um regime de força³⁸. Porém, as informações ali contidas se basearam em declarações feitas a partir de violentas sessões de tortura ou são informações forjadas pelos próprios agentes de repressão, por isso muitas vezes tais documentos falam mais sobre o funcionamento e a lógica das instituições repressoras do que sobre as organizações ou os militantes de esquerda.

³⁸ A preservação de documentos referentes a um regime autoritário é um acontecimento raro. Foi justamente pensando nessa exceção do caso brasileiro que o norte-americano Lawrence Weschler escreveu o livro *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores* (São Paulo: Cia das Letras, 1989). Este autor justifica a sobrevivência desta documentação devido a três questões: a tradição ibérica de guardar e documentar; a certeza da impunidade por parte dos autores de atos ilegais e o fato de que o período havia se revestido de uma legalidade que não poderia ser questionada a posteriori, questões que, até agora, têm se mostrado pertinentes.

Assim, outras duas fontes se mostram como complemento importante ao BNM: os documentos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e a realização de entrevistas. O primeiro é um material produzido pelos órgãos policiais e assumido como tal, com o propósito de vigiar e levantar informações sobre todas as pessoas e instituições consideradas suspeitas e perigosas para a manutenção da chamada ordem social. Assim, nesta documentação é possível encontrar relatórios sobre a vida de pessoas, materiais considerados subversivos, entre outras coisas. Vale ressaltar que nenhum dos trabalhos anteriormente realizados sobre o grupo consultou esta documentação.

Por fim, temos as entrevistas. Sabemos que há um debate amplo sobre os benefícios e as deficiências deste tipo de material, mas não me proponho aqui a entrar neste debate, gostaria apenas de ressaltar a maneira como irei trabalhar com esta documentação. Em primeiro lugar, este material foi usado para complementar as fontes escritas e vice-versa, ajudando a realçar contrastes ou valorizar pontos de vista comuns.

Em segundo lugar, as fontes orais nos ajudaram a atingir os detalhes, as particularidades que, muitas vezes, não aparecem nas fontes escritas. Segundo Gwyn Prins “*a história oral é a que melhor reconstrói os particulares triviais das vidas das pessoas comuns para aqueles que desejam realizar isso*”.³⁹ Então, como nos propusemos a seguir as trajetórias dos integrantes da FALN, a história oral entrou neste trabalho, também com o sentido colocado acima, o de contribuir para a reconstrução das particularidades de cada militante.

Sabemos, ainda, que as memórias se tornam uma auto-representação já que novos fatores estarão presentes durante a produção da memória, como, por exemplo, as novas imagens, idéias e experiências que o narrador teve no decorrer de sua vida. Além disso, o lugar de onde fala cada narrador conduz sua fala pelos caminhos da idealização e/ou da depreciação. Por todas estas razões, tentaremos ter cuidado ao utilizarmos dos depoimentos e sempre situaremos o lugar de onde fala cada entrevistado.

³⁹ PRINS, Gwyn. “História Oral”. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, 192.

CAPÍTULO 1 – RIBEIRÃO PRETO NOS ANOS 1950 E 1960

1.1 – Economia rural e seus trabalhadores

Situada à aproximadamente 300 km da capital paulista, a cidade de Ribeirão Preto, desde o fim do século XIX, foi se estabelecendo como importante centro econômico do país, especialmente em relação à economia agrária.

No final do século XIX, por volta de 1880, o ciclo do café chegou à região. Segundo Sebastião Geraldo⁴⁰, a cultura do café deu o primeiro grande impulso para o desenvolvimento econômico local, além disso, ela foi alterando, significativamente, o perfil da região. Por causa do café, os trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro⁴¹ atingiram Ribeirão Preto em 1883, e por eles chegaram um grande número de imigrantes.

Para se ter uma idéia das transformações ocorridas na região entre o final do XIX e início do XX, podemos destacar que em 1890, a população local era de 12.033 habitantes, sendo que 1.182 deles eram estrangeiros; doze anos depois, em 1902, a população chegou a 52.900 habitantes, e destes 33.189 eram estrangeiros, principalmente italianos (21.765).⁴²

Não iremos nos alongar aqui sobre as características e desdobramentos desta época que foi mudando o perfil da região, especialmente da cidade de Ribeirão Preto e fazendo dela uma das cidades de maior importância para a economia do país. Porém, foi após o período de crise da produção cafeeira, que o cultivo de um outro produto agrícola garantiu que a região de Ribeirão Preto continuasse assumindo um papel de destaque na economia agro-industrial do país: a cana-de-açúcar.

A crise econômica mundial de 1929 foi um dos principais fatores de desestabilização da economia cafeeira. É verdade que as conseqüências desta crise não foram sentidas imediatamente na região de Ribeirão Preto, principalmente devido à política protecionista do governo federal, tanto que em 1935 a região atingiu o máximo de sua produção⁴³. Porém, foi no

⁴⁰ GERALDO, Sebastião. *Comunicação Oral: o resgate da memória proletária em Ribeirão Preto*. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação e Artes. USP, 1990, p. 13.

⁴¹ Entre as várias estradas de ferro construídas no estado de São Paulo estava a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, criada por um grupo de agricultores. Seu percurso começou em Campinas, chegou em Mogi Mirim em 1875 e de lá seguiu para Casa Branca (1878), até atingir São Simão e chegar a Ribeirão Preto em 1883. Em Ribeirão Preto ela bifurcou-se em duas linhas paralelas, uma seguiu em direção à Orlandia, Ituverava e Igarapava; outra foi para Batatais, até atingir Franca. Ambas penetravam ao norte do estado de Minas Gerais e se encontravam em Uberaba.

⁴² GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 15.

⁴³ Idem. *Ibidem*. p. 25.

decorrer da década de 30 que ocorreu uma diversidade no cultivo de produtos como o algodão, frutas cítricas, arroz, feijão, amendoim, entre outras.

Quando a produção cafeeira foi dando sinais mais evidentes de sua crise, um rearranjo na estrutura fundiária - que havia começado timidamente na década de 30 – se intensificou. A CAIAC (Companhia Agrícola de Imigração e Colonização) ⁴⁴ foi uma das principais responsáveis pelo loteamento das fazendas de café em Ribeirão Preto. Segundo Sebastião Geraldo, estas mudanças da estrutura fundiária e dos produtos cultivados são o momento embrionário dos usineiros. Muitos destes lotes de terra foram comprados, alguns anos depois, por estes usineiros, e um novo rearranjo de terras foi se desenhando no interior paulista.

Podemos dizer que o ciclo da cana-de-açúcar se inicia na região de Ribeirão Preto na década de 1940. Na cidade de Sertãozinho, por exemplo, em 1944, a área cultivada de cana já era maior que a área cultivada com o café ⁴⁵. Dez anos depois, ela representava três vezes o total das terras ocupadas pelo café e o algodão juntos ⁴⁶.

A partir daí, os números de produção e venda do açúcar assumiram valores muito altos. Em 1950, por exemplo, quando a plantação de café ainda superava a da cana nas terras cultivadas de Ribeirão Preto ⁴⁷, 18 usinas localizadas em um raio de 50 km desta cidade já funcionavam e produziam 13% do total fabricado no estado de São Paulo ⁴⁸. Quando os EUA impuseram o boicote aos produtos cubanos, o Brasil tornou-se um vendedor de açúcar para os norte-americanos. Em 1962, o açúcar brasileiro exportado para os EUA representava 6.4% do total de açúcar comprado por este país. Isto exigiu que as usinas produzissem ao máximo. Na usina São Geraldo, de Sertãozinho, por exemplo, a produção anual subiu de 150.000 sacas de 60kg para mais de 400.00 sacas, no ano de 1964, e a partir de então, a produção cresceu cada vez mais ⁴⁹.

⁴⁴ Segundo Sebastião Geraldo, a CAIAC foi criada pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro, em 1934, com o objetivo de fazer com que as fazendas de café decadentes continuassem a ser zonas de produção e de circulação de mercadorias. Para isso, contudo, a produção foi diversificada e as grandes fazendas foram sendo loteadas. A Fazenda Dumont, por exemplo, uma das maiores da região, que tinha 14.739, 03 hectares foi dividida em 249 lotes. GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 27/28.

⁴⁵ Idem. *Ibidem.* p. 31. HASSE, Geraldo. *Maurílio Biagi. O sementeiro do sertão.* [Ribeirão Preto?]: Céu e Terra, 2003, p. 189.

⁴⁶ WELCH, Cliff. *The seed was planted. The São Paulo roots of brazil's rural labor movement, 1924 – 1964.* Liverpool: Liverpool University Press, 1999, p. 237.

⁴⁷ Em 1960 o café ocupava 8,776 ha. das terras cultivadas em Ribeirão Preto e a cana ocupava 5,359 ha.; em 1962, esta situação já havia se invertido, porque a cana já tomava 10,850 ha. das terras cultivadas, enquanto o café ficava com 4,923 há. GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 32.

⁴⁸ MICELI, Paulo. *Era uma vez em Sertãozinho...* São Paulo: Nobel, 1984, p. 59.

⁴⁹ WELCH, Cliff. *Op. cit.*, p. 237.

A primeira usina de açúcar construída na região de Ribeirão Preto foi a São Martinho, localizada na cidade de Pradópolis e comprada na década de 50 pela família Ometto ⁵⁰. Outras importantes usinas da região localizavam-se no município de Sertãozinho, que abrigada cinco delas: Usina Albertina (família Marchesi); Usina Santa Elisa (família Biagi); Usina Santo Antônio (família Balbo); Usina São Francisco (família Balbo) e Usina São Geraldo (família Simioni); enquanto em Ribeirão Preto havia uma usina, a Santa Lydia e uma destilaria chamada Galo Bravo.

Com o crescimento cada vez maior da produção de açúcar, era necessário um grande número de trabalhadores rurais. Em 1959, por exemplo, de acordo com o recenseamento, havia cerca de dez mil empregados rurais morando e trabalhando nas cidades de Sertãozinho, Barrinha e Pontal ⁵¹. A maioria destes trabalhadores havia sido colono nas antigas fazendas de café, e agora tinha que se readaptar às novas condições de trabalho. Quando colonos, cada trabalhador era responsável por cuidar de 3 a 4 mil pés de café, depois, todos juntos, faziam a colheita. Com a tarefa concluída, era permitido que eles cuidassem de um pedaço de terra a que tinham direito ⁵².

A cultura canavieira, contudo, fez grandes alterações nas relações de trabalho da mão de obra rural. Em primeiro lugar, houve uma diversidade de tipos de trabalho. Havia os trabalhadores rurais assalariados, também chamados de *camaradas*, que recebiam por dia de trabalho e cujo descanso semanal não era remunerado. Eles realizavam várias tarefas como a capinagem, construção de cercas, plantações, corte de cana, etc. Além dos assalariados, havia os arrendatários, que “alugavam” um pedaço de terra dos grandes proprietários e trabalhavam nestas terras para conseguir o seu sustento, o arrendatário pagava ao dono da terra em dinheiro. Já os chamados parceiros, meeiros e terceiros também cuidavam de um pedaço de terra alugada, mas o pagamento ao seu proprietário era feito por espécie. Por fim, podemos citar os pequenos proprietários, que eram donos de pequenas propriedades, de onde retiravam seu sustento.

Estas mudanças pioraram muito as condições de vida destes trabalhadores rurais. As leis trabalhistas conquistadas pelos trabalhadores urbanos não se estenderam ao campo, e isto fazia com que eles ficassem em uma situação muito desfavorável: os arrendatários e os parceiros, meeiros e terceiros queriam a obtenção de créditos, um preço justo para a venda de seus produtos, etc., ao passo que os assalariados queriam a redução do número horas

⁵⁰ Idem. *Ibidem*, p. 277.

⁵¹ Idem. *Ibidem*. p. 238.

⁵² COSTA, Luiz Flávio Carvalho. “Prática política no campo: uma experiência da militância comunista”. In: *Estudos: Sociedade e Agricultura*. n°. 5. Rio de Janeiro, nov. de 1995, p. 99.

trabalhadas, a redução no valor dos aluguéis e das mercadorias nas vendas. Segundo Said Issa Halah, um advogado de Ribeirão Preto que defendeu os trabalhadores rurais da região:

“Os empregadores rurais estavam acostumados a receber o trabalho de toda uma família, e apenas pagar ao chefe, os demais trabalhavam de graça.

(...)

Cada trabalhador e sua família, que trabalhava para os usineiros de açúcar, que fizeram toda essa fortuna que está aí, morava numa casa de chão batido, e não tinha mais do que..., morava como bicho. Eles tinham um desconto de 33% a título de habitação. Então, uma família que tinha cinco trabalhadores (...) quase a metade da força de trabalho era por conta do aluguel da casa. Uma casa de chão batido. Naquele tempo eu fiz um cálculo uma vez, e mostrei que uma família de trabalhador rural pagava um aluguel maior do que qualquer casa aqui no alto da cidade, de luxo. Para morar na Usina! E a qualquer momento podia ser mandado embora. (...) E mais! A maioria das Usinas da região (...) o trabalhador para comprar remédio, tinha que comprar da farmácia da Usina. O trabalhador para comprar alimentos, no armazém da Usina. Não circulava dinheiro. O salário eram vales. De tal sorte que onde o trabalhador ia comprar tudo era mais caro”.⁵³

Esta situação de exploração fez com que muitos destes trabalhadores procurassem meios de lutar contra esta realidade. Um dos caminhos encontrados por eles foi a participação em grupos cujo objetivo era a formação de sindicatos rurais. Estes grupos, como veremos adiante, eram inicialmente liderados por membros do partido comunista. Alguns sindicatos conseguiram ser formados, como por exemplo, o 1º *Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, Assalariados e Colonos de Ribeirão Preto*, de 1955. Este sindicato, porém, não era oficialmente reconhecido, por isso, a polícia sempre intervinha, prendendo os trabalhadores e pondo obstáculos em suas ações de luta e protesto. A situação melhorou um pouco quando, em 1957, foi instalada a Junta de Conciliação e Julgamento na cidade, que era um órgão reconhecido pelo governo federal e um local onde os trabalhadores rurais poderiam recorrer.

Porém, entre o final da década de 1950 e início de 1960, deu-se início a um processo de expulsão dos trabalhadores rurais que viviam nas fazendas. Inicialmente, os trabalhadores rurais foram muito solicitados para a produção canavieira. Em 1940, por exemplo, Sertãozinho empregava permanentemente 97% de sua mão de obra rural⁵⁴. Porém, a exigência de uma produção cada vez maior que conseguisse suprir a demanda nacional e internacional, o avanço de inovações tecnológicas e a busca de altos lucros foram introduzindo, aos poucos, a mecanização no processo de produção. Estes fatores diminuiriam a necessidade de um número grande de trabalhadores. Em 1960, por exemplo, apenas 40% da mão de obra rural estava

⁵³ Apud CARNEIRO JÚNIOR, Milton. *Sociedade e política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960-1964)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – Franca, 2002, p. 118/119.

⁵⁴ WELCH, Cliff. *Op. cit.*, p. 238.

empregada em Sertãozinho ⁵⁵, ou seja, passadas duas décadas, mais da metade dos trabalhadores rurais empregados haviam perdido suas ocupações.

Estes fatores combinados – a existência de um órgão que pretendia lutar pelos trabalhadores rurais e o excesso de mão de obra – fizeram com que muitos destes trabalhadores fossem expulsos das usinas e tivessem que se encaminhar para os centros urbanos, especialmente para a cidade de Ribeirão Preto. Valendo-nos, mais uma vez, do depoimento do advogado Said Issa, podemos acompanhar esta nova realidade para os trabalhadores rurais. Diz ele:

“(…) Porque, com a luta pelo advento da legislação trabalhista no campo, quando os primeiros trabalhadores passaram a ganhar direito às férias, quando todos os membros da família passaram a ser reconhecidos como empregados e, como tal, merecedores de salário, o que os fazendeiros fizeram? A reação da fazendeirada foi derrubar as casas, expulsar o trabalhador de dentro da fazenda e isto foi criando, na periferia, as favelas. Todas as pequenas comunas ficaram cercadas de favelas, porque o trabalhador era posto na rua e não tinha para onde ir”.⁵⁶

Por isso, a cidade de Ribeirão Preto, no decorrer da década de 1960, registrou uma grande leva de migrantes da zona rural para a zona urbana. Se no recenseamento de 1960⁵⁷, havia 116.153 habitantes morando nas cidades e 13.565 no campo, dez anos depois, no recenseamento de 1970⁵⁸, a situação havia sofrido mudanças: agora 197.045 residiam na zona urbana e apenas 8.454 na zona rural.

Segundo o jornal local *Diário da Manhã*, em 1965, Ribeirão Preto registrava um déficit de 2.100 residências/ano ⁵⁹. Sem um planejamento urbano que pudesse absorver toda este contingente populacional, deu-se início a um processo de ocupação nas áreas periféricas da cidade, geralmente locais sem qualquer infra-estrutura. Para lá seguiram muitos trabalhadores rurais que precisaram assumir um novo papel neste cenário do mundo rural: os bóias-frias, que toda madrugada se deslocavam da cidade para os locais de plantação no caminho vulgarmente chamado pau-de-arara.

⁵⁵ Idem. *Ibidem*, p.238.

⁵⁶ *Apud* CARNEIRO JÚNIOR. M. *Op. cit.*, p. 119.

⁵⁷ IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. *VI Recenseamento Geral – 1960*.

⁵⁸ IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. *VII Recenseamento Geral – 1970*. p. 86.

⁵⁹ *Apud*. WALKER, Thomas & BARBOSA, Agnaldo de Souza. *Dos coronéis à metrópole. Fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000, p. 177.

1.2 – A célula do PCB de Ribeirão Preto

I – A formação do PCB em Ribeirão Preto

O primeiro grupo de simpatizantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) em Ribeirão Preto formou-se ainda no ano de 1923, e entre seus membros podemos citar o pedreiro Gustavo Wieman, o vendedor Guilherme Milani e o sapateiro Rômulo Pardini, os dois últimos ex-participantes do movimento anarco-sindicalista na cidade⁶⁰.

Foram eles também que se propuseram a organizar uma associação que defendesse os interesses dos trabalhadores de Ribeirão Preto, fundando a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Gustavo Wierman lembra que a UGT foi fundada “*por volta de 1922/23, na casa de Guilherme Milani. O sapateiro Rômulo Pardini também estava lá e outros que eu não me lembro mais*”⁶¹.

No dia 30 de março de 1925, a UGT passou a ter uma sede própria, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 11, na região central da cidade. Seu Primeiro Estatuto foi registrado em cartório em 6 de maio de 1925.⁶² Segundo Lílian de Oliveira Rosa, nos primeiros anos de trabalho da UGT, embora Guilherme Milani, Rômulo Pardini e Gustavo Wierman, membros da diretoria da associação, fossem simpatizantes do PCB, ela também tinha sócios de tendências socialistas e anarquistas⁶³. Foi somente com o Segundo Estatuto da UGT, registrado em fevereiro de 1929, que os comunistas passaram a ser a influência hegemônica na associação⁶⁴. Segundo Lílian Rosa:

“(…) a partir deste momento a ação comunista na UGT passou a ser declarada, tornando esta instituição a sede do comitê municipal do Partido Comunista em Ribeirão Preto.”⁶⁵

⁶⁰ ROSA, Lílian Rodrigues de Oliveira. *Comunistas em Ribeirão Preto, 1922 – 1947*. Franca: Unesp/Franca, 1999, p. 38.

⁶¹ Apud GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 52. Sebastião Geraldo entrevistou o Sr. Gustavo Wierman no final da década de 1980.

⁶² ROSA, L. R. O. *Op. cit.*, p. 38.

⁶³ Segundo Lílian Rosa, o Primeiro Estatuto da UGT trazia os ideais de assistencialismo e cooperativismo, que eram avessos ao preconizado pelas organizações sindicais. O Estatuto assim a definia: “*uma associação cooperativa e de recreação, tendo como objetivo promover a defesa e a solidariedade da classe e dos associados, dando a estes a assistência, criando uma cooperativa de gêneros alimentícios de consumo e de primeira necessidade e uma caixa de socorros*”. Para a autora, porém, a defesa do assistencialismo e do cooperativismo tinha como objetivo uma maior aproximação com os desejos dos trabalhadores, para que fosse possível fortalecer a associação. ROSA, L. *Op. cit.*, p. 40 e 44.

⁶⁴ Foi no seu Segundo Estatuto que a UGT deixou de ser definida como uma instituição de caráter cooperativo e recreativo, para assumir o papel de promotora da “*defesa e solidariedade da classe e dos associados, proporcionando a estes assistência econômica, intelectual, moral, social e judiciária*”. Idem, *Ibidem*, p. 59/60.

⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p. 57.

Para o autor Sebastião Geraldo, a fundação da UGT ajudou na consolidação deste grupo de simpatizantes do PCB em Ribeirão Preto⁶⁶. A partir de então, a história e os personagens do PCB local e da UGT estiveram sempre associados, até o ano de 1964.

Não há espaço aqui para nos determos nas trajetórias e histórias vivenciadas pelos membros do PCB nas três primeiras décadas de sua atuação⁶⁷. O objetivo ao destacar os passos iniciais da organização do partido em Ribeirão Preto foi mostrar o curto espaço de tempo entre a oficialização do partido no país (1922) e o início da organização deste primeiro núcleo em Ribeirão Preto (1923).

II – A atuação do PCB de Ribeirão Preto nos anos 50 e 60

Em 1945, no curto período em que esteve legal, o PCB começou a dar maior centralidade à questão agrária e aos trabalhadores rurais. Neste ano, em discurso no Vale do Anhangabaú, Luiz Carlos Prestes defendeu a necessidade de se disciplinar a propriedade da terra através da modernização das formas de exploração agrícola, da melhoria nos salários e da intervenção do Estado na distribuição de terra àqueles que quisessem nela viver e trabalhar⁶⁸. Depois, no Manifesto de Agosto de 1950, este partido apontou o campesinato como o principal aliado do proletariado na luta pela revolução brasileira; e a reforma agrária como uma das bandeiras mais importantes para estes trabalhadores⁶⁹. Foi, contudo, a partir do IV Congresso do Partido, em 1954, que as discussões a respeito da reforma agrária estiveram mais articuladas com a linha política do PCB. Depois disso, os temas referentes aos trabalhadores rurais e às suas lutas estiveram sempre presentes nas discussões pecebistas.

Seguindo estas orientações, a célula do PCB de Ribeirão Preto encontrou um espaço amplo de atuação, já que, como vimos, a importância econômica desta cidade, dentro do estado de São Paulo e do Brasil, nas décadas de 1950/60, estava baseada, principalmente, em sua produção agrícola. Conseqüentemente, este contexto abrigava um número grande de trabalhadores rurais, cujas condições de vida e de trabalho os levavam a procurar caminhos onde pudessem se fortalecer e buscar seus direitos. Neste sentido, concordamos com Leonilde

⁶⁶ GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 52.

⁶⁷ É possível acompanhar as histórias e trajetórias do PCB de Ribeirão Preto, nas três primeiras décadas de sua atuação através do trabalho de ROSA, L. *Op. cit.*, 1999.

⁶⁸ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda nos anos 50/60". In: MORAES, João Quartim de & ROIO, Marcos del (orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Visões do Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p. 214/215.

⁶⁹ Segundo Leonilde Medeiros, no início da década de 1950, o jornal do PCB *Voz Operária*, defendia que a luta pela extensão dos direitos trabalhistas para os homens do campo era inseparável da luta pela reforma agrária. MEDEIROS, L. S. *Op. cit.*, 2000, p. 216.

Medeiros⁷⁰, quando esta afirma que o PCB conseguiu traduzir carências e demandas variadas colocando na cena política os trabalhadores rurais, porque estes mostraram seu potencial tanto a seus parceiros como a seus mediadores, fortalecendo a todos mutuamente.

Assim, no decorrer da década de 1950, a atuação do PCB de Ribeirão Preto deu-se, basicamente, através da luta junto aos trabalhadores rurais, luta esta feita a partir de lideranças pecebistas vindas também do meio rural, como foi o caso de Arlindo Teixeira, Antônio Giroto, Nazareno Ciavata, Natal Siviero e Irineu de Moraes.

Arlindo Teixeira⁷¹, por exemplo, trabalhava como colono em fazendas de café próximas à cidade de Batatais. Foi lá que ele se filiou ao partido, em 1945. Com o passar do tempo, Arlindo Teixeira tornou-se funcionário do partido e tinha como responsabilidade a formação de sindicatos rurais. Segundo ele:

“(...) o partido que sustentava, mas era uma miséria desgraçada (...) a gente não tinha muito conhecimento político, então, aceitava tudo (...) foi uma besteira que eles fizeram, desligar a gente da produção para ficar trabalhando só para o partido”.⁷²

Orientado pelo partido, Arlindo Teixeira foi cortar cana na usina Junqueira. Durante o horário do almoço, ele ia conversando com os trabalhadores, levantando questões, até que fosse possível formar um primeiro grupo de interessados e com eles dar início à organização do sindicato. Quando os sindicatos eram formados, entre as suas principais tarefas estava a confecção de boletins denunciando os baixos salários, a falta de direito às férias e ao descanso remunerado, o número excessivo de horas trabalhadas, entre outras coisas. Arlindo Teixeira ajudou a organizar os sindicatos de Miguelópolis e Altinópolis. Segundo ele, a maior dificuldade em seu trabalho, era conseguir manter o funcionamento dos sindicatos, já que a polícia sempre intervinha, impedindo o desenrolar de seu trabalho.

Em meados da década de 50, também sob orientação do partido, Natal Siviero⁷³ foi deslocado para trabalhar em uma usina na cidade de Serrana, de propriedade de Jamil Cury. Segundo Natal, as condições de vida dos funcionários da usina eram péssimas: eles moravam em casas muito ruins, recebiam salários muito abaixo do que lhes era de direito e eram

⁷⁰ Idem. *Ibidem*, p. 234.

⁷¹ Todas as informações referentes a Arlindo Teixeira foram retiradas da entrevista que ele concedeu para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. Ribeirão Preto, 18 de outubro de 1988. Fita 149 – lado A e B e fita 150 – lado A. Arquivo Edgar Leuenroth.

⁷² Entrevista de Arlindo Teixeira para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. Ribeirão Preto, 18 de outubro de 1988. Fita 149 – B. Arquivo Edgar Leuenroth.

⁷³ Entrevista de Natal Siviero para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. Ribeirão Preto, 18 de outubro de 1988. Fita 143 – A. Arquivo Edgar Leuenroth.

obrigados a comprar mercadorias de baixa qualidade por preços altos. Natal foi preso quando trabalhava na organização do sindicato.

Em 1955, foi a vez de um outro colono de café, Nazareno Ciavata⁷⁴, presidir o 1º Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, Assalariados e Colonos de Ribeirão Preto, cujo objetivo era, assim como os demais, lutar pela implantação das leis trabalhistas para os homens do campo⁷⁵. Ciavata também foi preso quando os trabalhadores da Fazenda São Sebastião do Alto recorreram ao sindicato para pedir auxílio na organização de uma greve. Quando a greve estourou, em 23 de março de 1955, o proprietário da fazenda, Quintino Facci, entrou em contato com a polícia, que prendeu tanto os trabalhadores como Nazareno Ciavata, que ficou detido por dois meses.

Estes três exemplos nos mostram que embora houvesse uma preocupação do PCB de Ribeirão Preto no sentido de auxiliar a luta do homem do campo, este era um trabalho muito difícil, especialmente porque nem o partido nem a atuação destes sindicatos eram oficialmente reconhecidos, fazendo com que a polícia sempre interferisse em seu trabalho.

Apesar da ilegalidade do partido e de suas concepções de luta muitas vezes preconizarem ações armadas ou revolucionárias, a autora Leonilde Medeiros mostra que, entre o final da década de 1950 e início de 1960, o PCB procurou trabalhar a questão agrária baseando-se na esfera da legislação e do parlamento⁷⁶. É neste sentido, então, que podemos entender a implementação da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto⁷⁷, no ano de 1957. Sob orientação do PCB e na tentativa de forçar o reconhecimento dos sindicatos rurais pelo Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria, Nazareno Ciavata, junto com Lyndolfo Silva e outros sindicalistas da região de Ribeirão Preto foram até o Rio de Janeiro conversar com o ministro do Trabalho, Néelson Omega. Este os aconselhou dizendo que Ribeirão Preto precisava de uma Junta de Conciliação. Em 1957, a Junta foi implementada.⁷⁸

Para Cliff Welch, contudo, a atuação da Junta contribuiu para o declínio da militância na região⁷⁹, já que agora os trabalhadores rurais tinham um órgão do governo a quem podiam

⁷⁴ Entrevista de Nazareno Ciavata para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. Ribeirão Preto, 18 de outubro de 1988. Fita 143 – lado B e fita 144 – lado A e B. Arquivo Edgar Leuenroth. GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 122 – 124.

⁷⁵ No Capítulo 3 deste trabalho, poderemos acompanhar com mais detalhes o desenrolar da atuação de Nazareno Ciavata a frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto.

⁷⁶ MEDEIROS, L. *Op. cit.*, 2000.

⁷⁷ A sede da Junta de Conciliação e Julgamento ficava em Ribeirão Preto, mas sua jurisdição abrangia os municípios de Cravinhos, Serrana, Batatais, Altinópolis, Brodósqui, Jardinópolis, São Simão, Santa Rosa, Serra Azul, Sertãozinho e Pontal. GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 129.

⁷⁸ Entrevista de Nazareno Ciavata para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. Ribeirão Preto, 18 de outubro de 1988. Fita 143 – B. Arquivo Edgar Leuenroth e GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 128 - 130

⁷⁹ WELCH, C. *Op. cit.* p. 234.

recorrer. Welch faz tal afirmação baseando-se nas reportagens publicadas na imprensa comunista sobre o número de greves rurais ocorridas entre os anos de 1949 e 1964, em São Paulo. De acordo com o gráfico montado pelo historiador, é possível acompanhar que no decorrer de 1955 – ano em que o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, Assalariados e Colonos de Ribeirão Preto foi implementado – há uma linha crescente no número de greves ocorridas. A partir de 1956, o gráfico começa a registrar quedas, que culminam com o ano de 1957 – ano de implementação da Junta de Conciliação e Julgamento – quando não houve um único registro de greve. A partir de 1958, contudo, as greves voltam, timidamente, a crescer e atingem seu pico mais elevado no ano de 1962⁸⁰.

Este mesmo autor realizou um levantamento nos protocolos da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, cujos resultados podem ser acompanhados abaixo.⁸¹

<u>Ano</u>	<u>Nº de Reclamações Trabalhistas Rurais</u>	<u>Nº Total de Processos Trabalhistas</u>	<u>Porcentagem de Reclamações Rurais</u>
1957	236	756	31,2%
1958	267	802	33,3%
1959	251	866	29,0%
1960	222	670	33,1%
1961	487	1050	46,4%
1962	880	1669	52,7%
1963	949	2144	44,2%
1964	673	2122	31,7%
<u>Totais</u>	3.965	10.079	39,3%

Se, como vimos, o ano de 1957 não registrou nenhuma greve de trabalhadores rurais, pela tabela é possível acompanhar que neste mesmo ano a Junta registrou 31% de reclamações vindas destes trabalhadores. Este número manteve certa constância. A exceção é o período de 1961 a 1963, quando há um aumento significativo no número de reclamações trabalhistas rurais. Este mesmo período também registrou o aumento no número de greves rurais, como vimos acima.

Podemos explicar este fortalecimento da luta dos trabalhadores rurais no começo dos anos 60 por várias razões: primeiro porque estes anos marcam, sem dúvida, o crescimento dos debates a respeito da questão agrária, assim como cresce o número de encontros e congressos entre os homens do campo que resultarão, finalmente, no reconhecimento oficial

⁸⁰ Idem. *Ibidem*. p. 372.

⁸¹ Apud GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 130.

de seus sindicatos. Além disso, a Igreja católica também vai se envolver na disputa pela representação do homem do campo. No caso específico da região de Ribeirão Preto, ainda podemos falar de um outro fator que pode ter sido importante neste sentido, a volta de uma destacada liderança rural para os quadros do PCB local, o militante Irineu de Moraes.

Irineu de Moraes nasceu em Araraquara, em 1912, conheceu o PCB em meados da década de 30 e acreditou que o partido seria um instrumento para fortalecer seu desejo de lutar junto aos trabalhadores. A partir de então Irineu dedicou toda sua vida pela luta por melhorias para os trabalhadores, especialmente os rurais, sempre ao lado do partido. Segundo Irineu de Moraes:

“Durante a formação do partido comunista em Ribeirão Preto, eu sempre gostei de lidar com os camponeses. Meu interesse neles era um problema do meu eu. Eu nunca gostei de fazendeiros, por uma questão natural, porque todo fazendeiro era ladrão, assassino e espancador”.⁸²

Orientado pelo partido, Irineu de Moraes ajudou a organizar uma das primeiras Ligas Camponesas do Brasil, em 1945, no município de Dumont⁸³; foi um dos articuladores de uma greve na Cia. Paulista de Força e Luz, que parou doze usinas da região de Ribeirão Preto por dezessete horas, também em 1945⁸⁴ e esteve presente em meados da década de 50, a mando do partido, na região de Porecatu⁸⁵, norte do Paraná, em uma luta armada entre posseiros e fazendeiros que se diziam donos da terra. Segundo Leonilde Medeiros, foi em Porecatu que “*as experiências de luta por terra por meio de ações armadas ganharam sua expressão mais espetacular*”.⁸⁶

Nas memórias de Irineu de Moraes, quando ele retornou para Ribeirão Preto, em 1959, a célula do partido estava toda desarticulada e coube a ele a tarefa de reorganizá-la. Havia um grupo de pessoas que ainda eram do partido, como por exemplo, Antônio Giroto e Luciano Lepera, mas segundo Cliff Welch, este grupo estava inativo⁸⁷.

Com o intuito de formar uma nova diretoria para o PCB de Ribeirão Preto, Irineu tentou reunir ex-militantes e simpatizantes do partido através de um churrasco, que pode ser realizado graças a algumas doações e à venda dos convites. Foi no final desta tarde de festa e conversas que foi composta uma nova diretoria: o médico Clarimundo Soares foi nomeado o

⁸² WELCH, Cliff & GERALDO, Sebastião. Lutas camponesas no interior paulista. Memórias de Irineu de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 86.

⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 86-89.

⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 59-82.

⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 117-123.

⁸⁶ MEDEIROS, L. *Op. cit.*, 2000, p. 217.

⁸⁷ WELCH, C. *Op. cit.*, p. 235.

primeiro secretário; além dele, fizeram parte da direção o estudante de medicina Pedro Augusto de Azevedo Marques, sua esposa Marisa e Irineu de Moraes. Segundo Irineu:

“Apareceu neste comitê a pequena burguesia, que estava, a bem dizer, isolada. (...) O partido aqui era diferente, a direção não era operária (...) de operário mesmo só tinha eu naquele bloco”⁸⁸

A partir de então, foram feitas uma série de reuniões na casa de Irineu de Moraes. Diferente da década de 50, onde a atuação do PCB local baseou-se especialmente no setor rural, nos primeiros anos da década de 60, o PCB de Ribeirão Preto conseguiu manter uma frente no meio rural e outra na cidade.

Na cidade, como afirma Cliff Welch⁸⁹, o sindicalismo rural ia se tornando um assunto popular para estudantes, trabalhadores, jornalistas, entre outros. E aos poucos o PCB ia ganhando novos adeptos ou simpatizantes. Antônio Giroto também afirma que os estudantes deram grande cooperação para a formação dos sindicatos rurais no decorrer da década de 50 e 60⁹⁰.

A sede do PCB em Ribeirão Preto era a União Geral dos Trabalhadores. Lá ocorriam as reuniões e os cursos de formação dos novos membros do partido. Havia o curso básico, o curso médio, os estudos sobre materialismo histórico, materialismo dialético, além das leitura e discussão das obras de Marx e Engels⁹¹. Estes cursos eram oferecidos pelos membros que já integravam o partido há mais tempo. Depois da formação teórica, eram dadas tarefas para os integrantes do partido, de acordo com a atividade que desempenhavam. A alguns estudantes, por exemplo, cabia a função de tornarem-se assessores políticos da juventude comunista dentro das faculdades ou dos chamados colégios de 2º grau⁹², como foi o caso, por exemplo, dos estudantes Vanderley Caixe, Celso Manso e Ary Normanha. Por estes caminhos, muitos centros acadêmicos e grêmios estudantis passaram a ser compostos por membros ou simpatizantes do PCB.

Entre os trabalhadores do comércio, o partido não conseguiu muita influência. Segundo Irineu de Moraes, este setor foi “*subestimado pelo partido, não houve trabalho para*

⁸⁸ WELCH, C. & GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 160.

⁸⁹ WELCH, C. *Op. cit.*, p. 234.

⁹⁰ Entrevista de Antônio Giroto para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. Ribeirão Preto, 19 de outubro de 1988. Fita 147 – A. Arquivo Edgar Leuenroth

⁹¹ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002. Fita 1 – Lado A.

⁹² Vanderley Caixe, por exemplo, foi assessor político do partido dentro dos colégios Otoniel Motta e Metodista, tornando-se, depois, assessor da juventude comunista da cidade. Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 6 de dezembro de 2005. Fita 1 – Lado A.

eles”⁹³. Mas houve o envolvimento de jornalistas, bancários, médicos, advogados, como foi o caso, por exemplo, de Luciano Lepera (jornalista), Roberto Benedetti (bancário), dr. Clarimundo Soares (médico), Said Issa Halah (advogado), Pedro Augusto de Azevedo Marques (médico), Sérgio Arouca (médico) entre outros. Foi, contudo, no setor rural que o PCB encontrou maior campo para poder atuar.

Irineu de Moraes foi o nome de maior destaque na luta junto aos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto. Segundo ele, o trabalho era realizado através de um processo lento e gradual. Primeiro era preciso ganhar a confiança dos lavradores, “*comer com eles*”, como ele se expressa, e depois conhecer quais eram suas reivindicações, já que o interesse de um pequeno sitiante era diferente do interesse de trabalhadores assalariados, como os cortadores de cana-de-açúcar, por exemplo. Com o trabalho de levantamento das reivindicações, já era possível começar a falar sobre a importância da formação de associações ou sindicatos. Neste processo de organização dos sindicatos, a questão do partido comunista não era colocada.

No dia 7 de maio de 1961, por exemplo, foi fundada em Pontal a *Associação dos Trabalhadores das Usinas Açucareiras, Fazendas de Cana e Agricultura Geral*. Sob a indicação de Irineu de Moraes, Antônio Paulo Dias assumiu o posto de presidente. Na cidade de Sertãozinho, para que o trabalho de Irineu se fortalecesse, registrou-se em cartório a *Associação dos Trabalhadores Agrícolas*, muito embora este registro não tivesse qualquer valor legal; em Barrinha o mesmo foi feito⁹⁴.

Meses depois, quando em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou a presidência da República, foi realizado um grande comício no centro da cidade, em favor a posse de João Goulart. O grupo do PCB que atuava na cidade, conhecedor da força do movimento de Irineu de Moraes junto aos trabalhadores rurais, pediu que ele mobilizasse estas pessoas para que elas também participassem do movimento que tentava assegurar a posse de Goulart. Irineu de Moraes conta que:

“Em Ribeirão Preto tinha um comício marcado para a posse do Jango. (...) A pequena burguesia organizou o comício e me pediu para levar os camponeses. Então, a gente resolveu entrar em greve e organizar uma caravana de camponeses para apoiar o movimento, o comício de Ribeirão. Entraram em greve e pararam cinco usinas. Os usineiros ficavam loucos porque a greve começou em pleno meio da safra – greve prejudicial mesmo. Os usineiros não entendiam o que os trabalhadores queriam. A greve era pela posse de Jango e desse jeito não havia

⁹³ CLIFF, W. & GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 185.

⁹⁴ WELCH, C. *Op. cit.*, p. 241.

nada para discutir com os fazendeiros, os usineiros (...) uma greve puramente política, que não tinha nada a ver diretamente com os usineiros”.⁹⁵

Segundo Cliff Welch⁹⁶, nas fotos sobre este comício publicadas no jornal do PCB *Terra Livre*, ganham destaque as faixas das associações dos trabalhadores rurais de Sertãozinho, Pontal e Barrinha.

O sucesso da mobilização foi tão grande que no dia 15 de outubro de 1961, mais de mil cortadores de cana e trabalhadores da usina voltaram a se reunir, desta vez no centro de Sertãozinho, para ouvir e dar apoio a um telegrama que Irineu de Moraes e Nestor Vera⁹⁷ iriam enviar ao presidente João Goulart, reivindicando melhores condições de trabalho para os homens do campo. Entre as reivindicações estavam o aumento nos salários, o reconhecimento oficial de seus sindicatos e a abolição da dedução do aluguel dos pagamentos dos trabalhadores⁹⁸.

No dia 9 junho de 1962, no período auge da safra de cana, os trabalhadores rurais das usinas Aparecida (Pontal), São Geraldo (Sertãozinho), Anhumá e Santo Antônio (Sertãozinho) pararam de trabalhar reivindicando melhores pagamentos (um aumento de 45%), o fim da dedução da taxa do aluguel e o reconhecimento de seus sindicatos. No dia 17 de junho, sem haver ainda uma resolução, 300 famílias de trabalhadores voltaram a protestar no centro da cidade de Sertãozinho, exigindo que as negociações ocorressem e que o poder público se interferisse, auxiliando os grevistas. A Câmara e o prefeito decidiram, então, distribuir vales para as famílias, que poderiam ser gastos nas vendas locais. O processo gerou uma negociação difícil, que se estendeu por dias. Para o trâmite da negociação com os usineiros foram escalados quatro trabalhadores rurais, Irineu de Moraes e o advogado Said Halah⁹⁹. Segundo Irineu de Moraes:

“Os usineiros trouxeram os jagunços e os fiscais das fazendas para a reunião. Discutimos a questão das horas, abono-família, aumento de salários e outras reivindicações. Acertamos uma, acertamos outra e ganhamos a greve”.¹⁰⁰

Em julho de 1962, Irineu de Moraes estaria à frente de uma nova greve, desta vez na usina São Martinho, de propriedade da família Ometto, na cidade de Pradópolis¹⁰¹. Segundo

⁹⁵ WELCH, C. & GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 165/166.

⁹⁶ WELCH, C. *Op. cit.*, p. 243.

⁹⁷ Nestor Veras, assim como Irineu de Moraes, era um líder no trabalho de sindicalização rural e dirigente da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil).

⁹⁸ WELCH, C. *Op. cit.*, p. 243.

⁹⁹ Sobre esta greve ver: WELCH, C. *Op. cit.*, p. 272/273 e também WELCH, C. & GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 169/170.

¹⁰⁰ WELCH, C. & GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 169/170.

¹⁰¹ Sobre a greve na usina São Martinho ver: WELCH, C. & GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 170-174 e também WELCH, C. *Op. cit.*, p. 277-279.

Irineu de Moraes “a usina era a maior produtora de açúcar da América do Sul e tinha maior número de trabalhadores que todas as outras usinas”¹⁰². Por causa do tamanho da usina, a vigilância também era grande, por isso, Irineu diz que o acesso aos trabalhadores desta usina precisou de mais de tempo e trabalho que nas demais.

Para a organização deste movimento houve ainda um outro agravante. No começo da década de 60, a Igreja católica, temendo o avanço do comunismo e a perda dos fiéis, também começou um trabalho pela sindicalização rural. Em Ribeirão Preto, quem assumiu o comando deste movimento foi padre Celso Ibson de Sylos, como veremos no próximo item. Padre Celso também tentava conseguir contato com os trabalhadores da usina São Martinho, mas ele o fez através de um tipo de empregador denominado “gato”. “Gato” era o dono do caminhão que transportava os cortadores de cana das cidades para os locais da plantação. Em muitos lugares, como ocorria na usina São Martinho, a usina passava para ele a responsabilidade de contratar, fiscalizar e pagar os cortadores de cana e na maioria das vezes os “gatos” tiravam vantagem desta situação em detrimento dos trabalhadores rurais, por isso, um dos desejos destes trabalhadores era acabar com o sistema de “gatos”.

Segundo Cliff Welch, uma mistura de conveniência política e falta de experiência levou padre Celso a se aproximar dos “gatos”. Irineu de Moraes, ao contrário, encontrou no ódio a este sistema uma reivindicação comum entre os trabalhadores da São Martinho e a partir daí começou seu trabalho de articulação de um movimento grevista. Quando a greve estourou, uma parcela dos trabalhadores não aderiu ao movimento, já que eles estavam ligados ao padre Celso. Os grevistas, porém, eram a maioria, e não permitiram que os demais trabalhadores continuassem cortando a cana. Nas palavras de Irineu de Moraes:

“Parece um tanto errado colocar a massa contra a massa, mas deu certo. Como foram ameaçados, eles correram (...) Foram tocados do canavial para fora. Aqueles que resistiram tiveram que sair do canavial de qualquer jeito”.¹⁰³

Dos canaviais, os trabalhadores seguiram para a usina e aqueles que trabalhavam lá pararam de processar a cana em solidariedade aos grevistas. A polícia de Pradópolis e de outras cidades da região se dirigiu à usina, mas não houve confronto. Segundo Irineu de Moraes:

“(…) a massa estava no pátio da usina, mais de três mil homens e mulheres. As mulheres com o vestuário de trabalhar na cana, aquela manga comprida, aquela coisa toda, com facão na mão”.¹⁰⁴

¹⁰² WELCH, C. & GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 170.

¹⁰³ *Idem. Ibidem.* p. 172.

¹⁰⁴ *Idem. Ibidem.* p. 173.

Mais uma vez, uma comissão foi formada com Irineu de Moraes, o advogado Said Issa Halah e quatro trabalhadores da usina para que fosse possível chegar a um acordo. O usineiro Orlando Ometto aceitou as reivindicações dos trabalhadores: o sistema de “gatos” foi abolido e a contratação dos trabalhadores voltou a ser feita diretamente no serviço do departamento pessoal da usina; além disso, ficou acertado um aumento salarial para os cortadores de cana.

É claro que muitas foram as dificuldades de Irineu de Moraes e de muitos de seus companheiros no decorrer de toda esta luta. Alguns trabalhadores rurais foram demitidos, outros tiveram seus nomes incluídos nas chamadas “listas negras”, que eram cadernos que circulavam pelas usinas da região com os nomes daqueles trabalhadores considerados agitadores e perigosos para o bom funcionamento da empresa, outros ainda, foram expulsos das usinas. Por outro lado, como vimos, esta luta gerou muitas conquistas para homens do campo. Segundo o pecebista Antônio Giroto, por exemplo, o partido ajudou a organizar oito sindicatos rurais espalhados pela região, nas cidades de São João da Boa Vista, Igarapava, Batatais, Morro Agudo, Sertãozinho, Pontal, Altinópolis e em Ribeirão Preto. Sem dúvida, toda esta luta dos homens do campo foi fundamental para a conquista da oficialização dos sindicatos em âmbito federal.

Foi no período em que Franco Montoro era Ministro do Trabalho que alguns sindicatos rurais começaram a ser reconhecidos. Após sua renúncia, em 12 de julho de 1962, João Pinheiro da Silva Neto assumiu o posto de Ministro do Trabalho, e fez alterações na maneira como Franco Montoro estava oficializando os sindicatos. Silva Neto facilitou este processo quando exigiu apenas que houvesse no mínimo 50 pessoas morando e trabalhando na mesma área e município. O jornal do PCB, *Terra Livre*, passou a divulgar todas as instruções necessárias para a formação destes sindicatos. Em junho de 1963, as novas regras passaram a vigorar e a luta de Arlindo Teixeira, Natal Siviero, Nazareno ciavata, Irineu de Moraes e outros tantos trabalhadores rurais anônimos, pode, enfim, ser oficialmente reconhecida.

1.3 – A Frente Agrária de Ribeirão Preto

É comum na bibliografia sobre o movimento sindical no campo, as referências ao grande número de movimentos e associações ocorridos entre o final da década de 1950 e início da década de 60¹⁰⁵. Só para citar os movimentos de maior vulto, podemos enumerar

¹⁰⁵ Leonilde Medeiros, por exemplo, afirma que entre 1954 e 1963 os encontros de camponeses se multiplicaram. MEDERIOS, *Op. cit.*, 2000, p. 219. Cliff Welch, por sua vez, diz que em 1962, foram fundadas dúzias de novas

aqui a I e a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizadas, respectivamente, em 1953 e em 1954; a I Conferência da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), de 1959; o Congresso Camponês de Belo Horizonte, de 1961, além das Ligas Camponesas comandadas por Francisco Julião e da proliferação de movimentos rurais espalhados por todo o país, geralmente ganhando o respaldo do PCB.

Foi neste contexto que a igreja católica, temendo perder seu poder de atuação junto aos trabalhadores rurais, também se voltou para um trabalho de sindicalização rural. No dia 5 de outubro de 1961, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se reuniu para debater sobre a necessidade da formação das *frentes agrárias* pelo país. Segundo Cliff Welch, com algumas exceções, as associações rurais organizadas pela Igreja, facilmente se acomodavam aos interesses dos empregadores¹⁰⁶.

Em Ribeirão Preto, o principal representante da Igreja católica no trabalho de sindicalização rural foi padre Celso Ibson de Sylos. Porém, antes dele começar sua atuação, um outro grupo da igreja deu início a um trabalho denominado Frente Social Cristã (FSC). Em 1960, padre Celso havia sido encaminhado para Roma, pelo arcebispo da arquidiocese, Dom Luís do Amaral Mousinho, para fazer um aprofundamento sobre a teoria da Doutrina Social da Igreja, técnicas de organização dos sindicatos e do marxismo.

A FSC começou um trabalho de organização de sindicatos rurais no moldes que a Igreja atuava em todo o país, ou seja, tendo a seu favor a influência de pessoas da administração pública e trabalhando à margem dos reais interesses dos homens do campo.

O primeiro confronto entre a FSC e o PCB, em Ribeirão Preto, aconteceu em dezembro de 1961, quando a usina Perdigão, próxima a Ribeirão Preto, pediu falência sem pagar os seis meses de salários atrasados para mais de 200 trabalhadores. Os representantes do PCB pediam a desapropriação da usina para que ela pudesse ser doada aos trabalhadores. Mas a FSC conseguiu junto ao ministro do Trabalho, Franco Montoro, que em janeiro de 1962 todos os trabalhadores recebessem seus pagamentos atrasados e tivessem ainda a possibilidade de que novos empregos fossem encontrados para eles. Segundo Cliff Welch¹⁰⁷, o método superficial e paternalista da FSC, pôs à prova, em questão de meses, um trabalho de duas décadas do PCB.

associações de trabalhadores rurais. WELCH. *Op. cit.*, p. 261. Enquanto Raimundo Santos e Luiz Costa defendem que o Congresso Camponês de Belo Horizonte, de 1961, “foi concebido para afirmar como ator político a nova força social emergente na cena pública”. SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz Flávio Carvalho Costa. “Camponeses e política no pré-64” *In: Estudos – Sociedade e agricultura*, 8, abril de 1997, p. 97.

¹⁰⁶ WELCH, C. *Op. cit.*, p. 264.

¹⁰⁷ Idem. *Ibidem*. p. 267.

Padre Celso retornou ao Brasil no início de 1962 e, segundo ele, encontrou um sindicalismo rural artificial, com assembléias realizadas em salões paroquiais e com sedes localizadas de acordo com as divisões territoriais das arquidioceses, e não nos municípios. Segundo padre Celso:

“(...) o problema da reforma agrária não podia estar aí, em tese, nesta formação, (...) se vê claramente que o que estava em jogo não era o interesse do trabalhador rural, era o interesse da cúpula da igreja de [não] perder a liderança..., a influência - não vamos nem falar em liderança - que tinha na área rural. (...) Portanto, não havia reivindicação de trabalhador. Havia o interesse da igreja em não deixar um Julião ou um partido comunista tomar conta da liderança rural”.¹⁰⁸

De acordo com as memórias de padre Celso, foi por não concordar com o tipo de atuação da Igreja católica que ele se propôs a começar um outro trabalho junto aos homens do campo, que seria denominado Frente Agrária de Ribeirão Preto. O historiador Cliff Welch, contudo, afirma que tal postura de padre Celso só ficou assim decidida depois que o trabalho da igreja foi posto em confronto com o PCB em duas ocasiões: na greve que paralisou as usinas Aparecida (Pontal), São Geraldo (Sertãozinho), Anhumas e Santo Antônio (Sertãozinho), em junho de 1962 e na greve da Usina São Martinho, em Pradópolis, um mês depois. Foi a partir de então que padre Celso se dedicou a um intenso trabalho de organização do sindicalismo rural, já que percebeu a força do partido.¹⁰⁹

A Frente Agrária começou suas atividades com uma equipe de pessoas da cidade que pretendiam ajudar no processo de organização dos sindicatos rurais. Participaram desta comissão: Gilberto Belline, Romero Teruel (médico), Geraldo de Castilho Freire (advogado), João Orlando Duarte da Cunha, Caio Magri (advogado), Antônio Duarte Nogueira (médico), Welson Gasparini, entre outros. Segundo padre Celso, o objetivo da Frente Agrária era procurar líderes naturais; preparar lideranças e depois entregar a eles a formação dos sindicatos. Por isso, o estatuto da Frente Agrária estipulou que ela teria vida temporária; seu tempo de duração seria o período de preparação dos líderes rurais. E a principal reivindicação seria o contrato de trabalho assinado.

Durante o ano de 1962 os integrantes da Frente Agrária começaram seu trabalho. Assim como acontecia com os membros do PCB, foi preciso um pouco de tempo para adquirir a confiança dos trabalhadores. Por isso, foi realizada uma série de encontros e conversas com os trabalhadores rurais das fazendas da região de Ribeirão Preto¹¹⁰, a partir destes encontros

¹⁰⁸ Entrevista de Celso Ibson de Sylos ao *Pró-memória de Batatais*, no Museu Histórico e Pedagógico Washington Luiz. Batatais, 04 de agosto de 1990.

¹⁰⁹ WELCH, C. *Op. cit.*, p. 271.

¹¹⁰ Entre as cidades que os integrantes da Frente Agrária visitaram podemos citar: Batatais, Sales de Oliveira, Orlandia, Altinópolis, Franca, Nuporanga, Bonfim Paulista, Cravinhos, Sertãozinho, entre outras.

começava-se a construir laços, perceber possíveis líderes, discutir direitos trabalhistas até que fosse possível introduzir o assunto sobre os sindicatos. No decorrer do ano de 1962, assim se deu o trabalho de padre Celso e seus companheiros.

No dia 2 de março de 1963, aconteceu a solenidade de posse da primeira diretoria da Frente Agrária. No dia seguinte, realizou-se em Batatais, uma concentração com 3 mil trabalhadores rurais. Depois destes eventos, e ao longo de todo ano de 1963, teve início o trabalho de preparação dos líderes. Praticamente todos os domingos, em um antigo casarão da igreja, situado no centro de Ribeirão Preto, eram realizados debates, mesas redondas, exposições dialogadas sobre sindicalismo, reforma agrária, etc.

O primeiro sindicato formado com o trabalho da Frente Agrária foi o de Batatais. Era lá que se localizava a Fazenda Boa Esperança, de propriedade de Josino Meireles e foi nesta Fazenda que padre Celso encontrou o trabalhador rural Otávio Sampaio, cujo interesse em se envolver na luta ao lado de padre Celso gerou sua expulsão da fazenda onde morava e trabalhava. Como protesto ao ato autoritário do fazendeiro, o sindicato foi formado e Otávio Sampaio assumiu a presidência. Depois deste, a Frente Agrária ainda ajudou a organizar outros sindicatos, como o da cidade de Cravinhos, por exemplo, sob liderança de Antônio Crispim da Cruz.

O trabalho da Frente Agrária sempre encontrou certo atrito com o do PCB. A principal crítica do partido à atuação de padre Celso é que este não estava preocupado com questões políticas, seu interesse se restringia à conquista de direitos trabalhistas para o homem do campo, além disso, sua atuação era anticomunista. Nos anos 80, quando Cliff Welch e Sebastião Geraldo entrevistaram os líderes rurais que haviam atuado no PCB e na Frente Agrária nas décadas de 50 e 60, as questões pessoais ainda eram muito presentes. Para o então ex-padre, Celso Sylos, “*os comunistas tinham uma visão muito idealista (...) Eles não examinavam as condições históricas*”¹¹¹. Irineu de Moraes, por sua vez, disse que a Frente Agrária era “*um movimento falso e safado*”¹¹². Outro pecebista, Arlindo Teixeira, afirma que Antônio Crispim (o presidente do sindicato em Cravinhos) tornou-se um pelego e conclui: “*nós éramos revolucionários e eles não, era pacífico, era fazer acordo, fazer bobagem*”¹¹³. Enfim, Nazareno Ciavata, que foi expulso do PCB em 1957 e ficou nitidamente ressentido com a decisão do partido (como veremos no Capítulo 3 deste trabalho) foi o único a defender a atuação da Frente Agrária, segundo ele: “*a igreja assumiu o lugar do partido de maneira geral e*

¹¹¹ Entrevista de Celso Ibson de Sylos para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. São Paulo, 19 de janeiro de 1989. Fita 154 – B. Arquivo Edgard Leuenroth.

¹¹² WELCH, C. & GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 171.

¹¹³ Entrevista de Arlindo Teixeira para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. Ribeirão Preto, 18 de outubro de 1988. Fita 149 – A. Arquivo Edgard Leuenroth.

se tornou mais importante que ele (...) a igreja atuava por conta própria. Ela fundava o sindicato e levava os direitos até os trabalhadores. Ela fazia isso melhor do que o partido” ¹¹⁴.

Ressentimentos à parte, é evidente que a luta destes homens ao lado dos trabalhadores rurais ajudou-os a encontrar parceiros, solidificar desejos, organizar projetos e, como afirma Leonilde Medeiros, a se posicionar como um novo ator político. Fortalecido, os trabalhadores também se tornavam temidos.

Quando o golpe pôs os militares no governo, estas organizações foram desestruturadas: seus líderes foram perseguidos e a liderança dos sindicatos foi substituída por interventores nomeados pelo novo governo.

O PCB teve sua sede, a UGT, invadida e todos os papéis e documentos que estavam lá apreendidos. Porém, poucos foram os integrantes do partido que foram presos¹¹⁵. Arlindo Teixeira ficou escondido na casa de seu irmão, que morava na cidade de Cajuru, por três meses. Nazareno ciavata não estava mais ligado ao partido, por isso, achou que não precisaria fugir. Foi um erro, porque muitas pessoas da cidade, principalmente os órgãos policiais, o conheciam como um comunista. Nazareno foi preso, obrigado a responder perguntas enquanto apanhava da polícia; passados alguns dias ele foi liberado. Irineu de Moraes também conseguiu fugir, primeiro ficou escondido na casa de um amigo, em Ribeirão Preto, depois, por medo de ser descoberto, foi para a cidade de Altinópolis, no sítio de um outro amigo, onde permaneceu por três meses, depois deste período, e aos poucos, Irineu foi voltando a circular por Ribeirão Preto.

Padre Celso também conseguiu fugir, mas se entregou à polícia em 30 de abril de 64, ficando preso por 33 dias. Quando foi solto, padre Celso não permaneceu mais na cidade.

1.4 – Os estudantes

Em 1977, em depoimento para pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, Zeferino Vaz, um dos responsáveis pela implementação, em 1952, de um campus da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto, afirmou:

¹¹⁴ COSTA, L. F. *Op. cit.*, p. 101.

¹¹⁵ Uma das críticas feitas ao PCB, principalmente por aqueles que em 1964 eram estudantes, é que no dia do golpe a sede do partido esteve fechada e não houve qualquer organização de resistência. Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 06 de dezembro de 2005. Fita 1 – Lado A. PAULINO, Leopoldo. *Tempo de Resistência*. Ribeirão Preto: Ed. COC, p. 25.

“Eu dei um prestígio enorme a uma região que era conhecida apenas pelo café. Eu fiz mudar o ciclo de uma região: do ciclo econômico para o ciclo cultural. Sobre Ribeirão Preto, depois da FMRP [Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto], só se falava no mundo da faculdade de medicina”.¹¹⁶

Há um tom de exagero na afirmação de Zeferino Vaz, mesmo assim, vale afirmar que a USP foi fundada em Ribeirão Preto num momento (1952) em que o ensino superior se resumia às capitais e sob responsabilidade de seu fundador chegaram a Ribeirão Preto pesquisadores da capital paulista além de estrangeiros.¹¹⁷

Na década de 1960, além dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Odontologia, oferecidos pela USP, Ribeirão Preto também abrigava a Instituição Universitária Moura Lacerda, a Faculdade de Direito Laudo de Camargo, a Associação Universitária de Ensino (atual Unaerp) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Barão de Mauá. Havia ainda os chamados colégios de segundo grau Otoniel Mota, Guimarães Júnior, Dom Luís do Amaral Mousinho, Santos Dumont, Santa Úrsula, Nossa Senhora Auxiliadora, Nossa Senhora Aparecida (Marista), Brasil, Apóstolo Paulo, Metodista e Amaro Cavalcanti.¹¹⁸

Tanto os cursos universitários como os colégios tinham suas agremiações estudantis. Entre elas podemos citar Centro Acadêmico Rocha e Lima (Medicina), Carneiro Leão (Farmácia e Odontologia), Laudo de Camargo (Direito), 7 de Setembro, XV de Novembro, Centro Nacionalista Olavo Bilac (colégio Otoniel Mota), Grêmio Estudantil Machado de Assis (colégio Santos Dumont), Coelho Neto, Duque de Caxias, Paulo Setúbal, XV de Julho, Moura Lacerda, Cel. Condeixa Filho, Marcondes Salgado, Piratininga e Humberto Campos.

Em uma sinopse estatística realizada pela prefeitura de Ribeirão Preto em 1961, o número de estabelecimentos educacionais aparecia como uma destacada característica da cidade. Segundo o estudo, em 1961, a cidade contava com 164 estabelecimentos de ensino primário, 38 e ensino extraprimário e 13 de ensino médio e superior¹¹⁹. Sem dúvida, estes espaços permitiram a existência de relações de amizade entre os estudantes e contribuíram para que muitos deles comesçassem a se envolver com as questões referentes à política estudantil e nacional.

¹¹⁶ EBLAK, Luís. “Zeferino Vaz”. In: AMORIN, Galeano (org.). *Os desbravadores: personalidades que fizeram a história no interior paulista*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001, p. 30.

¹¹⁷ Dentre os pesquisadores que vieram para Ribeirão Preto trabalhar na USP podemos destacar: Lucien Lison (Universidade de Bruxelas), o argentino Miguel Covian, Jacob Renato Woiski e Ruy Ferreira-Santos.

¹¹⁸ Também podemos enumerar aqui alguns grupos escolares como as escolas Guimarães Júnior (fundada em 1892); Fábio de Sá Barreto (1912); Sinhá Junqueira (1920), Escolas Reunidas do Barracão (1925, que em 1957 foi renomeada Antônio Diederichsen) e Cônego de Barros (1932).

¹¹⁹ ROLIM, Frei Antônio. *Levantamento Sócio Religioso de Ribeirão Preto*, 1963. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto, p. 139.

Numa época onde os movimentos sociais se fortaleciam e um rico debate teórico ideológico se tornava mais presente em todo o país, muitos destes estudantes começaram a se envolver em movimentos que iam desde a criação de Centros Acadêmicos ou a organização de protesto contra diretores com postura autoritária, até a criação de jornais estudantis, a participação em discussões referentes às reformas de base ou o envolvimento com a União Estadual dos Estudantes (UEE).

Em 1961, por exemplo, quando Jânio Quadros renunciou a seu mandato de presidente, um jogo político que objetivava impedir a posse de seu vice João Goulart foi desencadeado. Consequentemente, um movimento de resistência a este golpe político foi vivido em todo o país. Em Ribeirão Preto, o *Centro Acadêmico Rocha e Lima* - dos estudantes de medicina – organizou uma passeata em protesto ao ato autoritário; depois eles elaboraram um documento que foi publicado no semanário local *A Palavra* que dizia “*repudiar veementemente os interesses escusos e inconfessáveis do grupo reacionário de falsos brasileiros que tentam vilipendiar e solapar a vigência de nosso regime democrático*”¹²⁰. Neste período, um dos membros do Centro Acadêmico Rocha e Lima era o jovem estudante de medicina Pedro Augusto de Azevedo Marques, que foi um membro de destaque do PCB de Ribeirão Preto, teve seu nome envolvido no processo referente à apreensão das cadernetas de Luiz Carlos Prestes pela polícia e teve, anos mais tarde, seu cargo de vereador municipal cassado, em 7 de abril de 1964¹²¹.

O *Centro Nacionalista Olavo Bilac*, do colégio Otoniel Mota, também fez seu protesto em defesa da posse de João Goulart, publicando um manifesto no jornal local *Diário de Notícias* nos seguintes termos:

“Nesta hora grave na vida do Brasil, quando a fúria da violência ameaça bem de perto as instituições democráticas de regime e asfixia as liberdades dos brasileiros, o CENTRO NACIONALISTA OLAVO BILAC (...) exige com vigor e coragem o respeito à Constituição e a posse na presidência da república do Doutor João Goulart.

Consideramo-nos em greve. De nada valerá a escola se nos faltar, na rua, a liberdade. (...) À greve, pois. Viva o Brasil. Viva a Constituição.

Antônio José Moreira (presidente)

Francisco de Biase (P. Geral)

Regis de Castilho (Secretário)

Militão M. Neto (2º Secretário)”¹²².

¹²⁰ Manifestos de estudantes em Ribeirão Preto. *A Palavra*, 28 de agosto de 1961, p. 4.

¹²¹ Em 1964, Pedro de Azevedo Marques se elegeu vereador pelo PSB, mas teve seu mandato cassado uma semana após o golpe militar, em 7 de abril de 1964, com a justificativa de que era um *agitador comunista*. Os 18 vereadores presentes na sessão da Câmara votaram pela cassação de Pedro Augusto de Azevedo Marques.

¹²² *Apud* PAULINO, L. *Op. cit.*, p. 35

Este envolvimento dos estudantes com as questões da política estudantil e nacional preocupava muitos setores da cidade. Em 1963, por exemplo, a Igreja católica local realizou um levantamento sócio-religioso, cujo objetivo era dar início a uma renovação pastoral em Ribeirão Preto e região ¹²³. No decorrer do trabalho, as referências feitas à participação dos estudantes na cidade sempre estavam associadas a sua atuação política. Quando o estudo se referiu aos movimentos da Ação Católica, por exemplo, fez-se o seguinte comentário sobre os integrantes do JEC (Juventude Estudantil Católica): “Grupo reduzido e de maioria feminina. Problemas de âmbito nacional preocupam-nas mais do que a problemática estudantil de Ribeirão Preto” ¹²⁴. Depois, o estudo defendeu que “a população flutuante, de que (sic) os estudantes são os mais importantes, só fala na Revolução Brasileira” ¹²⁵. Ao que parece, esta era uma situação que preocupava alguns setores da sociedade de Ribeirão Preto.

Esta preocupação aumentou depois do golpe de abril de 1964. Tanto que foi feito um levantamento pelos agentes do DOPS, entre os dias 20 e 23 de maio de 1964, para saber quais tinham sido as implicações do golpe nos meios universitários. Segundo consta no Relatório, entre as cidades de São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto, apenas esta última apresentou acontecimentos importantes. Escreveram os relatores do DOPS:

“(…) Ribeirão Preto (…) foi a única a apresentar acontecimento importantes. (...) como diz o próprio prefeito, Ribeirão Preto teve sua história marcada pelo ciclo do café e agora vive o ciclo universitário. Computando todos os cursos, do primeiro aos superiores, há cerca de 50 mil estudantes na região ribeirãopretense.

Medicina: 550 alunos

Filosofia: 80 alunos

Farmácia: 80 alunos

Odontologia: 130 alunos

Direito: 427 alunos

Ciências Econômicas: 450 alunos

Na Delegacia Regional de Polícia toda ação repressiva está entregue ao delegado regional Celso Camargo de Azevedo e ao delegado adjunto Sr. Leonel Abrahão, auxiliado por Renato Ribeiro Soares.

Na faculdade de medicina são acusados de terem atentado contra a segurança nacional: Antônio Reis Villalobos, a instrutora de psicologia Hena Schwartzburg, o professor Clarimundo Alves de Souza Filho e o professor Luiz Carlos Raya.

Faculdade de Filosofia: nenhuma anormalidade.

Faculdade de Farmácia e Odonto: nenhuma anormalidade.

Na faculdade de Direito estão detidos José Carlos Longo, Rubens Pires Rebelo, José Adolfo Granville Ponce e Wilson Gameiro.

Nas demais faculdades não houve nenhuma anormalidade”. ¹²⁶

O relatório apresenta a mesma idéia que seria levantada por Zeferino Vaz em 1977, ou seja, que a destacada presença de estudantes na cidade moldaria uma nova característica

¹²³ ROLIM, Frei A. *Op. cit.*, p. I.

¹²⁴ Idem. *Ibidem*. p. 57.

¹²⁵ Idem. *Ibidem*.

¹²⁶ Dossiê 50 – Z. Pasta 298 – 8. Documento 1299. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo

para Ribeirão Preto. Este relatório feito dias após o golpe político de 1964 é um exemplo importante de como a presença destes 50 mil estudantes na região preocupava.

Alguns destes nomes citados no relatório foram responsáveis por uma tentativa de resistência imediatamente após o golpe ser noticiado. Concentrados no centro Acadêmico Rocha Lima, da medicina, Antônio Reis Villa Lobos, José Adolfo Granville Ponce, Vanderley Caixe e outros compuseram uma comissão com o propósito de organizar o movimento de resistência em Ribeirão Preto, mas com o passar dos dias, percebendo que o governo militar assumia o comando da presidência, eles dispersaram o movimento ¹²⁷.

Com o passar do tempo, nas escolas, nas faculdades, nos grêmios estudantis, nos centros acadêmicos, nas rodas de amigos, nas ruas, os temas da vida pública faziam-se amplamente presentes. O fortalecimento do movimento estudantil e as passeatas foram o resultado deste processo.

Em setembro de 1966, diversos grêmios estudantis da cidade ajudaram a reorganizar a UERP (União dos Estudantes de Ribeirão Preto) ¹²⁸. No dia 21 de setembro de 1966, uma passeata contra a ditadura foi organizada em Ribeirão Preto. Os estudantes se concentraram no centro da cidade e de lá caminharam até as imediações do Paço Municipal. Uma tropa de choque os aguardava diante da prefeitura. Houve um enfrentamento, mas os estudantes conseguiram reorganizar a manifestação na frente da catedral. Houve novo confronto com a tropa de choque, que também se encaminhou para o local. Muitos estudantes se abrigaram dentro da catedral, onde se encontrava o arcebispo Dom Felício da Cunha Vasconcelos. Passado o tumulto, Dom Felício tentou conversar com os policiais pedindo que permitissem a saída dos estudantes abrigados na catedral. Como os policiais não atenderam ao seu pedido, Dom Felício colocou-os em seu carro e os levou para suas casas. Esta foi a primeira manifestação de protesto à ditadura organizada em Ribeirão Preto e noticiada pela imprensa local, falada e escrita.

Em 1968, os alunos do colégio Otoniel Motta fizeram uma greve pedindo a destituição do diretor Romero Barbosa de seu cargo, devido a sua postura autoritária. Os organizadores da greve conseguiram a adesão do colégio. Durante a madrugada, o grupo que articulava o movimento conseguiu entrar nas dependências da escola e escrever nos muros: "*Romero, seis mil alunos clamam por sua demissão*". Na época, um dos alunos foi expulso do colégio. O

¹²⁷ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 06 de dezembro de 2005. Fita 1 – Lado A.

¹²⁸ PAULINO, L. *Op. cit.*, p. 55.

afastamento de Romero Barbosa viria um ano depois, como decisão da Congregação dos professores ¹²⁹.

Os alunos do colégio Otoniel Motta também organizariam, em 1968, uma semana chamada *Realidade Brasileira*. Havia uma nova lei da Secretaria de Educação, que pretendia discutir o ensino profissionalizante nas escolas públicas. Para isso, foi enviado às escolas um comunicado explicando as propostas da nova lei. Neste comunicado constava que todos os interessados poderiam participar das discussões, dando sugestões. Baseado neste item, alguns alunos do colégio organizaram a semana chamada *Realidade Brasileira*, composta por uma série de palestras. Entre os convidados estavam, por exemplo, o professor universitário Guilherme Simões Gomes e o estudante de Direito Vanderley Caixe ¹³⁰.

Assim como ocorreu em todo o Brasil¹³¹, 1968 também foi o ano de forte crescimento do movimento estudantil e de passeatas pelas ruas centrais de Ribeirão Preto. As passeatas lutavam contra a ditadura, em protesto à visita do embaixador norte-americano Lincoln Gordon em Ribeirão Preto, a favor da UNE (União Nacional dos Estudantes); ou em protesto à morte do estudante Édson Luís – assassinado pela polícia, no Rio de Janeiro, quando almoçava no restaurante estudantil chamado Calabouço. As passeatas sempre aconteciam com o enfrentamento de policiais, mas os estudantes sempre encontravam meios de burlar suas ações: eles anunciavam que se concentrariam em determinado lugar e se encaminhavam para outro, espalhavam bolinhas de gude para derrubar os cavalos da tropa de choque, levavam gatos para que brigassem com os cães da polícia, entre outras coisas.

Nestas manifestações, alguns organizadores se destacavam como jovens lideranças. Foi o caso, por exemplo, dos estudantes de medicina Sérgio Arouca, e Marco Antônio Barbieri, além de Ary Normanha e Vanderley Caixe, todos com antigas ligações com o PCB local ¹³². Em 1968, contudo, muitos deles, senão todos, já não compunham mais os quadros do partido. A opção do PCB por uma luta pacífica no pós-1964, como veremos, fez com que eles optassem por outros caminhos, como as organizações armadas.

¹²⁹ Entrevista de Vicente Alessi Filho para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 19 de agosto de 2005. Fita 1 – Lado A. PAULINO, L. *Op. cit.*, p. 73-74.

¹³⁰ Entrevista de Vicente Alessi Filho para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 19 de agosto de 2005. Fita 1 – Lado A

¹³¹ De acordo com João Quartim de Moraes, as manifestações ocorridas contra a ditadura em 1968 só foram superadas quanto à amplitude da participação popular pela *Campanha das Diretas Já*. No que se refere à duração do movimento, no entanto, elas permaneceram insuperáveis, duraram do assassinato do estudante Edson Luís à prisão dos estudantes no Congresso de Ibiúna. Ver MORAES, João Quartim. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observação crítica”. In: *Tempo Social*. USP: São Paulo, 1 (2), 2º semestre de 1989, p. 135/136.

¹³² Entrevista de Áurea Moretti Pires para o Museu de História Oral de Ribeirão Preto. 16 de janeiro de 2002.

1.5 – A articulação de usineiros, empresários e comerciantes locais

Vimos que nos anos 50 e 60, a força econômica da cidade de Ribeirão Preto assentava-se na produção agrária, mas a economia local também se fortalecia com um importante comércio e um forte setor de prestação de serviços, principalmente os médicos e educacionais¹³³. Em 1961, a prefeitura municipal realizou uma sinopse estatística e computou que a cidade oferecia 24 bancos, 1.234 empresas prestadoras de serviços e 1.703 estabelecimentos comerciais, sendo que alguns destes estabelecimentos já haviam atingido um caráter estadual ou nacional¹³⁴. Alguns usineiros locais, como o caso das famílias Balbo e Biagi, começaram a investir nos setores comerciais e imobiliários, o que nos ajuda a constatar a força destes segmentos para a economia local.

Se nos detivermos no número de pessoas envolvidas na atividade de prestação de serviços em três das maiores cidades do interior paulista – Campinas, Santos e Ribeirão Preto – veremos que proporcionalmente esta última cidade é a que tem o maior número de pessoas neste setor.

<u>Cidades</u>	<u>Total de Pessoas em Atividade</u>	<u>Pessoas envolvidas no Setor de Prestação de Serviços</u>	<u>Porcentagem</u>
Campinas	288.847	25.857	8,95%
Santos	279.019	26.439	9,47%
Ribeirão Preto	164.570	17.866	10,85%

Fonte: IBGE. *VIII Recenseamento Geral – 1970*. Volume I – Tomo XVIII – 2ª Parte, pgs. 254/255 e 260 a 263.

O Recenseamento de 1970 mostra ainda que se nos basearmos no número de habitantes das cidades de Campinas e de Ribeirão Preto e, a partir deste dado, observarmos o número de estabelecimentos comerciais destas cidades, veremos que proporcionalmente, Ribeirão Preto leva certa vantagem.

<u>Cidades</u>	<u>População Recenseada</u>	<u>Estabelecimentos Comerciais</u>	<u>Total do Pessoal Empregado</u>
Ribeirão Preto	218.584	2.013	8.632
Campinas	363.900	2.433	13.161

Fonte: IBGE. *VIII Recenseamento Geral – 1970*. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico p. 69 e 86 e Censo Comercial de São Paulo, 1970, p. 56/58 e 240.

¹³³ WALKER, T. & BARBOSA, A. *Op. cit.*, p. 180.

¹³⁴ ROLIM, Frei A. *Op. cit.*, p. 139-143.

Tais características contribuíram para que, aos poucos a imagem da cidade fosse sendo construída como a “*metrópole comercial da Alta Mogiana*”¹³⁵. O autor Agnaldo Barbosa também nos mostra que, já nos anos 60, havia um desejo por parte dos políticos e jornalistas locais, em fazer de Ribeirão Preto a nova capital do estado de São Paulo¹³⁶. O título de um trabalho apresentado em 1961, pelo governo local, na XVI Conferência de Administradores Municipais, realizada no EUA, nos dá mais um exemplo da visão que se tinha da cidade de Ribeirão Preto na década de 1960. Ele foi expresso nos seguintes termos: “*O esforço de uma comunidade do interior da América Latina que venceu o subdesenvolvimento*”.¹³⁷

Sendo assim, além dos usineiros, os donos de empresas e os donos de alguns estabelecimentos comerciais também representavam as classes ricas da cidade. Um trecho da já citada pesquisa realizada por Frei Rolim é bastante claro neste sentido:

“Quem, afinal, manda em Ribeirão?

Existem algumas famílias tradicionais importantes. Baseiam sua fortuna em atividades rurais (Usinas e fazendas). Os Biagi são um exemplo. Outro, as famílias Meirelles e Junqueira. Um terceiro tipo seria a família Marchesi. Além de basear-se no trabalho agrícola (tem 3 usinas de açúcar) apresenta-se como um grupo empreendedor na cidade. Banco e firma de automóveis (venda, consertos, lubrificação, etc.). A Família Meirelles e Junqueira estão ligadas por laços de matrimônio, o mesmo ocorrendo com os Biagi e Marchesi.

Outro grupo existente seria o de comerciantes locais. Inclui-se neste várias famílias de descontentes sírios ou “turcos”, que, juntamente com outros, “unem-se sempre nas decisões importantes”.¹³⁸

Desta forma, ao passo que cresciam os movimentos de reivindicações dos trabalhadores rurais, a movimentação nos meios estudantis e os debates políticos próprios deste período, crescia também a articulação destes representantes das classes ricas, tentando impedir a proliferação destes movimentos.

Um dos redutos encontrados pelos donos de empresas e lojas comerciais da cidade foi a Associação dos Comerciantes e Industriais de Ribeirão Preto (ACIRP). Por intermédio desta associação, como veremos, vários projetos que visavam proteger e fortalecer este grupo foram desenvolvidos.

Nos meses de novembro e dezembro de 1959, por exemplo, na sede da ACIRP, foi realizada uma série de palestras para os empresários de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Pontal,

¹³⁵ MARINO, Divo. *O populismo radiofônico em Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Gráfica Santo Antônio, 1977, p. 73.

¹³⁶ O Diário da Manhã, Ribeirão Preto, 16 de maio de 1967, p. 8. Apud WALKER, T. & BARBOSA, A. *Op. cit.*, p. 170.

¹³⁷ Idem. *Ibidem*, p. 171.

¹³⁸ ROLIM, Frei A. *Op. cit.*, p. 144.

Orlândia e São Joaquim da Barra¹³⁹. O palestrante foi José Roberto Whitaker Penteadó, do Instituto Brasileiro de Administração de Empresas e o teor de suas conferências privilegiaram dois aspectos: o primeiro voltado para atualizar a conduta do empresariado através da modernização de técnicas, que gerariam maior eficiência e lucro na administração; o segundo, referente à importância de um aperfeiçoamento nas relações pessoais da empresa; da cordialidade entre funcionários e o quadro administrativo; da proximidade física; além da forma ideal de valorizar a formação de lideranças entre os empregados.

O jornal local Diário da Manhã publicou a relação das empresas que participariam das palestras:

“Cia. Comércio Ind. Antônio Diederichsen; Cooperativa dos Usineiros; Banco Moreira Sales; Comércio Man. Tecidos J. Silva S.A.; Casa Carlos Gomes; Cerâmica São Luiz; Banco Marchesi S.A.; Fazenda Água Branca; Usina de Laticínios Rio Pardo; Jornal A Cidade; Refrescos Ipiranga Ltda; Diversões Triângulo Mineiro S.A.; Lojas Brasileiras; Jornal O Diário; Jornal Diário de Notícias; Rádio PRA-7; Sesi; Viação Cometa S.A.; Guarda Civil Comandante José Ruiz; Faculdade de Odontologia e Farmácia; Livraria Católica; Tipografia Barillari; Automóveis Laguna S.A.; Marchesi S.A.; Carvalho & Cia.; Manequim Modas; Sila, Costa & Cia. Ltda.; Modas Alzira; Companhia Cervejaria Paulista; Banco da Lavoura de Minas Gerais; Fábrica de Balas São José; Caprichosinha; Transportadora Bevilacqua; Transportadora Ipiranga; Rádio ZYR-79; Santa Casa de Misericórdia; Médico Dr. Manoel Garcia; Editora Diário da Manhã; Lojas Ubida; A Modelar”.¹⁴⁰

Como constatou o autor Milton Carneiro Júnior, este Instituto Brasileiro de Administração de Empresas, no qual o palestrante trabalhava, tinha ligações estreitas com o complexo IPES/IBAD¹⁴¹ (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática), e seus reais propósitos eram, em primeiro lugar, criar uma consonância nas condutas das empresas estatais e privadas, fortalecendo assim, a classe empresarial. Em segundo lugar, tentar diminuir possíveis descontentamentos dos funcionários ou atritos destes com seus superiores, para que fosse possível exercer certo controle ou interferir, por exemplo, na conduta dos sindicatos.

O resultado mais imediato e concreto destas palestras para Ribeirão Preto foi que vários líderes sindicais da cidade foram fazer cursos oferecidos nos EUA. Mais uma vez, por

¹³⁹ Sobre a realização destas palestras na sede da ACIRP, em 1959, ver: CARNEIRO JÚNIOR, M. *Op. cit.*, pgs. 70-77.

¹⁴⁰ Diário da Manhã, Ribeirão Preto, 13 nov. 1959. p. 6. *Apud*: CARNEIRO JÚNIOR, M. *Op. cit.*, p. 72/73.

¹⁴¹ O IPES surgiu oficialmente em 1961. Veladamente, coordenava campanhas de ordem política, ideológica e militar que objetivavam a luta contra o comunismo e a reformulação do Estado. Era financiado por empresários. O IBAD foi fundado em 1959, também era financiado por empresários brasileiros e estrangeiros. Apesar de seu caráter civil, atuava financiando diversas campanhas eleitorais, tendo como propósito a luta anticomunista. Atou ao lado de outras entidades como a Frente da Juventude Democrática; Ação Democrática Parlamentar e Movimento Estudantil Democrático. René Armand Dreifuss realizou intensa pesquisa sobre a atuação destes dois órgãos no Brasil. DREIFUSS, R. 1964 – *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

trás destes eventos, havia todo um aparato de órgãos internacionais e nacionais, cujo objetivo, para este caso específico, era conseguir manter um controle sindical.

No Brasil, o órgão responsável pelo oferecimento de palestras e cursos para os sindicalistas, era o ICT (Instituto Cultural do Trabalho), que também fazia parte do complexo IPES/IBAD. O ICT administrava os cursos regionais e estaduais para estes sindicalistas e selecionava aqueles que mereceriam realizar outros cursos nos EUA.

O autor Milton Carneiro Júnior traz a relação de vários líderes sindicais de Ribeirão Preto que foram convidados a realizar os cursos nos EUA. Entre eles podemos citar José Velloni e José Delibo (Sindicato de Bebidas), José Canavacci (sindicato dos Gráficos), Argeu Egidio dos Santos (sindicato dos Metalúrgicos) e Antonio Velloni (Sindicato dos Comerciantes), Olintho Cândido de Oliveira (Sindicato dos Vidreiros), Guilherme Giro (Sindicato da Construção Civil), Edward Ximenes de Oliveira (Sindicato do Comércio), Horácio Arantes da Silva (Sindicato dos Marceneiros) e Carlos Ferreira Souto (Sindicato do Comércio).¹⁴² Além disso, representantes da ICT também estiveram em Ribeirão Preto, em fevereiro de 1964, realizando palestras no sindicato dos Marceneiros.

Nos primeiros anos da década de 1960, a diretoria da ACIRP continuaria investindo na proteção e fortalecimento dos membros da classe que representava, para isso, deu início a um novo projeto, talvez o mais ambicioso até então, que visava refrear o “período de desordem” – como eles avaliavam – que o país vivia. A análise feita pela diretoria da ACIRP sobre os três primeiros anos da década de 60 nos mostra um pouco isso.

“Período de desordem. (...) Esse biênio de 1960/1962 decorreu de um clima de intranqüilidade, não só para a ACI, como também para todo o País. Ameaçado por toda sorte de desordens, pela indisciplina, pelos desmandos, completamente desarvorado, como se fora frágil embarcação, sem timoneiro, sem bússola, singrando os mares ao sabor das procelas. Não vamos recordar aqui os acontecimentos políticos desenrolados nesse período, que culminaram com a renúncia do Presidente da República, Jânio Quadros, em agosto de 1961.

(...)

Ao término desta nossa gestão, notamos que o ambiente nacional está seriamente conturbado ante um processo de desagregação que caminha no sentido de destruir as instituições vigentes. A gestão futura [da ACIRP], que iniciará amanhã, terá que conduzir esta Entidade através de um caminho de previsíveis lutas.”¹⁴³

Foi, provavelmente, tentando ser a bússola e o timoneiro da embarcação que em março de 1962, Sérgio Rubens Sant’Anna inaugurou a *Campanha Pró-Moralização dos Costumes*, na sede da ACIRP, após ter tido contato com Daniel Mottu, um dos membros do movimento *Rearmamento Moral*, de São Paulo.

¹⁴² CARNEIRO JÚNIOR, M. *Op. cit.*, p. 88.

¹⁴³ Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto. 70 anos apoiando o progresso. Ribeirão Preto, 1974.

Segundo Daniel Mottu, o *Rearmamento Moral* poderia ser definido como uma “terceira força”, ou uma terceira via entre o comunismo e o capitalismo, já que objetivava atingir o bem estar de toda a humanidade através de quatro princípios autênticos: pureza, honestidade, altruísmo e amor absoluto, cujo objetivo nobre era “*o bem estar de toda a humanidade*”.¹⁴⁴ Ou seja, era sob o véu do moralismo, da defesa da família e contra os atos anticomunitários que o *Rearmamento Moral* era apresentado. Porém, este movimento também era apoiado pelo complexo IPES/IBAD e sua vinda para Ribeirão Preto, através de convite feito pela *Campanha Pró-Moralização dos Costumes*, como veremos, fazia parte da cobrança deste complexo pela mobilização dos empresários contra as reformas propostas por João Goulart¹⁴⁵. O trecho abaixo nos dá um pouco essa dimensão:

“É preciso reagirmos, sem medo de que nos chamem de reacionários. Reagir contra a desordem organizada, contra a destruição dos valores morais, contra as vacilações, as incompreensões, os desescrúpulos, as irresponsabilidades, a ignorância, a intransigência, as indiferenças, o ceticismo, a revolta, a fome e o medo generalizado. Os comunistas proclamam-se democratas e os democratas têm medo de afirmar que o são!... Enquanto isso, o Brasil vive o momento mais grave de sua história, jogado entre a irresponsabilidade dos seus homens públicos e a insatisfação do seu povo”.¹⁴⁶

No dia 11 de abril de 1962, uma comitiva com alguns dos integrantes do *Rearmamento Moral* chegou a Ribeirão Preto com o objetivo de divulgar o perfil deste movimento. Dentre os integrantes podemos destacar o almirante da marinha inglesa Edward Cochrane; Daniel Mottu, da Suíça; Paolo Marchetti, da Itália; Peter Orglmeister, da Áustria; Ted Lane, dos Estados Unidos e Collin Church, do Quênia. Recepcionaram os visitantes, a comissão executiva da *Campanha Pró-Moralização dos Costumes*, composta por Antônio Agnello Serra (presidente da ACI), Sérgio Rubens Sant’Anna e Rui Domingues, assim como, Jovino Campos, Sebastião Porto Alegre, Eumo Nascimento, José Penteado Mendonça, Osvaldo Fernandes, Tony Miyasaka, Welson Gasparini, Silvério Neto e Enéas Viana.

A comitiva do Rearmamento Moral fez várias visitas em Ribeirão Preto: no Palácio da Justiça; na Câmara dos Vereadores, na estação de TV local, na Companhia Cervejaria Paulista; na Cooperativa dos Cafeicultores, na Usina Santo Antônio e no Umuarama Hotel, onde uma entrevista coletiva foi dada à imprensa. Além das visitas, palestras e projeções de filmes na sede da ACIRP, também foi organizada uma exposição de fotos mostrando a atuação do *Rearmamento Moral* e exibida a peça teatral *O Condor*. Estes eventos queriam divulgar a

¹⁴⁴ Entrevista coletiva com a imprensa. Jornal Diário da Manhã, Ribeirão Preto, 12 de abril de 1962, p.8.

¹⁴⁵ CARNEIRO JÚNIOR, M. *Op. cit.*, p. 162.

¹⁴⁶ HASSLOCHER, Ivan. Ação Democrática Parlamentar. *Revista Ação Democrática*, Rio de Janeiro, nº34, março de 1962, p. 16.

idéia de que, como contrapartida ao momento histórico, eram necessárias atitudes que defendessem a moral, a família e os bons costumes.

O jornal local *Diário da Manhã* assumiu a defesa pela Campanha *Pró-Moralização dos Costumes* e, conseqüentemente, do *Rearmamento Moral*. Nos dias que antecederam a chegada da Comitiva do Rearmamento Moral, por exemplo, foram espalhados pelo jornal pequenas chamadas em defesa dos “preceitos” deste movimento. Estas chamadas eram, em sua maioria, do mesmo tamanho que os anúncios dos Classificados do jornal, e eram misturados a eles, passando quase que despercebidamente para o leitor. Em um mesmo exemplar, três ou quatro trechinhos como os que seguem apareciam e se repetiam ao longo dos dias¹⁴⁷.

"Sejamos amigos
Defenda a sua Família
Com as armas do respeito, com os preceitos da educação.
Com as normas da cortezia. Obedecendo as leis morais e cristãs de seu país
... campanha pró-moralização dos costumes..."

"Sejamos amigos.
O comércio precisa de você.
Todos devem colaborar na defesa da família e da sua integridade.
Não permita que a mulher seja motivo de escárnio e maledicências.
Respeitando-a você estará cumprindo um dever de educação e homenageando a mãe brasileira.
Cortesia – Respeito – Educação – Obediência – Amor ao próximo
... campanha pró-moralização dos costumes"

Além disso, o jornal *Diário da Manhã* deu toda cobertura aos eventos organizados pelo *Rearmamento Moral* e pela *Campanha Pró-Moralização dos Costumes*, mostrando-se sempre muito simpático e favorável aos eventos. Há que se apontar, contudo, que Sérgio Rubens Sant'Anna, o idealizador da *Campanha Pró-Moralização dos Costumes*, era filho de Antônio Machado Sant'Anna, o proprietário do jornal.

Mas, a principal contribuição do *Diário da Manhã* ao *Rearmamento Moral* e, conseqüentemente, à *Campanha Pró-Moralização dos Costumes* veio no dia 22 de abril de 1962, quando as páginas 6, 7 e 8 do jornal vieram tomadas por uma reportagem-texto. As grandes páginas do jornal (de 40 por 56cm.) foram divididas em quatro colunas e contavam, também, com notas de rodapé, ou seja, uma reportagem bastante atípica para um jornal. O título da reportagem, *Ideologia e Co-existência*, foi seguido por quatro frases de impacto, sendo que duas delas eram muito sugestivas:

¹⁴⁷ Só para termos uma idéia da insistência de aparições destas chamadas vale acompanharmos a relação que segue: dia 4 de abril de 1962, elas apareceram duas delas; no dia 5 de abril, três vezes; assim como no dia 6 de abril; no dia 7 de abril quatro vezes, e assim por diante, até o dia 11.

“A alternativa para a América é a guerra ou a co-existência. E vocês precisam escolher.”

(1º Ministro Nikita Kruchen ao vice-presidente Nixon – 24 de julho de 1959)

“A alternativa para a América é o Rearmamento Moral ou o comunismo.”

(Almirante Willian H. Standley – ex-chefe das operações navais e embaixador dos EUA em Moscou)

Assim, embora a comitiva do *Rearmamento Moral* insistisse em mostrar que suas preocupações residiam em salvar a família, a honra e a ordem social, a escolha de frases como as acima assinaladas, cuja construção permite uma associação direta entre guerra e comunismo, deixa transparecer que os objetivos reais da campanha eram a luta contra o comunismo e, até mesmo, a defesa do golpe militar.

O teor do texto segue o mesmo padrão, sendo sempre claro e enfático em sua propaganda contra o comunismo. Os trechos abaixo servem como exemplo:

“Nós estamos em guerra. (...) Duas ideologias disputam, atualmente, o mundo. Uma é o Rearmamento Moral, que acredita que a mente de Deus deveria controlar o mundo através da transformação da natureza humana; e a outra é o comunismo, que acredita que a mente do homem deveria controlar o mundo através da exploração da natureza humana. Uma ou outra deverá vencer.

O Comunismo é uma ideologia. Quer dizer, é uma idéia que domina o todo de uma pessoa – seus motivos, seu pensamento, sua maneira de viver (...) Por conseguinte, ele não pode ser superado, exclusivamente, no nível militar e econômico.

O comunismo tem um plano para apoderar-se de nosso país (...) nós mesmos não percebemos que nossas mentes estão sendo submetidas à lavagem do cérebro através de muitas coisas que lemos na imprensa de todos os partidos, do que vemos na televisão ou no teatro, do que ouvimos no rádio e até mesmo de alguns púlpitos.

(...)

O Rearmamento Moral é uma ideologia superior, com uma estratégia superior (...) é muito mais do que a resposta ao comunismo. É a idéia revolucionária que está pondo em ordem o que está errado e está dando a todas as nações a liderança incorruptível e inspirada, única capaz de criar uma vida plena e livre para cada nação.

(...)

A única coisa que pode defender nosso hemisfério, agora que enfrentamos o maior perigo de nossa história, é um armamento ideológico. A tarefa de todos nós é a de promover o avanço do Rearmamento Moral em todo o hemisfério e no mundo inteiro. (...). É o Rearmamento Moral ou o comunismo.(...)

A luta é entre Cristo e anti-Cristo. Escolheis hoje a que quereis servir”.¹⁴⁸

Em tom profético, os defensores do *Rearmamento Moral* associam o comunismo ao mal que explora a fraqueza do espírito humano, e afirmam que seu poder é tão grande que é preciso mais do que políticas econômicas ou forças militares para eliminá-lo, por isso fazem referência a Deus e definem o Rearmamento Moral como uma ideologia superior, ou seja,

¹⁴⁸ Ideologia e co-existência. *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto, 22 de abril de 1962, p. 6-8.

única capaz destruir o comunismo. Não haverá moralidade onde houver comunismo e só quem estiver ao lado de Deus e do Rearmamento Moral sairá ileso deste duelo.

Em contrapartida, o semanário local *A Palavra* fazia sérias críticas ao *Rearmamento Moral* e à *Campanha Pró-Moralização dos Costumes*. Na edição de 16 de abril de 1962, ou seja, alguns dias antes da publicação do artigo *Ideologia e Co-existência*, Divo Marino publicou um artigo com os seguintes trechos:

“FBI trabalha no Brasil organizando polícia para combater compatriotas!
(...) imperialistas americanos combatem o povo brasileiro com todas as armas:
Polícia, Rearmamento Moral, IPES – Vergonha para o Brasil!
(...) os americanos atuam com outras armas: assim fundaram o "Rearmamento Moral", movimento a serviço do imperialismo, bem como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Os americanos, contra a América Latina, jogam a última cartada e usam de todas as armas!”¹⁴⁹

Um ano após o lançamento da *Campanha Pró-Moralização dos Costumes*, no dia 14 de março de 1963, um outro movimento, com características semelhantes, foi lançado em Ribeirão Preto. Tratava-se do MAF (Movimento de Arregimentação Feminina), que foi integrado¹⁵⁰, em sua maioria, pelas mulheres ricas, que já desenvolviam atividades beneficentes e integravam a Liga das Senhoras Católicas. Segundo o que apurou Milton Carneiro¹⁵¹, foi um outro Sant’Anna, Armando Lúcio, que trouxe o MAF para a cidade. O MAF não era um movimento local, de acordo com René Dreifuss, surgiu em 1954, e durante a década de 1960 intensificou sua ação anticomunista e anticorrupção.

De acordo com propagandas do MAF de Ribeirão Preto, este movimento buscava a defesa “do lar, da família e da sociedade”¹⁵², e atendia “as reivindicações das mulheres em assuntos sociais, políticos e econômicos que beneficiam à coletividade”¹⁵³. Todas as mulheres, de diferentes classes sociais, eram convidadas para que se inscrevessem neste novo movimento.

Embora, aparentemente, o MAF de Ribeirão Preto fosse guiado por estes princípios acima citados, sua procedência e a composição de sua diretoria, nos permitem afirmar que

¹⁴⁹ FBI trabalha no Brasil organizando polícia para combater patriotas, *A Palavra*, Ribeirão Preto, 16 de abril de 1962, p. 3.

¹⁵⁰ O jornal *Diário da Manhã* de 14 de março de 1963 trouxe a relação dos nomes que compuseram a diretoria do MAF de Ribeirão Preto: Dayse de Castro Prado (presidente); Sinhazinha Procópio (vice); Diná Cajado Mello (tesoureira); Maria Helena Escobar (2ª tesoureira); Vininha Gonçalves da Silva (secretária); Vera Whately (2ª secretária); Lucila Junqueira, Ivone Martins e Angelina Spanó (Departamento de Arregimentação); Genny Schroeder, Florianete Guimarães, Nilce Esteves Sant’Anna e Aldair Simões Gomes (Departamento de Publicidade).

¹⁵¹ CARNEIRO JÚNIOR, M. *Op. cit.*, p.123

¹⁵² 76 mil mulheres. *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto, 2 de abril de 1963, p. 6.

¹⁵³ Idem, *ibidem*.

havia outros objetivos, como o interesse em manter a influência que suas famílias exerciam na sociedade e, conseqüentemente, seus valores e poder.

O resultado destes movimentos foi o desenvolvimento de uma campanha, liderada por Antônio Machado Sant'Anna, defendendo a participação dos empresários locais no cenário político da cidade.

“(…) batemos na mesma tábua, isto é, pela formação de uma frente única, em Ribeirão Preto para a disputa de cargos eletivos, selecionando ao máximo, a fim de poder apresentar ao povo uma chapa com reais valores, sem aventureiros e sem políticos profissionais.

(…).

Como seria feita essa frente única? A Associação Comercial apresentaria 8 ou 10 nomes de comerciantes e industriais; a Associação Rural, 4 ou 5 lavradores; as Cooperativas de Usineiros de Açúcar; de Cafeicultores, de Leite, de 4 a 5 cada uma, a ARRI três ou quatro jornalistas; e assim, a Associação dos Engenheiros, o Centro Médico, Associação dos Farmacêuticos, Associação Odontológica, os Sindicatos de Trabalhadores na Indústria (lapiários) de 4 a 5; os Sindicatos de Comerciantes e de Trabalhadores (Iapacê), dos bancários, etc.; Sindicatos dos Jornalistas Profissionais; de Radialistas, enfim todas as entidades de utilidade pública compareceriam com os seus melhores nomes”.¹⁵⁴

A conclusão deste movimento foi a criação, em 1963, da Frente Eleitoral da Indústria e do Comércio, que lançou a candidatura dos seguintes nomes para o cargo de vereadores: Aloysio Olaia Paschoal, Waldo Adalberto da Silveira, Wagner Antônio Calil, Adalberto Teixeira Andrade, Arthur Franklin de Almeida, Armando Lúcio Sant'Anna, José Pereira Bastos, Sérgio Bocchi e Virgílio Salata. Destes nove candidatos, os três primeiros saíram vitoriosos e compuseram a Câmara a partir de 1964. Vale destacar ainda, que também se elegeram para o cargo de vereador, José Delibo¹⁵⁵ e José Veloni, ambos sindicalistas que realizaram o curso oferecido pelo ICT, nos EUA, como vimos.

Junto com eles, foi eleito para prefeito, pelo Partido Democrata Cristão (PDC) o jovem Wélson Gasparini. Ex-vereador, Gasparini se beneficiou da popularidade conquistada em seu programa na rádio ZYR-79. Ele assumiu a prefeitura alguns meses antes do golpe militar. Depois de abril de 1964, aos poucos, Gasparini foi se incorporando à nova ordem e sendo beneficiado por isso. Segundo Said Issa, que foi colega de Gasparini na Câmara de Vereadores:

“(…) Gasparini nunca me enganou em um aspecto, ele foi colega meu como vereador e sempre foi um homem muito indeciso, muito frágil, ele não é um homem determinado, com coragem. Então, já na Câmara Municipal ele sempre votava nome de rua, congratulações por casamento e aniversário, pesar por morte, discutia muito

¹⁵⁴ Frente Única de Defesa de Ribeirão Preto para a disputa de cargos administrativos. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 de maio de 1962, p. 1.

¹⁵⁵ Tanto José Delibo como José Veloni foram vereadores que assumiram este cargo por longos anos. O primeiro, de 1948 até 1983, o segundo, um mandato a menos, de 1952 a 1983.

intensamente os projetos, mas na hora de votar, via de regra, ele era um muralista, como dizia naquele tempo o finado Gavino Virdes, que era vereador, era um muralista conseqüente, ele sempre entendia que Deus era bom e o diabo não era tão mau, então, ele não tinha nunca uma definição nas votações. Como prefeito ele revelou este mesmo comportamento, esta mesma maneira de ser e quando da ditadura ele confraternizou-se com ela”.¹⁵⁶

Exemplos desta tomada de posição de Gasparini ao lado dos golpistas é que em abril de 1965, o embaixador norte-americano Lincoln Gordon esteve em Ribeirão Preto, com o objetivo de financiar um projeto que visava o abastecimento de água para toda a cidade. Em agosto de 1965, foi a vez de Gasparini ir para os EUA, onde permaneceria por dois meses, a convite do departamento de Estado norte-americano; depois disso, técnicos de instituições americanas financiaram diversos projetos para a cidade. Um mês após a viagem do prefeito, em setembro de 1965, a Câmara aprovou o projeto de Lei autorizando a prefeitura a contrair um empréstimo de 2 bilhões e 300 milhões de cruzeiros para a modernização do sistema de água e esgoto local. Em julho de 1966, Gasparini informava em comunicado à imprensa o seu ingresso na ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido da situação, criado após a instalação do governo, que junto com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – o chamado partido da oposição – compunha o sistema bipartidário do país.¹⁵⁷

A Câmara Municipal também se mostrava cada vez mais incorporada à nova situação política. Logo após a instalação do governo-militar, no dia 7 de abril de 1964, foi apresentada uma cassação ao mandato do vereador Pedro Augusto de Azevedo Marques, eleito pelo PSB, mas com nítidas ligações ao PCB local. O pedido de cassação de seu mandato partiu do vereador Celso Paschoal, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente:

CONSIDERANDO que, o país atravessa um período de verdadeiro expurgo dos elementos comunistas em todos os setores da administração pública;

CONSIDERANDO que, tal providência é sumamente oportuna, eis que constitui fase de concretização da Revolução pela liberdade constitucional;

CONSIDERANDO que, neste Legislativo, consoante informações colhidas junto à Delegacia regional de Polícia, o senhor PEDRO AUGUSTO DE AZEVEDO MARQUES, vereador a esta Câmara, é tido e considerado como COMUNISTA AGITADOR;

CONSIDERANDO que, é dever da Edilidade, a exemplo de outros congêneres municipais, e mesmo do que se cogita nas órbitas federal e estadual, declarar cassado o mandato de tal vereador, na defesa das instituições democráticas e da tranqüilidade e bem estar da coletividade,

Apresentamos à consideração dos nobres pares, o seguinte:

Artigo 1.o – Fica, pela presente Resolução, declarado extinto o mandato do Vereador PEDRO AUGUSTO DE AZEVEDO MARQUES, pelas suas atividades de agitador comunista, nos termos da informação prestada pela Delegacia Regional de Polícia desta cidade, e consideradas altamente lesivas ao interesse da coletividade democrática e cristã de todo o país.

¹⁵⁶ Depoimento de Said Issa Halah à Matilde Leone, em fins da década de 1980. Fita 2 - Lado A.

¹⁵⁷ WALKER, T. & BARBOSA, A. *Op. cit.*, p. 191/192.

Artigo 2.o – A Presidência promoverá a convocação do respectivo suplente, na forma da lei, o qual sendo considerado elemento comunista, por informação de autoridade policial, ficará igualmente, impedido de assumir o cargo.

Artigo 3.o – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de abril de 1964.
Celso Paschoal¹⁵⁸.

Outros 15 suplentes da legenda do PSB foram impedidos de assumir o cargo deixado por Pedro Azevedo Marques, já que todos eram considerados ameaçadores para a ordem institucional ¹⁵⁹. Neste mesmo dia, contudo, Adhemar de Barros, Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e o general Amaury Krueel, todos líderes golpistas, foram congratulados com títulos de cidadania. Um ano depois, foi a vez de Lincoln Gordon receber o título de cidadão ribeirão-pretano pela Câmara Municipal. O projeto, aprovado por unanimidade, foi proposto por Aloízio Olaia Paschol, que como vimos, havia sido eleito pela Frente Eleitoral da Indústria e do Comércio.

O golpe civil-militar, e os novos rearranjos políticos que ele possibilitou ou fortaleceu significaram uma vitória aos representantes das classes ricas que, veladamente ou não, se empenharam na luta anticomunista e contrária ao governo Goulart. Porém, não puderam apagar as marcas que ficaram nos consensos dos trabalhadores rurais, dos estudantes e de tantas outras pessoas sobre a força de sua luta. Essas marcas ainda se faziam presentes na segunda metade dos anos 60, quando a luta contra a ditadura, e pela democracia se tornou tão presente.

¹⁵⁸ RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos Vereadores. Projeto de Resolução 14. Ribeirão Preto, 1964, p. 1. *Apud*. CARNEIRO JÚNIOR, M. *Op. cit.*, p. 242.

¹⁵⁹ Ainda em 1964, seriam anuladas, pelo Poder Judiciário, tanto a cassação do mandato de vereador de Pedro de Azevedo Marques como o impedimento dado aos 15 suplentes de assumirem o cargo.

CAPÍTULO 2 – CAMINHADA

2.1 – Primeiros passos: Os personagens

É bastante discutido, na bibliografia especializada sobre os anos 60, o processo de fortalecimento dos movimentos sociais e urbanos ocorridos no Brasil, principalmente após João Goulart ter assumido o cargo de presidente da República, em 1961. O autor Daniel Aarão Reis Filho, por exemplo, afirma que:

“Animados pela vitória contra a tentativa de golpe de agosto de 1961, desencadearam-se em todo o país amplos movimentos sociais populares: camponeses, trabalhadores urbanos (...) estudantes e graduados das forças armadas. (...) nunca se vira algo semelhante na história republicana brasileira”.¹⁶⁰

O artigo “*Carro Zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*”, escrito por Maria de Almeida e Luiz Weis, por sua vez, mostra como as fronteiras entre a vida pública e a privada foram mais imprecisas no contexto da ditadura militar. Os autores dimensionam o universo privado a partir da família, círculo de amizades, relações amorosas, experiências religiosas, o trabalho, o lazer e o estudo, e afirmam:

“(...) embora o autoritarismo procure restringir a participação política e autônoma e promova a desmobilização, a resistência ao regime inevitavelmente arrasta a política para dentro da órbita privada. Primeiro, porque parte ponderável da atividade política é trama clandestina que deve ser ocultada dos órgãos repressivos. Segundo, porque reprimida, a atividade política produz conseqüências diretas sobre o dia-a-dia”.¹⁶¹

Assim, tanto os anos que antecederam o abril 1964, como aqueles imediatamente posteriores foram um período onde as questões políticas estavam muito diluídas nas práticas da vida privada. Isso significa, por exemplo, que as escolas, as faculdades, os locais de trabalho comuns aproximavam as pessoas e ajudavam a fortalecer laços de amizades. Muitos destes laços dariam bases para a formação de grupos que começavam a agir politicamente, nos grêmios estudantis, nos centros acadêmicos, no PCB, nos sindicatos rurais e urbanos ou nas passeatas, por exemplo, e assim, cada vez mais as relações pessoais iam se misturando às relações políticas.

A cidade de Ribeirão Preto, certamente, reproduzia este fenômeno. Pudemos acompanhar no decorrer do capítulo 1 como se desenvolveram nesta cidade os movimentos

¹⁶⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória”. In: *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 34/35.

¹⁶¹ ALMEIDA, Maria Hermínia & WEIS, Luiz. “Carro Zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: *História da vida privada no Brasil 4. Contrastes da intimidades contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 327.

sociais de estudantes, de trabalhadores e até mesmo aqueles motivados pela igreja. Na verdade, este contexto nos ajuda a entender o processo de aproximação de pessoas e a própria formação de um grupo que se propunha a uma luta armada.

Vamos seguir, resumidamente, a trajetória de vida dos principais articuladores da FALN. Desta forma poderemos observar como todos eles estavam envolvidos, de um jeito ou de outro, nestes crescentes movimentos político sociais.

Vanderley Caixe nasceu em Ribeirão Preto, estudou nos colégios Amaro Cavalcanti e São Sebastião e se envolveu com os movimentos estudantis de ambos os colégios, embora ainda não tivesse nenhuma posição partidária ¹⁶².

Em 1961, entrou para o curso de Ciências Econômicas do Instituto Moura Lacerda, e participou do processo de organização do Centro Acadêmico (CA) do curso. A direção da faculdade, por considerar Caixe um dos principais articuladores do movimento, propôs sua expulsão¹⁶³. Em protesto à atitude da direção, os alunos organizaram uma greve que fortaleceu o CA e permitiu a volta de Vanderley à faculdade. A partir deste movimento, Vanderley começou seus contatos com os integrantes dos demais Centros Acadêmicos da cidade, como os da Odontologia, Farmácia, Medicina e Direito. Quando ocorreu o golpe de 1964, Caixe era o presidente do CA da faculdade Moura Lacerda¹⁶⁴.

Muitos integrantes do movimento estudantil se envolveram, também, nas atividades do PCB, como por exemplo, Sérgio Arouca, Celso Manso, Ary Normanha, Pedro Augusto de Azevedo Marques e Vanderley Caixe. Dentro do partido, Caixe, Ary Normanha e Celso Manso faziam um trabalho de assessoria política junto aos estudantes secundaristas e universitários. Foi no PCB também que Caixe começou a ler e a estudar as obras de Marx e Engels¹⁶⁵.

Vanderley não chegou a concluir o curso de Ciências Econômicas; abandonou-o para começar, em 1965, o curso de Direito na faculdade Laudo de Camargo. Foi no CA da faculdade de Direito, no ano de 1966, sob coordenação de Caixe, que o jornal estudantil *O Berro* surgiu com um conteúdo voltado, inicialmente, para a política estudantil.

Aos poucos Vanderley Caixe ia se destacando como uma jovem liderança. Recebia convites para realizar palestras para jovens, como ocorreu, por exemplo, em um dos encontros

¹⁶² Leone, M. *Op. cit.*, p. 134.

¹⁶³ Entrevista de Vanderley Caixe para Matilde Leone. São Paulo, 17 de janeiro de 1986. Fita 1 – Lado A; e entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim, Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002. Fita 1 – Lado A.

¹⁶⁴ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 134.

¹⁶⁵ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto-SP, 31 de maio de 2002.

do MEJ (Movimento Ecumênico de Jovens) ou no colégio Otoniel Motta, durante a semana *Realidade Brasileira*, ocorrida em 1967.

Mas foi no PCB que Caixe conheceu alguns velhos militantes do partido como Irineu de Moraes, Mário Bugliani, Maginho Agostinho Pinto e José Toneto, pessoas que, direta ou indiretamente, se tornariam importantes para a formação da FALN, depois de 1966. Foi também devido ao seu envolvimento com o PCB e com o movimento estudantil que ele conheceu Áurea Moretti, Nancy Marieto, Sílvio Rego Rangel e Luiz Gonzaga da Silva, que se tornariam o primeiro núcleo da FALN, em 1967.

Sílvio Rego Rangel começou a se envolver com as questões políticas quando ainda era muito jovem. Foi na rua onde morava, em Ribeirão Preto, que ele e alguns amigos conheceram dois anarquistas: Domingos Stamato e Pedro de Souza Pinto, ambos eram estudantes de Medicina e moravam em uma pensão localizada próximo a casa dos garotos. Segundo Sílvio, foi através destes dois anarquistas que ele e seus amigos¹⁶⁶, na época com 14 anos, começaram a ler literatura russa, conhecer jornais e revistas anarquistas e discutir questões políticas.

Envolvidos nesta situação, Sílvio e seus amigos começaram a procurar uma maneira de participar de uma luta mais organizada. Segundo Sílvio, os anarquistas, “*sabidamente*”¹⁶⁷, os desestimulavam. Neste período Sílvio era aluno do Instituto Otoniel Motta, considerado um dos melhores colégios públicos da cidade e membro do grêmio da escola, o *Centro Nacionalista Olavo Bilac*, onde participava de reuniões e discussões sobre política estudantil. Foi no colégio Otoniel Motta que Sílvio conheceu Vicente Alessi Filho.

Em 1965, Sílvio e seus amigos fizeram uma pichação pela cidade com frases de ordem contra a ditadura. Esta tarefa, segundo Sílvio, despertou a curiosidade dos grupos organizados, que queriam saber quem eram os autores da pichação. Foi por causa desta tarefa que um dos garotos do grupo, Renato Melo, conseguiu uma ligação com o PCB, em 1966. O grupo foi chamado para uma reunião do partido e foi assim que Sílvio conheceu Vanderley Caixe, o coordenador da reunião. Depois destes primeiros contatos, o grupo se integrou ao núcleo secundarista do PCB de Ribeirão Preto. Já no PCB, foi através de Sílvio que Luiz Gonzaga da Silva chegaria ao partido, eles se conheciam por decorrência do movimento estudantil.

¹⁶⁶ Dentre os amigos de Sílvio, este destaca Onésimo Rocha e Renato de Mello. Entrevista com Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim – São Paulo, 18 de maio de 2005.

¹⁶⁷ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 1 – Lado A.

Luiz Gonzaga da Silva, também nascera em Ribeirão Preto, em 1948. Estudou nos colégios Guimarães Júnior; Progresso, Santos Dumont e terminou o então científico no colégio São José. No colégio Santos Dumont, Luiz Gonzaga era membro do *Grêmio Estudantil Machado de Assis*, mas o trabalho no grêmio não tinha característica de contestação política, baseava-se, principalmente, em discussão sobre assuntos estudantis.

Quando Luiz Gonzaga estudava no colégio São José ele conheceu Sílvio Rangel, já que ambos estavam ligados ao movimento estudantil. Convidado por Sílvio para compor o coletivo secundarista do PCB, Luiz Gonzaga aceitou. Apesar da adesão ao PCB ter acontecido em um período muito próximo ao do VI Congresso do partido, cujas discussões resultariam no rompimento destes jovens com o PCB, foi lá que Luiz Gonzaga conheceu Vanderley Caixe e depois Nancy Marieto e Áurea Moretti.

Áurea Moretti nasceu e foi criada na roça, como ela diz¹⁶⁸. A família mudou-se para Ribeirão Preto em 1960, quando Áurea tinha 16 anos. Em Ribeirão Preto, Áurea estudou no colégio Otoniel Motta e depois no colégio Metodista. Foi através de leituras, principalmente dos livros de Jorge Amado e de palestras assistidas, especialmente uma sobre reforma agrária feita por padre Celso Ibson de Sylos, que Áurea foi sendo despertada para uma visão mais crítica em relação às desigualdades sociais.

Áurea já cursava a faculdade de Enfermagem quando passou a fazer parte do PCB. Ela também esteve envolvida nas discussões a respeito das teses do VI Congresso do partido. Além disso, junto com Sílvio Rego Rangel, Vanderley Caixe e Luiz Gonzaga da Silva, ela participava do movimento estudantil e das passeatas contra a ditadura, ocorridas pelas ruas do centro de Ribeirão Preto, entre 1966 e 1968.

Mário Bugliani não participou dos movimentos estudantis e das passeatas ocorridas em Ribeirão Preto, porque todo seu trabalho político sempre esteve voltado para os trabalhadores rurais. Mário nasceu em Orlândia, em 1939, e desde jovem começou a trabalhar na lavoura.

Com pouco mais de 20 anos, Bugliani começou sua luta de reivindicação de direitos junto aos trabalhadores rurais. Ele foi o organizador, em 1962, de uma greve na usina Albertina, em Sertãozinho, de propriedade da família Marquesi¹⁶⁹. Segundo Bugliani, foi por causa da organização desta greve que o PCB o procurou convidando-o para que se tornasse

¹⁶⁸ Entrevista de Áurea Moretti para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 15 de junho de 2002. Fita 1 – Lado A.

¹⁶⁹ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Mário Bugliani, p. 8.

um membro do partido¹⁷⁰. O convite, que foi aceito por Bugliani, veio através de Irineu de Moraes, que, como vimos, era um destacado militante dentro do PCB de Ribeirão Preto. Com pouco mais de dois meses dentro do partido, Bugliani já teve a oportunidade de conhecer Luiz Carlos Prestes¹⁷¹.

No imediato pós-golpe, sofreu perseguição política, precisou fugir e usar nome falso por alguns meses. Depois, em 1966, ele ajudou a reorganizar a Associação dos Trabalhadores Rurais de Pontal e tornou seu 1º presidente quando a associação foi elevada à categoria de Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Pontal¹⁷². Era uma liderança entre os trabalhadores rurais e por isso se tornaria importante para a estruturação da FALN poucos anos depois.

Filho de lavrador e também filiado ao PCB, desta vez na cidade de Franca, **Magno Dadonas** nasceu em 1938, em Claraval, MG. Quando Magno era criança, seu pai sempre defendia os ideais do comunismo e a luta pela reforma agrária¹⁷³. Foi assim que ele “*pegou as idéias do velho*”, como diz¹⁷⁴.

Em Franca Magno começou a trabalhar no jornal local *Comercio da Franca* e se filiou ao Partido Comunista, ainda antes de 1964. O pós-golpe, segundo Magno, resultou em um sentimento de abandono por parte do Partido, por isso ele rompeu com o PCB em 1965. Irineu de Moraes era o membro do PCB que fazia a ligação entre os integrantes de Franca e Ribeirão Preto¹⁷⁵ e foi para ele que Magno fez seu discurso de rompimento¹⁷⁶. A participação de Magno no PCB de Franca, contudo, permitiu que ele conhecesse outros integrantes do partido como Vanderley Fontellas (estudante de Filosofia), Mauro Correa Neves (universitário), Luiz Carlos Henrique Fernandes (escriturário da CPFL)¹⁷⁷ e até mesmo membros de Ribeirão Preto, como Vanderley Caixe.

* * *

¹⁷⁰ Entrevista de Mário Bugliani para Matilde Leone. Sertãozinho, meados da década de 1980. Fita 1 – Lado B.

¹⁷¹ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 174. Quando Mário Bugliani concedeu uma entrevista para Matilde Leone, em meados da década de 1980, analisou este encontro entre ele e Prestes de maneira crítica. Segundo Bugliani: “Eu havia liderado uma greve. Como podem pegar uma pessoa sem conhecimento e arrastar para dentro do partido? Isso para mim é uma violação do marxismo-leninismo. O indivíduo não conhece nada e passa a conhecer quem não pode de maneira nenhuma (...) só porque eu tinha liderado uma greve acabei até conhecendo o Velho, o Luiz Carlos Prestes”.

¹⁷² Ata de abertura do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Pontal, 20 de janeiro de 1966. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal.

¹⁷³ Entrevista de Magno Dadonas para Matilde Leone. São Paulo, 04 de janeiro de 1986. Fita 2 - Lado A.

¹⁷⁴ Idem. *Ibidem*.

¹⁷⁵ Entrevista de Magno Dadonas para Matilde Leone. São Paulo, 04 de janeiro de 1986. Fita 1 - Lado A; Coleção BNM, Processo 65. Depoimento de Vanderlei Fontellas.

¹⁷⁶ Entrevista de Magno Dadonas para Matilde Leone. São Paulo, 04 de janeiro de 1986. Fita 2 - Lado B

¹⁷⁷ Coleção BNM, Processo 65. Depoimento de Luiz Carlos Henrique Fernandes, p. 269.

Estas breves biografias¹⁷⁸ nos trazem um pouco da história de personagens com trajetórias de vida, influências e referências diversificadas. Tais diversidades, contudo, tinham uma base comum a respeito de participação política e luta por igualdades sociais e esta base comum pôde se fortalecer a partir da aproximação destas pessoas.

Formadas em lugares, períodos e com pessoas diferentes, por estas redes de relações pessoais circulariam idéias vagas ou não a respeito de revolução, libertação nacional, contestação e resistência. O desejo de inserção neste contexto levaria estas pessoas a buscar caminhos e, conseqüentemente, terem suas trajetórias entrelaçadas, com laços mais firmes ou mais frouxos, em um projeto comum, que se materializaria na formação da FALN.

2.2 - Caminhos cruzados: A formação do grupo

Os caminhos que levaram os integrantes da FALN a se unir foram diversos e as adesões ocorreram em momentos distintos, porém foi principalmente a partir de duas bases que a maior parte das adesões ocorre: o PCB local e o movimento estudantil.

O PCB talvez tenha sido o meio mais importante para a formação do grupo, já que seu primeiro núcleo era todo proveniente do comitê local do partido e foi a partir dele que a FALN foi ganhando outras adesões, inclusive de vários ex-integrantes.

O que gerou a desilusão dos membros do partido e as conseqüentes divisões ou rachas foi que, em 1966, já no pós-golpe, o Partido Comunista começava uma série de discussões que dariam base para a elaboração das Teses de seu VI Congresso. A resolução mostrou que o partido defendia a necessidade de mudanças sociais, políticas e econômicas para o Brasil através de uma revolução que deveria ser realizada em duas etapas: a primeira, nacional e democrática (que lutaria pelo fim dos resquícios feudais no campo e da dependência imperialista); e a segunda, socialista.

O partido defendia ainda que a resistência contra a Ditadura Militar seria possível através de uma aliança com diferentes setores da sociedade, incluindo o setor da burguesia que se posicionasse contrário ao regime. Mas, a decisão que suscitou a maior polêmica foi a que privilegiava a via pacífica para concretização destas transformações. Esta opção por uma luta pacífica em um período de ditadura militar gerou uma série de cisões dentro do partido, de

¹⁷⁸ Para a construção deste subitem com as biografias dos integrantes da FALN, optei por acompanhar a trajetória daqueles que tiveram maior destaque em sua atuação, principalmente no que diz respeito ao processo de estruturação do grupo.

cuja crise ele jamais se recuperaria. A FALN foi resultado deste abalo sofrido pelo PCB devido às decisões do seu VI Congresso.

Segundo Vanderley Caixe, neste período de discussões do VI Congresso, o jornal do PC, *Voz Operária*, trazia um encarte chamado *Jornal de Debate para o VI Congresso*, que tinha uma tendência pacifista muito forte, porque o comitê organizador dos debates tentava impedir que os artigos favoráveis à luta armada fossem publicados. Ainda assim, Carlos Marighela, Mário Alves, Jacob Gorender ou Joaquim Câmara Ferreira, geralmente usando nomes falsos, escreveram alguns artigos a favor da resistência armada que conseguiram ser publicados¹⁷⁹. Além disso, Carlos Marighela, que era secretário geral do Comitê Estadual do PCB, havia acabado de ser expulso do partido por ter participado da reunião da OLAS¹⁸⁰ (Organização Latino Americana de Solidariedade), em Cuba, que também defendia a luta armada.

Desta forma, Caixe, já decidido pela opção armada, consegue marcar um encontro em São Paulo com Carlos Marighela, por intermédio de Irineu de Moraes¹⁸¹ e de José Augusto de Azevedo Marques¹⁸². Este último era irmão de Pedro Augusto de Azevedo Marques (do PCB de Ribeirão Preto), morava em São Paulo e tinha contatos com o pessoal da Filosofia da USP. Quando o encontro ficou acertado, segundo Vanderley Caixe, Irineu de Moraes estava ao seu lado, e isto fortaleceu sua decisão: “*sair com o Irineu era sair com quase metade do partido*”.¹⁸³

O encontro aconteceu em uma lanchonete na avenida Paulista, e durou alguns minutos. Segundo Caixe:

“(...) a questão que é colocada..., Marighela primeiro pergunta se o Índio [Irineu de Moraes] estava comigo neste contato, eu falei que sim; segunda coisa, ele levanta que é preciso que a gente ganhe o partido todo. Ele ainda acreditava que era possível”.¹⁸⁴

¹⁷⁹ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 15 de maio de 2002. Fita 1 – Lado A.

¹⁸⁰ A primeira tentativa de unificar ideologicamente toda a América Latina visando ao caminho armado para a revolução foi a reunião Tri Continental em Cuba (1966), que posteriormente se desdobrou na reunião da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade, de 1967). Foi justamente a opção pelo caminho armado defendido na reunião da OLAS que gerou conflitos entre Cuba e os partidos comunistas de orientação soviética, incluindo o PCB. Segundo Jean Sales “(...) certamente foi a partir da reunião da OLAS que se tornou público e patente a intenção dos cubanos de exportarem seu modelo de revolução para o conjunto do continente e tornar-se um centro revolucionário, para além das influências chinesa e soviética”. SALES, Jean. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Texto de qualificação (Doutorado, Unicamp), p. 23.

¹⁸¹ BOTOSSO, M. *Op. cit.*, p. 54.

¹⁸² Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 06 de dezembro de 2005. Fita 1 – Lado A

¹⁸³ Idem. *Ibidem*.

¹⁸⁴ Idem. *Ibidem*.

Caixe acreditava que receberia armas do velho militante do PCB, mas isso não ocorreu. Segundo Caixe o encontro pareceu-lhe uma “*ducha fria*”, porque Marighela lhe disse:

“(…) a arma está aí, no coldre do soldado, é lá que você vai buscar. A arma está nos quartéis, a arma está nas delegacias, é lá que nós vamos buscar as armas. Não tem nada pronto”.¹⁸⁵

Quando Caixe voltou para Ribeirão Preto, não conseguiu entrar em contato com Irineu de Moraes, até que, passados alguns dias, recebeu a convocação para uma reunião do PCB. Patrocínio dos Santos, Sérgio Arouca e Irineu de Moraes presidiram a reunião que expulsaria Caixe do PCB.

Mesmo sem conseguir as supostas armas com Marighela e tendo perdido Irineu de Moraes como aliado, Vanderley Caixe junto com Áurea Moretti, Nancy Marieto, Luiz Gonzaga da Silva e Sílvio Rego Rangel, todos saídos do PCB, começaram a se organizar em um novo grupo e, de certa forma, tornaram-se seus principais dirigentes, com exceção de Nancy Marieto, que se desligaria do grupo pouco depois de sua formação¹⁸⁶. Nascia assim a FLN (Frente de Libertação Nacional), que mais tarde seria renomeada FALN¹⁸⁷.

Segundo Caixe, neste primeiro momento, apesar do desejo de começarem a se fazer algo, não se sabia o quê e como fazer, já que a FALN foi, talvez, a primeira dissidência do PCB que optou pela luta armada¹⁸⁸, antes ainda que a própria ALN, de Marighela. Diz Caixe:

“No primeiro momento ele [o grupo] tinha um conteúdo de organização dissidente que seria pela violência, luta armada, mas não tinha uma fórmula definida. No princípio não tínhamos nem condições, não havia possibilidade de saber como ela [a organização] se desenvolveria”.¹⁸⁹

¹⁸⁵ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 15 de maio de 2002. Fita 1 – Lado A.

¹⁸⁶ Em depoimento a Marcelo Botosso, Nancy Marieto esclarece: “eu praticamente dei idéias para a formação do grupo do jornal [*O Berro*], mas quando eles deram um nome ao grupo, uma estrutura armada para o grupo eu já não estava mais (...) no período em que eu estava, a gente fazia política mais em função d’*O Berro* divulgando idéias, na época eu ainda discordava da luta armada, portanto, realmente eu não era das FALN, eu era do grupo político que produzia o jornal”. Apud BOTOSSO, M. *Op. cit.*, p. 53.

¹⁸⁷ Em entrevista para mim Sílvio Rego Rangel afirma que quando o primeiro núcleo se formou a organização não tinha nome. Nas palavras dele: “Nós acabamos nos constituindo neste período na organização, esta organização não tinha nome, ela nunca teve nome, na verdade. Num determinado período ela se identificou em um documento, de uma maneira muito bobinha, muito pequenininha, como FLN, a FALN nunca aparece, a não ser em uma circunstância [no episódio em que o grupo explode bombas em vários pontos de Ribeirão Preto] e que acabou ficando o nome, que eu odeio (risos). Esse nome não existe, esse nome é um nome que se deu a posteriori, ele tinha um sentido da questão da libertação nacional, mas esse nome, realmente, não estava claro para ninguém” (Fita 1 – Lado A). (...) Agora para a polícia foi muito mais interessante colocar a gente como Forças Armadas de Libertação Nacional, isso (...) provavelmente, pesou mais nas considerações judiciais. (Fita 3 – Lado A) - Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Em entrevista para Matilde Leone, Djalma Quirino de Carvalho também afirma que não sabia qual era o nome do grupo, somente na cadeia ele conheceu a sigla FALN. Entrevista de Djalma Quirino de Carvalho para Matilde Leone. São Paulo, meados da década de 1980. Fita 1 – Lado A.

¹⁸⁸ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002. Fita 1 – Lado A. CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, p. 92.

¹⁸⁹ Entrevista de Vanderley Caixe para Matilde Leone. São Paulo, 17 de janeiro de 1986, Fita 1.

Nesta primeira fase, o trabalho baseou-se na busca de novos adeptos para o grupo e na elaboração do jornal *O Berro*, que foi produzido ao longo de todo o tempo em que a FALN atuou. Através da divulgação do jornal e da busca de novos membros o grupo foi crescendo.

Podemos dizer que Caixe foi um dos principais articuladores da FALN e foi considerado o líder do grupo tanto por seus integrantes¹⁹⁰, como, posteriormente, pelos órgãos repressivos¹⁹¹. Luiz Gonzaga, por exemplo, explica este papel de liderança devido ao envolvimento de Caixe com a movimentação dos Centros Acadêmicos, o que o ajudou a ter uma penetração política maior do que os demais¹⁹².

Além disso, como Vanderley Caixe fora do PCB, ele conhecia muitas pessoas que haviam militado ou eram simpáticos aos ideais do partido e foi seguindo esta rede de relações já estabelecidas que ele e os demais começaram a entrar em contato com pessoas de Ribeirão Preto e de cidades vizinhas. Luiz Gonzaga, por exemplo, fala que foi a partir da experiência com ex-integrantes do PCB, como Mário Bugliani, Maginho Agostinho Pinto e Magno Dadonas que “foi sendo moldada a organização”¹⁹³. Magno Dadonas, por sua vez, também fala sobre esta relação entre o PCB e a FALN:

“No grupo de Caixe eu não sei quantos eram descendentes do PC, mas acho que muita gente pertencia não organicamente, de carteirinha, mas estava ligado de certa forma ao PCB, eu diria que era uma ligação de ideal, emotiva para com o partido”.¹⁹⁴

Uma das primeiras pessoas procuradas por Vanderley Caixe foi Mário Bugliani que, como vimos, havia chegado ao PCB através de Irineu de Moraes e fora responsável pela organização de uma greve na usina Albertina, em Sertãozinho. Bugliani tornou-se um membro importante para o grupo porque através dele muitos trabalhadores rurais conheceram o jornal *O Berro* e alguns se tornaram membros da FALN, como Maginho Agostinho Pinto e Francisco Alves Reis Filho, que já vinham de uma participação política no PCB, além de Hélio de Freitas, Geraldo Nascimento, Francisco Ponce, Aristóteles Fagundes, João Martins, Virgílio Massoneto, e Agostinho Batista.

O sitiante Néelson Agenor Toneto foi o único trabalhador rural que chegou a FALN por intermédio de Caixe e Áurea Moretti e não por meio de Mário Bugliani. No caso de Néelson

¹⁹⁰ Praticamente todas as pessoas entrevistadas por mim ou por Matilde Leone associaram o nome de Caixe à liderança do grupo. Silvio Rego Rangel e Luiz Gonzaga da Silva, por exemplo, afirmaram que Caixe era o quadro mais preparado teoricamente.

¹⁹¹ BNM. Processo 65. *Relatório*, pg. 913 e *Sentença*, pgs. 11-16.

¹⁹² Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – lado A.

¹⁹³ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁹⁴ Entrevista de Magno Dadonas para Matilde Leone. São Paulo, 04 de janeiro de 1986. Fita 1 – Lado A

Toneto, a história do PC passa pela sua história porque ele era filho de José Tonetto, velho militante do partido em Ribeirão Preto. Nelson Tonetto conheceu Caixe quando este e Áurea iam visitar seu pai que estava doente. Foi assim que ele tomou conhecimento sobre a FALN e aos poucos foi aderindo ao grupo.

Antônio Inocêncio Gomes também tinha uma história anterior de envolvimento com o PCB ¹⁹⁵. Ele era dono de uma banca de jornal e Vanderley começou a freqüentar seu local de trabalho. No depoimento de Antônio Gomes consta que Vanderley lhe disse sobre “a necessidade de se formar grupos e movimentos para, em futuro, derrubar o governo” ¹⁹⁶, Antônio Gomes aderiu à idéia. Sua banca de jornal e revistas, localizada no cruzamento das ruas Tibiriçá e Américo Brasiliense, região central da cidade, passou a ser um ponto de troca de informações entre os integrantes do grupo.

Edson Bulamah era colega de turma de Caixe, ambos faziam o 5º ano da faculdade de Direito. Edson tivera um envolvimento com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e depois com o PCB ¹⁹⁷. Nas palavras de Édson: “o partido [PCB] foi um fator de aglutinação com outros componentes do grupo”. ¹⁹⁸

Na cidade de Franca as pessoas inicialmente procuradas por Caixe e por Luiz Gonzaga foram Magno Dadonas e Vanderlei Fontellas, ambos com uma história anterior de envolvimento com o PCB. Segundo Magno: “as propostas de organização para a luta armada vieram do Caixe e do Gonzaga, eram os contatos que a gente tinha em Ribeirão Preto”. ¹⁹⁹

O francano Vanderlei Fontellas era neto e filho de militantes do PCB e em decorrência disso conheceu Vanderley Caixe. Quando este o procurou, Fontellas aderiu ao grupo e passou a ser um dos responsáveis pelo *O Berro*, já que assumiu a função de diretor comercial do jornal. Segundo ele:

“Eu conheci o Vanderley dentro da minha casa. Ele passou a militar no PC e na minha casa sempre havia contatos para o PC, antes de 64, pós 64, diminuiu após o AI-5. (...) E o Vanderley, assim que cindiu com a linha jovem do PC, ele também saiu do PC e nós mantivemos sempre um contato, através de reuniões e bate papos (...) a gente passou a ter o jornal *O Berro*. (...) Eu não cheguei a escrever, eu assinava como diretor comercial do jornal, mas não era articulista, os artigos eram mais de responsabilidade do Vanderley [Caixe]”. ²⁰⁰

¹⁹⁵ BOTOSSO, M. *Op. cit.*, p. 76.

¹⁹⁶ BNM. Processo 65. *Depoimento de Antônio Inocêncio Gomes*, p. 55.

¹⁹⁷ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 170.

¹⁹⁸ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁹⁹ Entrevista de Magno Dadonas para Matilde Leone. São Paulo. Fita 1 – Lado A.

²⁰⁰ Entrevista de Vanderlei Fontellas para Matilde Leone. Ribeirão Preto. Fita 1 - Lado B

A partir de Magno Dadonas e Vanderlei Fontellas aderiram a FALN Mauro Correia Neves, Antônio Moscardini e Luiz Carlos Henrique Fernandes, todos de Franca. Depois e aos poucos foi se formando um núcleo do grupo na cidade e novas adesões foram acontecendo, como as de Cleómenes de Paula Ribeiro, Antônio Pádua Silva e Néelson José Japaula.

Além do PCB, outro caminho importante a partir do qual o grupo seguiu foi o movimento estudantil. O envolvimento dos jovens com os grêmios das escolas secundaristas, com os centros acadêmicos, com as questões referentes à política estudantil e as passeatas pelas ruas de Ribeirão Preto parecem ter sido um meio propício e motivador para a conquista de novos adeptos. Foi por intermédio do movimento estudantil, também que muitas lideranças foram sendo demarcadas, como Vanderley Caixe, por exemplo.

Estavam envolvidos com questões ligadas aos grêmios das escolas secundaristas, por exemplo, Sílvio Rego Rangel, Luiz Gonzaga da Silva, Vicente Alessi Filho e Flávio Poltronieri. Além disso, através do movimento estudantil muitos chegaram ao PCB, como o próprio Vanderley Caixe, Áurea Moretti, Luiz Gonzaga da Silva e Edson Bulamah.

Paulo de Azevedo Júnior²⁰¹ foi outro que conheceu os integrantes da FALN devido ao seu envolvimento com as questões da política estudantil. Ele era estudante de Direito na cidade de Franca, e morava em Ribeirão Preto.²⁰²

José Ivo Vannuchi era da cidade de São Joaquim, mas fazia faculdade em Ribeirão Preto. Foi nesta cidade que ele conheceu as propostas da FALN. O desdobramento desta relação possibilitaria a formação de um núcleo da FALN em São Joaquim da Barra. A partir daí adeririam a FALN: Djalma Quirino de Carvalho, César Marcelino da Silva, João Carlos Nicolau, Arthur Adolfo Parada, Ékson Parada Prócida, Heleno Martins, José Adolfo Carneato, José Geraldino Telles, José Mendes Júnior e Leila Bosqueto.

Havia ainda os trabalhos paralelos de busca de novos adeptos. Foi assim, por exemplo, que Mário Lorenzato chegou ao grupo. A amizade entre Lorenzato e Abraão Caixe, irmão de Vanderley, aproximou-os. Nas visitas que fazia a casa de Caixe, este expunha para Mário Lorenzato seu trabalho e suas intenções e aos poucos Mário também foi aderindo ao grupo.

Orpheu Tibério trabalhava na Antártica e passou a conhecer o grupo por intermédio de Áurea Moretti. Através dele, seu colega de serviço José Guido Fidelis também se

²⁰¹ Paulo Azevedo Júnior foi, provavelmente, o único envolvido com a FALN que conseguiu fugir quando as prisões começaram, em outubro de 1969. Paulo Azevedo se exilou no Chile e permaneceu lá por dois anos.

²⁰² Entrevista de Paulo de Azevedo Júnior para Matilde Leone. São Paulo, meados da década de 1980.

aproximaria da FALN. Ao que parece, foi também por iniciativas individuais que chegariam ao grupo Francisco Jorge, dono de um bar no centro da cidade, que contribuía financeiramente com o grupo e guardava alguns materiais a pedido de Vanderley Caixe e Valfredo Ramalho, vendedor de livros, que afirma ter conhecido a FALN por intermédio de Caixe, que sempre definia seu trabalho como um movimento que “(...) estava politizando o povo de Ribeirão Preto e da região da zona rural para levantar um movimento armado”.²⁰³

Por fim, podemos falar de Guilherme Simões que, de acordo com seus depoimentos, defende ter sido envolvido pelo grupo inocentemente. Áurea Moretti estudava na faculdade onde ele era professor, e sempre lhe oferecia *O Berro* em troca de alguma doação em dinheiro. Depois, também a pedido de Áurea, ele colaboraria na tarefa de abastecer um acampamento do grupo localizado fora da cidade. Segundo Guilherme, ele conduzia Áurea ao local acreditando que se tratava de um trabalho de assistência social para os pobres.

* * *

Para concluir este item faço aqui duas ressalvas na tentativa de impedir que as pequenas tramas deste trabalho de busca de novos adeptos fiquem perdidas na construção da escrita do texto.

Em primeiro lugar, o envolvimento das pessoas no grupo acontecia de forma variada. Existiram aqueles que se dedicaram mais pela organização, como Vanderley Caixe, Áurea Moretti, Luiz Gonzaga da Silva e Sílvio Rego Rangel, responsáveis pela busca de novos integrantes e pelo trabalho de finanças e estruturação do grupo. Sílvio Rangel, por exemplo, conta que no início, ele fazia um trabalho diário de tentar contatos com pessoas que ele julgava simpáticas aos ideais de esquerda²⁰⁴.

Paulo Azevedo Júnior também afirma que quando ele fazia parte do grupo ele trabalhava intensamente:

“(...) não havia sábado, não havia domingo, era uma dedicação plena (...) tinha uma vontade da gente participar, um idealismo muito grande, uma vontade de lutar, ser contra os militares, lutar pelo socialismo sem entender muito bem que tipo de socialismo que era, pelo menos eu não tinha muita noção do que era China, União Soviética, Cuba muita pouca coisa a gente sabia, mas era a luta contra os militares, pelo socialismo, reforma agrária e ia tocando o barco”.²⁰⁵

²⁰³ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Valfredo Ramalho dos Santos, p. 542.

²⁰⁴ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 1 – Lado A.

²⁰⁵ Entrevista de Paulo de Azevedo Júnior para Matilde Leone. São Paulo, meados dos anos 80.

Outros tinham vínculos menores, como Edson Bulamah que diz ter tido “*uma militância muito curta na FALN*”²⁰⁶. Orpheu Tibério ajudava expropriando ácido sulfúrico da Cervejaria Antártica²⁰⁷, onde trabalhava. José Guido Fidelis se propôs a confeccionar algumas peças no torno mecânico que ajudassem na confecção de bombas²⁰⁸ e Francisco Jorge se responsabilizou por guardar documentos e objetos do grupo²⁰⁹, somente para termos alguns exemplo.

A segunda ressalva é que, embora tenhamos insistido na importância que teve para a existência da FALN as relações já estabelecidas pelo PCB local e pelo movimento estudantil, a formação do grupo não teria sido possível sem o trabalho de busca de novos adeptos realizado pelos integrantes da FALN, ou sem as pequenas lutas diárias de seus membros, fossem elas bem articuladas ou não.

2.3 – Caminhos perseguidos: A atuação do grupo

I – As ações não armadas

Vimos acima alguns dos caminhos percorridos pelos primeiros integrantes da FALN para a busca de novas adesões. Paralelo a este trabalho, o grupo começava a realizar algumas atividades mais práticas.

Tanto a divulgação do jornal *O Berro* como a participação de vários integrantes da FALN em passeatas de protesto à ditadura pelo centro de Ribeirão Preto foram as primeiras vias de atuação do grupo e também as não armadas.

Durante o ano de 1967, várias passeatas ocorreram em Ribeirão Preto. Em sua maioria, elas eram organizadas pelos estudantes. As passeatas geravam tumultos, porque as tropas da polícia civil se encaminhavam para os locais onde os protestos eram realizados, até que a concentração se dispersasse.

No decorrer das passeatas, além das frases e cartazes de protesto, havia os comícios relâmpagos, as bolinhas de gude para impedir a aproximação dos cavalos da tropa de choque e eram organizadas algumas estratégias de fuga. De acordo com os depoimentos, podemos

²⁰⁶ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 172.

²⁰⁷ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Orpheu Tibério, p. 191.

²⁰⁸ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de José Guido Fidelis, p. 196.

²⁰⁹ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento Francisco Jorge, p. 212.

afirmar que entre os integrantes da FALN participaram destas passeatas Áurea Moretti, Vanderley Caixe, Hélio de Freitas, Sílvio Rangel, Mário Lorenzato e Vicente Alessi Filho.

O jornal *O Berro*, inicialmente, também esteve ligado às atividades estudantis. Surgido em 1966, era um boletim informativo vinculado à Faculdade de Direito Laudo de Camargo (Ribeirão Preto), e se definia como: “*Órgão independente e de vanguarda dos acadêmicos de Direito de Ribeirão Preto*”. Embora expressasse um caráter contestador em relação ao regime, seu conteúdo era basicamente voltado ao interesse de estudantes.

Mas, aos poucos, conforme o grupo foi se organizando, seu conteúdo sofreu variações. Em 1967, o jornal foi desvinculado da faculdade e apropriado pela FALN, que passou a expressar suas manifestações contrárias à Ditadura através dele. Em nenhum dos exemplares, contudo, a relação entre *O Berro* e a FALN foi mencionada. De acordo com Botosso:

“Os primeiros gritos de protesto dos militantes da FALN certamente foram impressos no jornal estudantil *O Berro*. Esse veículo teria um papel vital no surgimento, estruturação e atuação da organização clandestina”.²¹⁰

O Berro teve algumas de suas características modificadas quando deixou de ter vínculos com a faculdade e tornou-se um boletim da organização. Se, no início, seus assuntos eram voltados basicamente para o interesse de jovens estudantes, depois de 1967 ele buscou influenciar diferentes setores da sociedade, através de denúncias referentes aos problemas sociais e aos abusos do capitalismo, do imperialismo e da Ditadura.

Nesta nova fase, seu *slogan* passa a ser: “*O Berro é a arma do povo!*”²¹¹ (grifo meu), o que evidencia a perda de seu caráter estritamente estudantil. Em vários de seus números, por exemplo, há impresso: “*Pegue este jornal e saia por aí, tem muita gente pra ler e lutar*”.²¹² Áurea Moretti explica que:

“(...) o povo chamava revólver velho de berro, revólver era berro, então já era o berro [o grito], já era o berro que era a arma do povo”.²¹³

Desta forma, com seu conteúdo modificado, e já com uma referência a opção do grupo pela luta armada *O Berro* foi o meio encontrado para começar o trabalho de articulação do grupo. Em depoimento prestado por Sílvio Rangel aos órgãos repressores após a queda do grupo, consta que:

²¹⁰ BOTOSSO. M. *Op. cit.*, p. 50.

²¹¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 65/457/477/479/513.

²¹² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 458.

²¹³ Entrevista de Áurea Moretti Pires para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 15 de junho de 2002.

“(...) o novo grupo tinha por princípio a implantação do socialismo através da luta armada, mas que não tinha definido o meio desta luta, foi aí que acharam no jornal *O Berro* uma maneira de saírem da inatividade e manter o grupo unido”.²¹⁴

O jornal *O Berro* mobilizou o trabalho do grupo. Sílvio Rangel, por exemplo, relata que neste primeiro momento da FALN, ele e Áurea Moreti faziam um trabalho em praticamente todas as noites, na tentativa de conseguir contatos com pessoas da cidade através do jornal. Nestes contatos eles discutiam a situação do país e o conteúdo trazido em cada novo número do jornal. Segundo Sílvio, nestas reuniões:

“O discurso era um discurso infantil. É que a própria situação que a ditadura tinha criado transformava este discurso em um discurso absolutamente possível, mesmo que ele fosse infantil. O discurso era do tipo ‘*não agüentamos mais*’, ‘*precisamos reagir*’”.²¹⁵

Foi com o jornal *O Berro* na mão que o trabalho bruto, de garimpagem de novos companheiros de luta se realizou. Paulo Azevedo Júnior, por exemplo, conta que quando a direção da FALN queria que novos contatos fossem abertos em cidades da região de Ribeirão Preto, era através do jornal que este trabalho acontecia. Conta ele:

“A gente tinha uma vontade de participar e não media muito, né? (...) A gente saía do nada, uma vez eu fui preso distribuindo jornal em uma cidadezinha perto de Ribeirão Preto [Cajuru] (...) Então, por exemplo, tem que abrir contato em uma região que tenha bastante bóia-fria. O que a gente fez? Pegamos um ônibus, eu e mais um outro companheiro [Luiz Gonzaga da Silva] e fomos para lá, com o jornal debaixo do braço, e aí conversamos com as pessoas na rua, então, aquelas pessoas que mostravam um pouco mais de interesse, a gente já anotava o nome, o endereço, depois voltava. (...) Então, você vê, era dito assim: ‘*precisa abrir um contato naquela cidade, se vire*’, e a gente ia e se virava, nem pensava duas vezes, pegava o ônibus e ia para lá. E chegava assim, dando cabeçada, conversando com as pessoas. Em Franca foi desta forma, no meio dos operários, dos sapateiros. Os sapateiros ficavam sentados na porta das fábricas e a gente lia o jornal, no outro dia a gente voltava: ‘*vocês leram o jornal? O que vocês acharam?*’ Um ou outro se interessava, a gente voltava depois para conversar com eles, ia na casa deles, pegava amizade com o cara”.²¹⁶

Mário Lorenzato e Áurea Moretti também faziam um trabalho de divulgação do jornal entre os padres da região de Ribeirão Preto, nas cidades de Cravinhos, São Simão e Nuporanga, por exemplo, como veremos mais adiante.

Estes exemplos mostram que havia um interesse e uma disposição entre os membros da FALN em realizar um trabalho que permitisse uma ligação entre as cidades da região de Ribeirão Preto, mas ao que parece esse trabalho se valia mais da dedicação de quem o fazia

²¹⁴ Coleção BNM, Processo 65, depoimento de Sílvio Rego Rangel, p. 163. Embora saibamos que estes depoimentos eram alterados ou forjados pelos órgãos de polícia, a citação acima pode ser considerada porque ela foi confirmada em entrevistas com os membros do grupo.

²¹⁵ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 1 – Lado A.

²¹⁶ Entrevista de Paulo Azevedo Júnior para Matilde Leone. São Paulo. Fita 1 – Lado A.

do que de uma estrutura que conseguisse dar respaldo a essa tarefa, por isso, muitas vezes, estes contatos acabaram ficando isolados, esparsos.

Vanderley Caixe, ao referir-se a atuação da FALN, sempre destaca que o trabalho do grupo se espalhou por aproximadamente 40 municípios da região²¹⁷. Segundo ele:

“A região que atuávamos era Ribeirão, Sertãozinho, Pontal, Barrinha, Pitangueiras, Bebedouro, Cravinhos e ia para Minas também em Uberaba, Igarapava, São Joaquim da Barra, Orlândia. Dava uns 40 municípios”.²¹⁸

O trabalho dos integrantes da FALN para divulgar o jornal e, conseqüentemente, o projeto do grupo, certamente, ultrapassaram as fronteiras de Ribeirão Preto, mas pelo que é possível constatar através da documentação foram somente nas cidades de Franca, São Joaquim da Barra e Sertãozinho que a FALN pode contar com um núcleo de adeptos e participantes; em outras, como Cravinhos, Cajuru ou São Simão, por exemplo, o contato com o grupo se deu de maneira diferente, e não permitiu a formação de nenhum pequeno núcleo. Por isso, é preciso fazer ressalvas quanto ao envolvimento de 40 municípios, como coloca Vanderley Caixe²¹⁹.

Prova disto é que se nos basearmos nas cidades onde residiam as 49 pessoas que foram processadas por envolvimento com a FALN, veremos que 18 delas eram de Ribeirão Preto, 11 de São Joaquim da Barra, 8 residiam em Sertãozinho e 6 em Franca (incluo aqui Magno Dadonas, que no momento da prisão residia em São Paulo). Restam 6 envolvidos, sendo que destes 3 estavam ligados ao grupo de Sertãozinho, embora residissem em Bebedouro e Pitangueiras.

A questão é que a divulgação do jornal fez com que um número grande de pessoas fossem chamadas para prestar depoimento quando o grupo foi descoberto. É por isso também que Gorender afirma que “a polícia misturou de cambulhada assinantes do jornal ‘O Berro’ com militantes ativistas”.²²⁰

²¹⁷ CARVALHO, L. M. *Op. cit.*, p. 92. Entrevista de Vanderley Caixe para Matilde Leone. São Paulo, 17 de janeiro de 1986, Fita 1.

²¹⁸ Entrevista de Vanderley Caixe para Matilde Leone. São Paulo, 17 de janeiro de 1986, Fita 1.

²¹⁹ Quando questionado sobre estes 40 municípios, Vanderley Caixe afirmou que a FALN realmente conseguiu atingir todas estas cidades, tendo em cada uma delas ao menos três pessoas que serviam como contato do grupo, porém – ainda segundo Caixe – muitas vezes estas pessoas ficavam até dois meses sem assistência, o que acarretava em uma perda de controle sobre o que eles estavam realizando. Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 06 de dezembro de 2005. Fita 1 – Lado B. Acredito que estes dados me dão mais um motivo para afirmar, como fiz acima, que tal característica vinculada a FALN precisa ser considerada com cautela.

²²⁰ GORENDER, J. *Op. cit.*, p. 220.

Para termos uma idéia do que isso significou, podemos trabalhar com os números de pessoas que foram indiciadas²²¹ devido ao suposto envolvimento com a FALN. Dentro do estado de São Paulo, de acordo com dados do projeto *Brasil: Nunca Mais*, 615 pessoas foram classificadas como indiciadas; destas, 76 foram vinculadas ao processo da FALN, ou seja, aproximadamente 12,3% do total delas.²²²

Através destes dados estatísticos e desta porcentagem a FALN é colocada como a terceira organização dentro do estado de São Paulo com o maior número de indiciados, ficando atrás apenas da Ação Libertadora Nacional - ALN (com 113 indiciados entre os anos de 1969 a 1974), e do Partido Comunista Brasileiro (com 84 indiciados entre 1964 e 1975)²²³. Há que se destacar, contudo, que o processo da FALN chegou a estes 76 indiciados em um período muito curto, por volta de 2 meses, enquanto para a ALN e o PCB foram decorridos 6 e 12 anos, respectivamente, para que fosse possível chegar a estes números.

Segundo depoimento de Luiz Gonzaga da Silva:

“Quando cai a FALN ninguém imaginou que tinha tanta gente, tinha realmente muita gente, mas efetivamente era um número inchado, porque eles não tinham definições, não tinha nada definido, então, era contra o governo, contra o governo, contra o governo, contra o governo, usavam-se as situações que estavam acontecendo para manter esse pessoal junto. Mas o grupo resume, em termos de atividade, a um número muito pequeno, então, maior quantidade de camponês preso, maior quantidade de secundarista preso, isso não significa maior quantidade ativo, mas por quê? Porque houve, também, um arrastão, e era aquele pessoal que tinha pegado *O Berro* uma vez. Você podia ter recebido, ter lido e nem gostado. Então, deu esta impressão e, realmente, o número de presos foi uma quantidade muito grande e quem ficou foi um número pequeno. Então, poderia definir a FALN como a FALN dos 13²²⁴, eram os 11 do Brizola...”.²²⁵

Julgo a declaração de Luiz Gonzaga uma análise bastante coerente. A divulgação do jornal não significava que ele tinha uma boa aceitação. No processo, por exemplo, podemos encontrar declarações como as de João Humberto Antoniazzi, que “*considerava [os jornais] redigidos em linguagem bastante precária*”²²⁶. Ou a de José Roberto Tamburás, que afirmou: “*(...) ser Áurea Moretti uma moça persistente e até mesmo chata no propósito de entrar em contato com as pessoas*”²²⁷. Guilherme Simões, por sua vez, declara que quando: “[*Áurea*]

²²¹ Indiciados foram todos aqueles considerados suspeitos de manter ligações com os grupos clandestinos, mas que, por falta de provas, não puderam ser denunciados (ou considerados culpados).

²²² SILVA, M. M. & BAGATIM, A. *Documentos e memórias da repressão militar e da resistência política (1964-1982)*.

²²³ Idem. *Ibidem*.

²²⁴ Neste trecho Luiz Gonzaga da Silva faz referência às treze pessoas consideradas culpadas após a Sentença, dentre as 49 processadas por envolvimento com a FALN.

²²⁵ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro – SP, 19 de junho de 2005, Fita 1 – Lado B.

²²⁶ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de João Humberto Antoniazzi.

²²⁷ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de José Roberto Tamburás, p. 565.

*trazia o jornal, eu olhava, assim, o cabeçalho, não estava interessado, nem tinha muito tempo. (...) Iguamente a esse, nós contribuíamos com outros jornais”.*²²⁸

Porém, os dados também sugerem a dedicação diária e de garimpagem a que se propuseram os membros do grupo, caso contrário, os órgãos policiais não conseguiriam ter mapeado um número tão grande de possíveis leitores do jornal.

II - As ações armadas

Paralelas a estas primeiras atividades, a FALN organizou algumas outras clandestinas. Ela foi responsável, por exemplo, por algumas pichações em muros, com palavras de ordem como: “Abaixo a Ditadura”, “Viva Cuba!”, “Salário igual à fome - Fome igual à morte”; “O patrão explora o empregado”.

Houve também a confecção e explosão de bombas pela cidade. Elas não eram de capacidade destrutiva, mas queriam implantar uma sensação de ameaça. Inicialmente estas bombas foram colocadas no Mercado Municipal, na Igreja dos Mórmons e no 3º Batalhão Policial. Segundo Vanderley Caixe, o Mercado Municipal foi escolhido porque lá era um lugar de grande concentração de público; a Igreja dos Mórmons era uma maneira de protestar contra os norte-americanos e a do Batalhão Policial era uma forma de protestar a repressão exercida por aquele órgão²²⁹.

Sobre o acontecimento, Luiz Gonzaga lembra que:

“A história das bombas, por exemplo, na verdade também tinha efeito propagandístico. Só! Não havia nenhuma intenção... A que deu um “auê” maior foi a que eu coloquei no BP, no Batalhão de Polícia Militar, que eu lembro que naquela noite o Hely Lopes Meireles, que era secretário da Justiça, estava em Ribeirão na Recreativa. (...) Coube a mim colocar debaixo da guarita de um coitado, que ele teve dor de barriga. E quando eu fui preso ele religiosamente ia me ver lá na cela.”²³⁰

No dia 20 de outubro de 1967, data do aniversário de morte de Che Guevara, a FALN organizou uma ação para que algumas bombas explodissem no mesmo horário nas cidades de Ribeirão Preto, Sertãozinho e Pitangueiras. Estas bombas também não tinham capacidade destrutiva, mas espalhavam folhetos de críticas à Ditadura e de homenagem a Che Guevara.

²²⁸ Entrevista de Guilherme Simões para Matilde Leone. Ribeirão Preto. Fita 3 – Lado B.

²²⁹ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 06 de dezembro de 2005. Fita 1 – Lado B.

²³⁰ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005, Fita 1 – Lado A.

Os locais escolhidos para as explosões foram os cinemas de Ribeirão Preto e de Sertãozinho e a praça central de Sertãozinho e de Pitangueiras. Estes locais também foram escolhidos por comportarem um número grande de pessoas.

O folheto²³¹ trazia a seguinte inscrição:

NOSSA HOMENAGEM
AO MESTRE “CHE” GUEVARA
PÁTRIA OU MORTE – VENCEREMOS
FALN

Sobre a ação das bombas, Caixe analisa:

"Não era um objetivo de destruir nada, mas para ver a capacidade de sincronia entre as pessoas que estavam fazendo. Quer dizer, como elas reagiriam num tipo de trabalho como esse, como experimentaríamos a nossa organização. E ao mesmo tempo, estaríamos fazendo uma propaganda da luta armada".²³²

As bombas geraram grande movimentação nos órgãos policiais da cidade. Foram enviados para Ribeirão Preto investigadores do DOPS. Havia uma urgência em se encontrar culpados. Inicialmente, um dos suspeitos cotados foi Marcos Anderson Duffles Andrade, que segundo o relatório era um *“sujeito paranóico, que já esteve detido quando agia de maneira semelhante, isto é, fazendo explodir bombas em Goiás, Brasília, Curitiba e Santos”*²³³.

Depois, três investigadores do DOPS identificados com os números 967, 1973 e 2071, definiram como suspeitos Paulo Proite e Vanderley Caixe, este último apontado como *“um dos cabeças do PC desta cidade”*²³⁴. Apesar das suspeitas recaírem sobre Caixe, a conclusão das investigações inocentou o líder da FALN:

“(…) dirigimo-nos a cidade de Ribeirão Preto motivados pelos últimos acontecimentos. (...) com referência às investigações, soubemos por pessoas da cidade ser possível tratar-se de agitadores de trânsito [já que houve explosões de duas bombas em Sertãozinho]. Diante, pois, do pequeno tempo que dispusemos, concluímos finalmente que os autores desta criminosa ação pertencem à chamada linha chinesa, escolhendo Ribeirão Preto devido à posição geográfica e ainda por cima por ser uma cidade estudantil”.²³⁵

²³¹ Dossiê 50-Z, Pasta 298, Doc. 1645. Acervo Deops – SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²³² Entrevista de Vanderley Caixe para Matilde Leone. São Paulo, 17 de janeiro de 1986. Fita 1.

²³³ Dossiê 50-Z, Pasta 298, Doc. 1646. Acervo Deops – SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²³⁴ Dossiê 50-Z, Pasta 298, Doc. 1567. Acervo Deops – SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²³⁵ Dossiê 50-Z, Pasta 298, Doc. 1645 e 1646. Acervo Deops – SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Além da equipe de investigadores, também chegaram à cidade alguns jornalistas para cobrir o caso, entre eles estava o ribeirão pretano Granville Ponce, que na época trabalhava no jornal paulista “O Diário”. Segundo Sílvio Rangel²³⁶, foi Granville Ponce quem induziu os delegados a acreditarem que aquilo não poderia ter sido feito por pessoas da cidade. No dia 30 de outubro, um novo relatório sobre o acontecimento foi feito e seu conteúdo trabalhava com a idéia de que, provavelmente, os responsáveis eram pessoas vindas de fora de Ribeirão Preto, assim como havia sugerido Granville Ponce.

“No dia 20 do corrente mês, por volta das 23 horas, ocorreu na cidade de Ribeirão Preto, no interior dos cinemas locais, uma série de explosões, sem que, no entanto, causassem danos materiais ou pessoais, exceto o impacto emocional. Ribeirão Preto (...) nunca foi foco de subversão ou de quaisquer outras reivindicações que determinasse alteração ou apreensão da Ordem Social. De poucos anos para cá, entretanto, tornou-se grande centro estudantil de nível universitário. A polícia local, sem êxito, enviou todos os esforços no sentido de descobrir os autores da confecção e distribuição (...) tudo leva a crer que não deve ficar longe dos estudantes. (...) tudo nos dá uma direção: meio universitário. (...) Não é demais, entretanto, que estando Ribeirão Preto na rota de Brasília, do triângulo mineiro, onde já surgiu movimento subversivo, que a polícia local, pelo setor da Ordem Política e Social, atente para os que por ali transitam.

São Paulo, 30 de outubro de 1967.

Eriovaldo Garcia Duarte”.²³⁷

A chegada de investigadores do DOPS na cidade, cuja perícia não chegou a uma conclusão correta, possibilitou um sentimento de força e de poder ao grupo, encorajando-os para novas ações; além disso, a presença de jornalistas da capital parecia garantir que a ação da FALN pudesse ser divulgada para além dos contornos da região.

Antes, porém, que o caso fosse dado por concluído, Vanderley Caixe foi preso, já que, como vimos acima, ele era considerado um dos suspeitos da ação. Alguns dos integrantes do grupo resolveram soltar novas bombas para inocentar Vanderley. Nas palavras de Sílvio, se as primeiras bombas trouxeram uma “*sensação de força total*”²³⁸, estas deram início a um desentendimento dentro do grupo. De acordo com Sílvio Rangel:

“Soltar essa segunda bomba foi uma coisa muito difícil de todos os pontos de vista, porque surgiram algumas radicalizações [queriam colocar uma bomba em cima da bomba de gasolina do Correio]. Provavelmente foi este momento que acabou dando uma certa ruptura.”²³⁹

²³⁶ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Matilde Leone. Fita 1 - Lado B e entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim, São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 1 – Lado A. Na entrevista que Vanderley Caixe concede para Matilde Leone, em 1986, ele também fala sobre a presença de Granville Ponce na cidade para cobrir o ocorrido. Fita 1.

²³⁷ Dossiê 50-Z, Pasta 298, Doc. 2657. Acervo Deops – SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²³⁸ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 1 – Lado A.

²³⁹ Idem. Ibidem.

O êxito durante a tarefa de explosão das bombas, tornou-se um incentivo para o início de ações armadas. Mas esta decisão gerou discussões que, em longo prazo, contribuíram para um racha dentro da organização, que acabou levando Luiz Gonzaga da Silva, Sílvio Rego Rangel e Vicente Alessi Filho a se desligarem do grupo.

De acordo com Vanderley Caixe:

“Tivemos quase que um racha porque tinha um grupo que queria forçar a saída imediata [para a luta armada] e outro que queria segurar. Já não importava resposta do nacional, dessas forças. Havia um plano que seria a saída de todos para o campo e, a partir disso, haveria algumas incursões pela região. (...) Isso começou a provocar desilusão em algumas pessoas por várias razões. (...) Havia uma pressa e isso pode ter sido um dos fatores que teria levado o Gonzaga a se afastar. Interessante que ele sumiu, e com isso houve preocupações porque ele conhecia todo mundo”.²⁴⁰

Sílvio Rangel assim como Caixe também afirma que Gonzaga dominava a estrutura e o funcionamento da organização, por isso, nas palavras de Sílvio: “*Pelo fato dele [Luiz Gonzaga] ter contato em tudo quanto é canto, a saída dele (...) quebrou um pouco, desarticulou o sistema*”. Gonzaga não voltaria mais a ter contato com a organização até que esta fosse descoberta pela polícia. Nas palavras dele:

“Eu saí e fui para Sorocaba porque de repente eles estavam organizando, organizando, organizando, e aí começou a fase do porra-louquismo, que seria então, aquele tipo de treinamento no meio do mato anexo à cidade (...) e como eu era muito pragmático eu achei que inchou muito e não havia mais uma forma de nortear. E de certa forma, uma boa parte do grupo queria ação, de tanto você passar aquele tipo de informação (...) só ação, só ação”.²⁴¹

Sílvio Rangel e Vicente Alessi, mesmo desligados do grupo e morando em São Paulo, ainda participaram de uma última atividade vinculada a FALN. Havia um plano de assaltar a pedreira municipal para a expropriação de dinamites e tanto Sílvio como Vicente foram chamados para a tarefa sem saber do que se tratava.

Participaram do assalto Vanderley Caixe, Nelson Agenor Tonetto, Mário Lorenzato, Antônio Inocêncio Gomes, Sílvio Rego Rangel, Vicente Alessi Filho, José Ivo Vannuchi e João Carlos Nicolau. Era um sábado à noite, o vigia da pedreira foi imobilizado e o assalto foi realizado com sucesso. Uma carta texto, endereçada “*ao povo*” foi deixada no local da expropriação. Ela foi elaborada nos seguintes termos:

²⁴⁰ Entrevista de Vanderley Caixe para Matilde Leone. São Paulo, 17 de janeiro de 1986. Fita 1.

²⁴¹ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

“SEMANA DEDICADA AO HERÓI DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA
“ERNESTO CHE GUEVARA”

AO POVO

(...) nós, membros das Forças Armadas de Libertação Nacional (...) infringimos uma derrota às forças da ditadura. Realizamos mais esta tarefa com o objetivo de canalizar esforços e acumulação de material para a longa luta que teremos que travar com o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. (...) A ditadura em nosso país recebeu mais uma derrota, provamos a ela que somos invencíveis porque lutamos por uma causa justa e honesta, porque lutamos pelo nosso povo, pela nossa pátria, contra os exploradores.

O que realizamos hoje, qualquer grupo pode realizar, pode realizar muito mais, mas é preciso que se realize objetivando o desmascaramento dos falsos da ditadura, e pelo povo brasileiro.

PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL”.²⁴²

O teor deste protesto é muito semelhante às idéias vinculadas pelo jornal *O Berro*, como veremos, principalmente quando eles defendem a luta de libertação nacional e se colocam contrários à ditadura e ao imperialismo norte-americano. Quando a organização foi descoberta, 12 dias após o assalto à pedreira, um esquema elaborado para a realização da tarefa foi localizado. Nele, Vanderley Caixe especificava entre outras coisas, as armas que cada um portaria:

“Cláudio (João Carlos Nicolau): a 22 do Mateus; Lucas (José Ivo Vannuchi): uma urko; Antônio (Mário Lorenzato): o 32 do Pedro; Mateus (Antônio Inocêncio Gomes): revólver próprio; Simão (Sílvio Rego Rangel): a luger e Pedro (Vanderley Caixe): o revólver do Antônio”.²⁴³

Além da relação das armas, havia um plano de fuga caso a polícia os seguissem, elaborado nos seguintes termos:

“(...) em caso de cerco da viatura no caminho de volta, esperar os indivíduos se aproximarem do ângulo de tiro, meter fogo – sem sair do carro – e aguardar a ação do grupo 2 [havia dois carros], a fuga ou outra decisão que se fizer necessária [será decidida] coletivamente, a orientação partirá do grupo 2, com Pedro. Sempre seguir o grupo 2 na fuga”.²⁴⁴

Esse esquema, que deveria ter sido destruído após a realização da tarefa; mostra o papel de líder assumido por Caixe, porque embora o documento afirme que as decisões iam ser tomadas *coletivamente*, também revela que a orientação viria do grupo 2, onde Caixe (codinome Pedro) estava. O mais interessante, contudo, é poder perceber que o uso de armas de fogo era uma idéia real, caso fosse necessário.

De acordo com Luiz Gonzaga, contudo, havia poucas armas no grupo e as que existiam eram obsoletas. Diz ele:

²⁴² Coleção BNM, Processo 65, p. 285.

²⁴³ Dossiê 50-Z, Pasta 9, Doc. 35.579. Acervo Deops – SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁴⁴ Idem. Ibidem.

“Armas na FALN, olha, se chegasse a seis era muito. Eu tinha uma pessoal, que eu andava para cima e para baixo, que era um trambolho, era horrível andar com aquilo, era um 38 cano longo, era do tamanho de uma metralhadora e eu não sabia onde na calça eu punha, então era complicadíssimo, pesava quase um quilo aquela desgraça. Então, era muito pouco, não tinha arma”.²⁴⁵

Ainda assim, a presença das armas foi um aspecto muito destacado no processo movido contra o grupo, principalmente nos *Autos de Apreensão*, quando era feita uma relação de todo o material encontrado. Era dando destaque à presença das armas que a polícia justificava a prisão dos integrantes do grupo e destacada sua periculosidade para que eles fossem apresentados de forma negativa para a sociedade.

III - As ações na área rural

No decorrer de todas estas atividades postas acima, a FALN também se voltou para um trabalho feito fora das cidades, com os trabalhadores rurais, sob a liderança de Mário Bugliani, e que pretendia servir de base para uma futura guerrilha rural. Estas atividades se baseavam em reuniões para a leitura d’*O Berro* junto aos trabalhadores rurais e na instalação de acampamentos que serviam para treinamentos de tiro e para um exercício de adaptação às condições do campo.

Alguns dos treinamentos de tiro ocorreram na chácara de Néelson Agenor Tonetto, outros, em uma mata localizada no distrito de Guatapará, local onde o trabalhador rural Agostinho Muniz Batista permaneceu por 40 dias com o objetivo de conhecer e avaliar se aquela era uma área propícia para ser o foco de um possível movimento rural.

Para este mesmo acampamento foram encaminhados César Marcelino da Silva e Djalma Quirino de Carvalho que, sob a liderança de Mário Bugliani, pretendiam seqüestrar um dos membros da família Marquezzi, donos da usina Albertina, a mesma na qual Bugliani havia liderado uma greve, em 1962. O acampamento rural serviria como cativeiro do seqüestrado. Os três foram encaminhados para o local no começo do mês de outubro de 1969 e uma das tarefas realizadas foi cavar um buraco onde o usineiro ficaria enterrado tendo apenas a cabeça para fora.

Áurea Moretti ficou encarregada de abastecer o acampamento com mantimentos e roupas e resolver os problemas que fossem necessários. Foi para realizar esta atividade que Áurea pediu auxílio de Guilherme Simões. De acordo com o depoimento dele, em uma das

²⁴⁵ Entrevista com Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de julho de 2005. Fita 1 – Lado A.

últimas vezes que foi levá-la até o local pedido, viu que três rapazes estavam armados, por isso não mais os ajudou.

Segundo consta no Processo 65, “*Em 1969 foram instalados os campos de treinamento dos comandos do EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO NACIONAL que foram entregues a Mário Bugliani, com o título de capitão*”.²⁴⁶

Os campos de treinamento tinham um Regimento Interno²⁴⁷, apreendido pela polícia quando o grupo foi descoberto. Seu conteúdo falava sobre as normas necessárias dentro do acampamento rural. Essas normas foram classificadas como “*leis*” e sua violação e desrespeito acarretariam em “*punições*”. O campo seria comandado por um capitão [certamente Mário Bugliani] e dois tenentes. Ao capitão caberiam todas as decisões e a incumbência de anotar as tarefas realizadas, o desempenho dos participantes e os bens expropriados ou adquiridos.

O documento dizia ainda que os campos de treinamentos seriam formadores de “*futuros dirigentes do Exército de Trabalhadores*”. E que lá seriam realizadas as “*tarefas preparatórias da luta de libertação, executando a propaganda armada, emboscada, assaltos, sabotagens e executando os traidores e inimigos do povo*”.

O aparelho onde se localizavam Mário Bugliani, Djalma Quirino de Carvalho e César Marcelino da Silva foi descoberto pela polícia em 17 de outubro de 1969, antes que o plano de seqüestro tivesse sido realizado. Os três foram presos. Djalma Quirino fazia um “Diário de Campo”²⁴⁸, inspirado no de Che Guevara, que foi encontrado pelos policiais. Lá havia, entre outras informações, nomes falsos e verdadeiros dos integrantes da FALN. Nas entrevistas realizadas tanto por Matilde Leone como por mim, o Diário é sempre criticado e colocado como responsável pela queda quase completa da organização em questão de dias. Segundo Vanderley, por exemplo:

“(…) a partir deste Diário foi fácil começar a localizar, foi quase uma noite de São Bartolomeu²⁴⁹ que se repetiu. Mais dois dias, praticamente toda a organização caiu, dois ou três dias”.²⁵⁰

Mas o Diário, na verdade, foi apenas uma maneira encontrada por Djalma Quirino de poder extravasar toda a profusão de sentimentos que ele vivia naquele momento: as

²⁴⁶ Coleção BNM, Processo 65, p. 914.

²⁴⁷ Coleção BNM. Anexo 4442. Regimento Interno do Campo de Treinamento.

²⁴⁸ Coleção BNM. Anexo 4443. Diário de Campo de Djalma Quirino de Carvalho.

²⁴⁹ Nesta passagem Vanderley faz referência ao massacre de protestantes ocorrido em Paris, na noite de 24 de agosto de 1572, data da Festa de São Bartolomeu. Ao pedido de Catarina de Médicis, o rei Carlos IX condenou à morte todos os chefes protestantes.

²⁵⁰ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002.

sensações e sonhos que aquela experiência lhe trazia e o amor e a saudades de Leila Bosqueto, sua namorada²⁵¹.

Sílvio Rego Rangel, que já havia se afastado do grupo quando o plano do seqüestro estava sendo realizado, acredita que a ânsia do grupo em organizar um movimento na área rural fez com que eles se perdessem em seus propósitos. Diz ele:

“Pegar esta grana [para dar início a um trabalho fora das cidades] significou, sob todos os pontos de vista, o plano mais bárbaro que eu já vi na minha vida. Era um seqüestro onde não existia a menor condição de dar certo, era uma área, onde eles iam enterrar um usineiro. O que é que é isso? Você vai querer ser bem visto por quem, me conta? (...) Ainda bem que não chegou a acontecer, porque as condições foram muito ruins, mas se isso tivesse acontecido, provavelmente, nós todos teríamos sido mortos”.²⁵²

O plano de seqüestro do usineiro Marquesi, que pretendia ser a ação mais ousada da FALN, tem características que mostram os limites do grupo: deficiências na manutenção do acampamento e deficiências na própria estruturação do plano, que iam desde a forma como eles pretendiam capturar o usineiro – um dos garotos do acampamento rural se vestiria de freira e pediria carona ao usineiro – até a forma como eles manteriam o seqüestrado no acampamento – enterrado até o pescoço. Neste sentido, a análise de Sílvio Rangel mostra-se pertinente.

IV – As questões teóricas

Com a formação do primeiro núcleo da FALN, o principal desejo entre seus membros era se diferenciar da opção do PCB pela luta pacífica, por isso, a escolha pela luta armada por parte da FALN era uma questão bem definida. No decorrer do tempo, contudo, eles tentaram encontrar os meios práticos e teóricos para conduzir esta escolha.

Além da necessidade de se diferenciar da opção de luta pacífica do partido, havia um sentimento de atraso e um desejo de que as atividades armadas ocorressem rapidamente. Áurea, por exemplo, diz que:

²⁵¹ Entre outras coisas, Djalma escrevia: “(...) Estou contentíssimo por ela [Leila] estar participando comigo da mesma organização. A despedida foi boa, pois em nossas partidas sempre nascemos mais um pouco (...) depois da janta cantamos música do Moacyr Franco. (...) Estou tranqüilo, longe de tudo e de todos, sentindo tudo dentro e pela frente”. Coleção BNM. Anexo 4443. Diário de Campo de Djalma Quirino de Carvalho. Segundo Matilde Leone, “nas páginas do diário de Djalma, sua grande revolução era a paixão e a saudades de Leila”²⁵¹. LEONE, M. *Op. cit.*, p. 257.

²⁵² Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 1 – Lado B.

“(…) nós rompemos com o partido em 1967, a gente rompeu com aquela linha pacifista, né, fazendo média com a burguesia enquanto a Ditadura estava acabando com tudo. A gente não tinha paciência e não era para ter mesmo. (...) A gente tinha que fazer a revolução de qualquer jeito, entendeu? Aliás, a gente estava atrasado, estava muito atrasado, já tinha que ter saído antes de ontem”.²⁵³

A pressa, a sensação de que já era tarde, característica presentes em todos os grupos, fizeram com que não houvesse tempo para a formação teórica básica dos quadros. Sílvio Rangel, por exemplo, afirma que:

“Existia uma pressão desesperadora pela luta armada para que você recrutasse o maior volume possível de gente e colocasse rapidamente estas pessoas na roda, que era um risco de sobrevivência”.²⁵⁴

De acordo com alguns ex-integrantes da FALN, Caixe era o militante mais preparado teoricamente. Sílvio Rangel diz que Caixe, provavelmente, era o que tinha “*uma leitura mais intelectualizada*”²⁵⁵. Sobre esta questão Gonzaga analisa:

“(…) eu posso falar que do grupo, eu acho que 0,2% tinham fundamento ideológico (...) o pessoal não tinha, como não tinha da ALN, não tinha da VPR, não tinha VAR-Palmares. (...) Tinha toda uma proposta que era derrubar o governo, que era contra o governo, mas embasamento ideológico mesmo, falar que todos eram marxistas leninistas, não. Se eu li alguma coisa... são poucas coisas do Marx. Agora o Vanderley não, o Vanderley tinha muito mais tempo hábil, ele foi bem nascido, o pai tinha muito dinheiro em Ribeirão Preto e ele realmente era dedicado. E o que nos era passado, era passado pelo Vanderley, que de certa forma tinha esse mérito”.²⁵⁶

Houve a intenção por parte da direção do grupo em se voltar para um trabalho preparação teórica junto aos integrantes do grupo, mas na maioria das vezes, este trabalho ocorria junto à prática. Vanderley diz que:

“O que você tinha de uma formação ideológica eram, basicamente dirigentes e alguns quadros intermediários, o resto era colocado como soldado que se formava na luta. Porque, é lógico que havia formação político-ideológica e tal, mas um tempo muito curto para isto. Uma organização que começa em 1967, cai em 1969, não havia nem tempo para isto. Você tinha tempo de passar o elemento político, o quadro e a forma de luta, e olha que este quadro não era muito avançado porque aí seria complicado”.²⁵⁷

²⁵³ Entrevista de Áurea Moretti Pires para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 15 de junho de 2002.

²⁵⁴ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 1 – Lado B.

²⁵⁵ Idem. *Ibidem*.

²⁵⁶ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

²⁵⁷ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002.

Segundo Magno Dadonas, Vanderley Caixe sempre chamava a atenção para o fato de que só o tecnicismo não bastava, que a ideologia daria base à técnica, “*mas na prática ele acabou mostrando que tinha uma certa pressa...*”.²⁵⁸

Fidel Castro, Régis Debray e Carlos Marighela, por exemplo, defendiam que principiar o trabalho armado era sinônimo de revolução, e que só a ação garantiria a vanguarda aos grupos²⁵⁹. Como ser a vanguarda revolucionária era um dos pressupostos comuns a todas as organizações²⁶⁰, não se pretendia ficar apenas na teoria ou nas chamadas doutrinações.

Ridenti chama a atenção para esta questão ao ressaltar que Marighela, em seu *Pequeno Manual do Guerrilheiro Urbano*, aponta o perigo da precipitação na prática armada sem o devido preparo, embora ele também garanta que “*o dever do revolucionário era fazer ações*”²⁶¹. Mao Tsé Tung, o grande nome da Revolução Chinesa, seguia caminhos semelhantes, defendendo que a política estava na ponta do fuzil.

Diante deste quadro, a formação teórica ficava relegada a um segundo plano devido ao desejo de começar a atuação prática, mesmo que os caminhos para isto não fossem claros. Luiz Gonzaga da Silva, por exemplo, afirma que a força das imagens de Che Guevara e Régis Debray ajudavam a alimentar o indivíduo mais pela defesa de ações práticas do que por discussões políticas²⁶².

A frase de Vanderley Caixe atesta o que foi dito acima por Luiz Gonzaga:

“(...) nenhuma das organizações tinha isto [o caminho ideal para a luta] muito claro. Sabia-se realmente o seguinte, é preciso começar (...) Havia uma expressão que Régis Debray usava muito: ‘é preciso bater forte que isto chamará os adormecidos’”.²⁶³

Régis Debray tornou-se a referência teórica mais associada a FALN. Trechos de seu livro “*Revolução na revolução*” foram datilografados, mimeografados e distribuídos aos integrantes do grupo.

²⁵⁸ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 109.

²⁵⁹ RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 42.

²⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 54. O autor enumera alguns pressupostos que ele classifica como comuns a todos os grupos de esquerda do período, assim, além o surgimento de uma vanguarda de novo tipo que eles passariam a significar, havia a imprescindibilidade da guerrilha rural, a luta em favor da derrubada da Ditadura, a expulsão dos imperialistas do país, a ruptura com o imobilismo do PCB, a importância da mobilização das massas trabalhadoras (rurais e urbanas) e a necessidade de transformação da estrutura de classe da sociedade.

²⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 52.

²⁶² Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

²⁶³ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002.

Segundo Sílvio Rangel, “o documento que mais circulava dentro da organização era o Régis Debray, era o que mais circulava”²⁶⁴. Isso não significou, como vimos acima, que ele fosse o único e que sua teoria a respeito do foco guerrilheiro fosse a principal referência para o grupo. Segundo Luiz Gonzaga:

“(…) eu lembro, na época, você lia muito, você ouvia muito Régis Debray, depois disso, era a história do foquismo, que na verdade a FALN não pegou muito a concepção do foquismo. Aquela história de treinamento de guerrilheiro aqui, perto de Luiz Antônio e mesmo lá em Sertãozinho, não tinha nenhum caráter assim”.²⁶⁵

Além de Régis Debray, Caixe diz que outras duas referências para o grupo foram Mao Tse Tung e o movimento de Douglas Bravo, da Venezuela²⁶⁶. Houve ainda, a apreensão feita pela polícia de um documento do grupo contendo a reprodução de uma entrevista de Fábio Vasques Castano, dirigente do Exército de Libertação Nacional da Colômbia. Ou seja, o grupo teve acesso a vários tipos de exemplos e influências de outros movimentos revolucionários, mas não houve nenhum que tenha sido selecionado como única referência. Segundo Caixe, isso era uma prática comum nos grupos da esquerda brasileiros. Diz ele:

“(…) não existia uma teoria que se dizia: ‘não, tem aquela e vai ser aplicada hoje’. Quer dizer, ninguém tinha isto claro. O que se sabia era o seguinte: era uma luta contra a Ditadura, uma luta de Libertação Nacional, uma luta antiimperialista, todas elas (...) todas elas tinham isso, era libertação nacional que implicava numa luta contra a Ditadura”.²⁶⁷

Se levarmos em conta que além destas referências teóricas discutidas acima, o que mais circulava entre os integrantes do grupo eram os jornais produzidos e distribuídos pela FALN, veremos que, assim como colocou Caixe na citação acima, a problemática da luta contra a ditadura era a questão mais trabalhada dentro do grupo.

A questão que pode ser colocada, então, é saber como um grupo pequeno, que realizava ações locais e agia isoladamente, poderia ser motivado pelo propósito de lutar contra um regime autoritário instaurado em um país que possui proporções espaciais de um continente?

Vanderley Caixe, explica que:

“(…) no momento em que nós saímos para isto [a luta armada], para este caminho, era um problema de saber: ‘O que nós vamos fazer? Dentro deste quadro todo da revolução brasileira quem somos nós?’ (...) nós entendíamos e discutíamos

²⁶⁴ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 1 – Lado B.

²⁶⁵ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

²⁶⁶ Entrevista de Vanderley Caixe para Matilde Leone. São Paulo, 17 de janeiro de 1986. Fita 1

²⁶⁷ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002.

isto, que nosso papel era auxiliar no processo revolucionário e nós ocuparíamos o nosso espaço nesta região. E o encontro com as organizações, ele se daria em um processo de luta, era esse processo de luta que acabaria unificando o movimento revolucionário”.²⁶⁸

Outros integrantes do grupo comprovam a afirmação de Caixe, sobre como o grupo pretendia se posicionar nesta luta contrária a ditadura. Luiz Gonzaga da Silva afirma que:

“(…) [o Vanderley] achava que a FALN teria que ter o seu espaço (…) a idéia era criar toda uma base e o Vanderley sempre colocava que era uma base de resistência que, possivelmente, serviria, possivelmente pudesse servir aos outros movimentos”.²⁶⁹

Outro exemplo pode ser o de Magno Dadonas, que diz:

“Caixe sempre nos levava a crer que Ribeirão Preto era apenas um núcleo do movimento que na verdade seria muito mais amplo. Ou ele estava tentando nos motivar ou ele estava mentindo [porque pensar que Ribeirão Preto era parte de um movimento mais amplo] dava mais esperança”.²⁷⁰

Além do sentimento de esperança motivado ao se saber que a FALN não pretendia agir isoladamente, como ressaltou Dadonas, esta postura do grupo de Ribeirão Preto condizia com o defendido por Marighela, que esperava o surgimento espontâneo, por todas as partes do Brasil, de um número incontável de grupos revolucionários autônomos²⁷¹.

O líder da ALN acreditava que no primeiro momento da revolução seriam necessários vários grupos armados, espalhados por todo o país, para abalar o aparelho burocrático militar do Estado. E num segundo momento caberia a uma única organização a vanguarda do processo revolucionário, papel que a ALN pretendia desempenhar²⁷².

Luiz Gonzaga afirma, contudo, que quando a FALN foi descoberta, não se sabia ainda como ela faria para se posicionar como força auxiliar. Diz ele:

“Não havia definição sobre o que é que quer. ‘Ah, não, nós vamos fazer todo um movimento para dar apoio num determinado ponto para algum movimento’. Tem relação? Tem união com a ALN e a VPR? Não, porque nós somos as FALN”.²⁷³

Se a FALN desenvolvia suas tarefas pensando em se posicionar como força auxiliar do processo revolucionário, ela parece ter tido uma lúcida análise sobre quais eram seus

²⁶⁸ Idem. *Ibidem*.

²⁶⁹ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

²⁷⁰ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 107.

²⁷¹ RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 223.

²⁷² Idem, *Ibidem*, p. 42.

²⁷³ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

limites e suas contribuições. Porém, esta também pode ter sido uma memória criada à posteriori para atribuir à atuação da FALN esta idéia de lucidez. A declaração de Luiz Gonzaga, dizendo sobre a ausência de ligações com os outros grupos, pode servir como apoio para esta segunda suposição. Pela documentação e entrevistas, contudo, não foi possível chegar a uma conclusão, por isso esta questão entra aqui apenas como uma sugestão.

V - As publicações

A imprensa, principalmente a escrita, foi um dos órgãos que mais sofreu com a censura imposta durante o regime militar. Por isso, foi principalmente através da imprensa clandestina que foram encontrados meios para exprimir oposição ao governo. A discussão sobre política econômica do país ou sobre a resistência armada – assuntos proibidos nos grandes órgãos da imprensa – podiam ser trazidos pelos boletins clandestinos, principalmente aqueles de circulação pequena e sem frequência fixa, como foram os periódicos: *O Berro*, *Informação Extra*, *Você deve Saber* e *Prática Revolucionária*, elaborados pela FALN²⁷⁴.

Além da divulgação de notícias, estes exemplares serviam para arrecadação de fundos para o grupo. Geralmente, eles eram distribuídos entre alguns padres, professores universitários, sindicalistas, nas portas de fábricas como a cervejaria Antártica e tecelagem Matarazzo, por exemplo, como ressaltou Botosso²⁷⁵, e entre aqueles a quem o grupo considerava possíveis aliados.

Nenhum destes boletins tinha uma periodicidade regular de publicação. De acordo com Vanderley Caixe, *O Berro* e *Você deve Saber* eram os mais freqüentemente distribuídos. Os outros dois foram menos editados, não chegando a 10 exemplares cada um. Todos, com exceção de *O Berro*, surgiram depois da formação da FALN, em 1967.

O Berro foi o único que chegou a ser impresso, mas depois, por causa repressão, as gráficas não aceitaram mais imprimi-lo, e ele passou a ser mimeografado pelos membros do grupo, assim como os demais boletins. Tendo o tamanho de uma folha de sulfite, tinham por volta de cinco páginas.

²⁷⁴ No processo 65 da coleção *Brasil: Nunca Mais*, consta apenas um exemplar de *O Berro* e um de *Prática Revolucionária*. Através de Áurea Moretti, contudo, tive acesso a alguns poucos exemplares dos quatro periódicos. Áurea conseguiu estes números no Arquivo Histórico Municipal de Franca, que há poucos anos recebeu a doação do processo referente a FALN. Para analisá-los trabalhei com o que havia conseguido: cinco exemplares de *O Berro*, dois de *Você Deve Saber*, quatro números de *Prática Revolucionária* e quatro de *Informação Extra*. Os boletins não trazem a data de publicação.

²⁷⁵ BOTOSSO, M. *Op. cit.*, p. 55.

O Berro

Como vimos, o jornal *O Berro*, surgiu em 1966, na Faculdade de Direito Laudo de Camargo (Ribeirão Preto), época em que seu conteúdo era basicamente voltado às questões estudantis. Um ano depois, em 1967, o jornal foi desvinculado da faculdade para ser utilizado como um meio de articulação entre os membros da FALN.

Nesta nova fase do jornal *O Berro*, seu conteúdo trazia referências variadas na tentativa de atingir o interesse de diversos grupos. O jornal se referia, por vezes, à exploração vivida pelo trabalhador rural, por outras trazia citações bíblicas, questões estudantis ou temáticas como a Guerra do Vietnã e a morte do estudante Edson Luiz. Em todos os exemplares, contudo, sempre havia referências aos problemas políticos e sociais vividos no Brasil.

As capas dos exemplares também nos dão sinais desta diversidade de temas. Em uma delas, por exemplo, há a citação de um trecho bíblico e, logo em seguida, a forma como ele foi interpretado pelo grupo. Vejamos:

“Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou odiará um e amará outro, ou dedicar-se-á a um e desprezará outro. Não podeis servir a Deus e as riquezas” (Mt. 6.24).

“Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou odiará os exploradores (os latifundiários, os burgueses e os militares traidores e o imperialismo norte-americano), e amará (os trabalhadores, os explorados). Não podeis servir ao povo pobre e ao rico”.²⁷⁶

A referência a trechos da Bíblia poderia facilitar o acesso aos padres por parte da FALN, já que eles eram um público a quem a FALN buscava atingir. Além disso, a partir de uma comparação ou de uma readaptação da citação bíblica, fazia-se uma clara distinção entre os papéis ocupados pelos latifundiários, os militares e os norte-americanos (os exploradores) em contraposição ao lugar ocupado pelo trabalhador (o explorado).

Esta distinção de papéis seria insistentemente trabalhada pelo grupo. Em outras duas capas do jornal, por exemplo, estes três inimigos do povo serão personificados. Na primeira delas, enquanto no Vietnã um velho definido como Latifúndio e Ditadura e que usa o chapéu do Tio Sam foge de um vietnamita com uma arma na mão; no Brasil, o personagem definido como Povo é chicoteado pelo mesmo velho que fugia do vietnamita²⁷⁷. (Ver Anexo – Imagem 1)

²⁷⁶ STM, Inquérito Policial Militar. Processo, 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 477.

²⁷⁷ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 457.

Em um outro exemplar, a mensagem é muito parecida. Enquanto o vietcong com arma na mão chuta um militar e um norte-americano; o trabalhador brasileiro, com uma enxada na mão, vê-se acorrentado pelo militar, pelo norte americano e pelo fazendeiro²⁷⁸ (Ver Anexo – Imagem 2). Como último exemplo de capa, temos o mapa do Brasil, coberto pela bandeira nacional sendo pisado por uma bota militar cuja espanta é a bandeira norte-americana²⁷⁹ (Ver Anexo – Imagem 3).

Para fortalecer as imagens trazidas na capa do jornal, seu conteúdo era permeado com frases do tipo:

“Há liberdade no Brasil? O povo pode manifestar-se livremente e lutar contra o governo ou sempre a polícia intervém espancando e prendendo quem protesta? (...) Quem manda e dirige os destinos da nação: o povo e o Congresso Nacional ou o marechal Costa e Silva e os militares a serviço das empresas estrangeiras?”.²⁸⁰

“O governo norte-americano, formado por exploradores do povo e assassinos de negros, foi quem financiou o golpe militar que transformou o governo brasileiro numa ditadura”.²⁸¹

“(…) o governo está proporcionando ao povo um padrão de vida digno (...) ou está contra o povo (...) defendendo e protegendo os usineiros, fazendeiros e os norte-americanos, ajudando a explorar o povo brasileiro?”.²⁸²

“(…) As classes dominantes no Brasil, os grandes proprietários de terras e os industriais, “testa de ferro” dos norte-americanos invasores, apoiaram o golpe de 1º abril, porque a eles não importa a liberdade do povo, e sim que este mesmo povo trabalhe para que eles possam, explorando o trabalho do povo, viver no luxo, enquanto os operários e os camponeses vivem na miséria”.²⁸³

O jornal ressaltava que todos estes problemas poderiam ser solucionados com um governo que desejasse a justiça ao invés do autoritarismo. Segundo o jornal, esta realidade retratava um quadro de guerra civil oculta e silenciosa, mas que exigia luta, contra ataque.

A partir daí, enfatizavam a necessidade da ação e, conseqüentemente justificavam a opção do grupo pela luta, tentando, também, convencer as pessoas que liam o jornal que este era o caminho que devia ser seguido. Havia frases do tipo: “*Se o povo está com fome, se estamos numa Ditadura, é preciso que se lute*”.²⁸⁴ Ou ainda trechos como:

²⁷⁸ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513.

²⁷⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 479.

²⁸⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 458.

²⁸¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 459.

²⁸² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 458.

²⁸³ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 460.

²⁸⁴ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 459.

“(…) é preciso que homens honestos e com maiúsculo saibam que ficar praguejando dentro de casa contra a injustiça não adianta. É covardia, coisa de esquerdinha”.²⁸⁵

“A morte é uma só, sendo tão iníqua quando provocada por metralhadoras ou por esta arma fria e silenciosa que é a miséria. E ninguém se emociona, e não se ouve uma palavra de revolta contra esta cruel e sistemática destruição de nosso patrimônio humano. (...) Contra esta cena bíblica de imolação dos inocentes quem protesta, quem clama, quem se revolta com este sangue que se derrama das crianças que morrem e das mães que geram filhos que vão morrer?”.²⁸⁶

À necessidade de agir somava-se a ênfase pela luta armada. Se nos voltarmos para outro desenho de capa de um dos exemplares, veremos um grupo de protestantes segurando cartazes com as frases “*Abaixo a Ditadura*”, “*Governo assassino do povo*” e sendo recebidos por balas por uma tropa de choque²⁸⁷ (Ver nexo – Imagem 4). Aqui, mais uma vez, o argumento pode ser entendido como uma justificativa pela opção de luta armada do grupo. Um dos exemplares tinha como tema a morte do estudante Edson Luís, e ao final da reportagem, segue em letras grandes:

“CHEGA:
É momento de se aplicar a LEGÍTIMA DEFESA:
PAU CONTRA PAU – PEDRA CONTRA PEDRA”.²⁸⁸

Ou trechos:

“(…) Agora não é hora de fazer política, agora é hora de guerrear, depois sim, iremos fazer política”.²⁸⁹

“Um povo que é explorado e esmagado por um governo traidor, que utiliza exército e polícia para manter a dominação, deve **lutar armado** ou esperar que o governo ‘caia de maduro’? Um povo que não luta pode ser livre? **Pacificamente** pode-se atingir a liberdade quando se vive a Ditadura? Quem deve começar a luta: os políticos corruptos ou o povo patriota? Patriotismo ou traição?”.²⁹⁰ (grifo meu)

“SOMENTE UM POVO COM ARMAS NA MÃO PODE VENCER”.²⁹¹

Porém, como o ataque armado ao regime era classificado de subversão ou terrorismo, os redatores do jornal se encarregavam de desmitificar tais conceitos. Diz um dos exemplares:

“Defendemos outra ordem. De-se-lhe (sic) o nome que se quiser dar: Democracia Cristã Socialista ou Popular, contanto que ela realize o governo para todos e não para alguns. Se ser subversivo é isso, eu sou. Seria uma capitulação se

²⁸⁵ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 458.

²⁸⁶ STM, Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 481.

²⁸⁷ Coleção BNM. Anexo 2249. Exemplar de *O Berro*.

²⁸⁸ Coleção BNM. Anexo 2249. Exemplar de *O Berro*.

²⁸⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 483.

²⁹⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 458.

²⁹¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513.

o negasse, uma omissão se não o afirmasse. Capitulação e omissão diante do povo e da Pátria”.²⁹²

Em outro dos números dizem: “*Seria subversão combater até a morte para expulsar os invasores e derrubar a Ditadura?*”.²⁹³

Há um número do jornal totalmente dedicado ao Vietnã²⁹⁴. O objetivo de trabalhar com o Vietnã parece ter sido o de mostrar que um exército popular, ainda que tenha menos estrutura que o exército oficial armado, pode vencê-lo. A edição reproduz trechos do livro *Guerrilha vista de dentro*, de Wilfred G. Burchet, em que um vietnamita exhibe uma carabina americana que chama de ‘carabina mãe’ por ter sido a primeira arma de fogo de sua aldeia, conseguida através da vitória em uma batalha em Tua-Hai, província de Tay-Nih, no começo da década de 1960. Neste exemplar de *O Berro* sublinhavam:

“Quais são as formas de luta de um povo que sofre a opressão de uma ditadura e a invasão militar dos norte-americanos? (...) Teria este povo direito de responder à violência dos norte-americanos e da ditadura com a violência do povo com as armas na mão lutando pela liberdade? (...) A resposta nos dá o heróico povo do Vietnã, em sua luta contra a ditadura, a miséria, o aumento da fome, da violência dos norte-americanos invasores. (...) Uma luta sem trégua, sem trégua contra ditadura, pela libertação do povo”.²⁹⁵

Estes exemplos nos mostram que através d’*O Berro*, a FALN explicava a causa e a forma de sua luta e tentava fazer com que trabalhadores rurais, operários, padres, estudantes, comerciantes, entre outros, se juntassem a eles.

Informação Extra

O periódico *Informação Extra*, da FALN, segundo Botosso: “*era uma edição extraordinária que surgia em momentos de maior tensão do regime, assumindo posições que, inicialmente O Berro não poderia assumir abertamente*”.²⁹⁶

Analisando seus exemplares percebe-se que o jornal divulgava os fatos revolucionários ocorridos no Brasil e América Latina, além de mostrar todas as tentativas frustradas por parte dos órgãos repressivos em combater os grupos de esquerda do final da década de 1960.

²⁹² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 479.

²⁹³ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513.

²⁹⁴ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513-516.

²⁹⁵ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513.

²⁹⁶ BOTOSSO, M. *Op. cit.*, p. 61.

De acordo com informações contidas em um dos números do boletim, este era:

“(...) um órgão de informação, constituído de notícias recolhidas com precisão e com toda a veracidade que merece, para mostrar ao nosso povo que suas esperanças de se libertar da miséria, da venda de seu trabalho escravo, das doenças e da falta de assistência digna podem se realizar. (...) Informa o que os revolucionários brasileiros realizam e dá ao povo, com as notícias, a coragem suficiente para saber que estamos vencendo dia-a-dia. (...) INFORMAÇÃO EXTRA publica o que os jornais burgueses não mostram ao povo, e dá a notícia que os jornais controlados pelos estrangeiros e censurados pelo governo não informa”.²⁹⁷

Através do folheto *Informação Extra* a FALN defendia que só a luta revolucionária poria fim à opressão, à falta de liberdade e de igualdade. Assim, ao divulgar exemplos de êxitos conquistados pelos grupos revolucionários de todo o mundo, mostrava que a vitória era possível, transmitindo coragem e confiança a simpatizantes da causa.

Embora o jornal *Informação Extra* realmente fosse um boletim alternativo, divulgador de notícias verídicas que não apareciam nos órgãos oficiais de imprensa, acabava por fazer com que o embate entre as forças repressivas e os militantes de grupos de esquerda parecesse equilibrado, ou até mesmo favorável aos segundos já que compilava em um único número várias ações de êxito de muitos grupos de esquerda.

Nele divulgou-se, por exemplo, a fuga de Lamarca diante de 3.000 homens do Exército que cercavam toda a cidade de São Paulo²⁹⁸; a organização de trabalhadores rurais no Ceará para, com armas na mão, combaterem seus exploradores²⁹⁹; os protestos de toda a América Latina diante da visita de Néelson Rockefeller³⁰⁰; o êxito do grupo revolucionário acampado nas redondezas de Angra dos Reis que, mesmo com a região cercada por tropas das forças armadas, não foi capturado³⁰¹; ou ainda, a bem sucedida ação do grupo ALN que dominou a estação transmissora de Piraporinha proclamando, pela Rádio Nacional, os objetivos da luta revolucionária, as atrocidades ocorridas com os militantes de esquerda nos cárceres e dizendo que chegara o momento da guerrilha rural no país³⁰².

Em outra edição, o jornal publicava as “*notícias dos revolucionários da América Latina*”³⁰³. Nelas mostrava-se que os Tupamaros, no Uruguai, cortavam redes de televisão que transmitiam propagandas do governo em favor dos norte-americanos. As frentes guerrilheiras, na Colômbia, apreendiam um comboio militar que transportava grande quantidade de

²⁹⁷ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 485.

²⁹⁸ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 486.

²⁹⁹ Idem, *Ibidem*.

³⁰⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 489/490.

³⁰¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 510.

³⁰² Idem, *Ibidem*.

³⁰³ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 487.

armamentos e munições. A Frente Edgar Ybarra, na Guatemala, furava cerco policial e conseguia expedir comunicado em várias rádios e jornais, dizendo que derrubaria o governo e instauraria um novo regime, livre, só com trabalhadores e patriotas.

A conclusão das notícias sempre vislumbrava a possibilidade da vitória. “*Se os outros povos venceram, nós também venceremos*”³⁰⁴, escreviam.

A iminência da implantação da guerrilha rural era outra questão defendida pelo jornal. Em um dos exemplares, divulgam a notícia do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos³⁰⁵, realizada pelo grupo revolucionário MR-8, que exigia a liberdade de 15 presos políticos em troca do seqüestrado e a divulgação de um manifesto redigido pelo grupo. Neste manifesto, afirmava-se o avanço da guerra revolucionária e defendia-se o início da guerrilha rural. Após a reportagem os redatores do periódico escreveram:

“Este ano serão iniciadas as fases da guerrilha rural, tendo a sua frente e como força a classe dos camponeses e trabalhadores rurais”.³⁰⁶

Desta forma, *Informação Extra*, pretendia desfazer a imagem equivocada que era atribuída aos militantes de esquerda e aos seus objetivos, além de servir como incentivo e encorajamento a possíveis futuros integrantes.

Você deve saber

A principal função deste boletim era denunciar os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil, cuja maior vítima era o povo. Mais uma vez, como já destacamos ao analisar *O Berro*, a caracterização do “inimigo do povo” era claramente associada às forças da ditadura e aos norte-americanos. Várias frases curtas, geralmente com três linhas, precedidas da afirmação *Você deve saber*, davam o formato ao jornal.

Na capa de um dos exemplares a frase de chamada era: “*Existe uma guerra*”, e eles caracterizaram esta guerra através de dados referentes à desigualdade social. Eles enumeraram, por exemplo, a situação de exploração e a instabilidade do trabalho no campo:

“Você sabia que mais da metade da população brasileira trabalha no campo, numa média de 12 a 14 horas por dia e recebe no máximo NCR\$ 2,20 POR DIA?”

³⁰⁴ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 488.

³⁰⁵ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 511.

³⁰⁶ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 512.

“Você sabia que a maioria destes trabalhadores vive na dependência do pau-de-arara e não consegue emprego fico?”.³⁰⁷

Também deram destaque aos problemas vividos nas cidades, como os baixos salários, o desemprego, a prostituição e a mortalidade infantil:

“Você deve saber que devido à concorrência com capitais norte americanos (favorecidos por nossos ditadores) o capital nacional está sendo esmagado. Deste modo nossas fábricas, comércios, etc. estão fechando suas portas e pondo na rua milhares e milhares de operários que vão morrer de fome, junto com os camponeses desempregados”.³⁰⁸

“Você sabia que de cada mil crianças que nascem no Brasil, 800 morrem antes do primeiro anos de vida, vítimas de subnutrição?”.³⁰⁹

“Você sabia que muitas vezes, meninas de 10 anos de idade são levadas á prostituição para sobreviver à miséria?”.³¹⁰

O outro lado desta guerra era ocupado pelos norte-americanos e pelos homens do governo ditatorial:

“Você deve saber que, por outro lado, os gastos em despesas com banquetes, whisky, champagne e comidas finas nas festas promovidas pelos governos militares, com generais e seus companheiros, são tão elevadas que daria para construir um hospital em cada cidade, duas escolas por dia e aumentar duas vezes o número de faculdades superiores, além de alimentar parte de nossa população”.³¹¹

“Você sabia que o governo COSTA E SILVA, assim como os anteriores, está comprometido com os exploradores e serve para defender os ricos e massacrar os pobres?”.³¹²

E como toda guerra só comporta dois lados, o jornal defendia que as pessoas precisam decidir de qual lado estavam. “*Qual é a sua posição?*”, eles questionavam.

“Todas as pessoas ocupam uma posição na disputa. Tanto o que se cala como aquele que se pronuncia diante dos fatos tomando lado na questão”.³¹³
“Descubra qual é a sua posição!”.³¹⁴
“Esta é a hora de definir-se!”.³¹⁵

Os poucos exemplares a que tive acesso (apenas dois números) não nos permitem análises mais longas, porém, ambos foram construídos claramente com o objetivo mostrar que

³⁰⁷ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 467.

³⁰⁸ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 446.

³⁰⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 467.

³¹⁰ Idem. Ibidem.

³¹¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 446.

³¹² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 468.

³¹³ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 448.

³¹⁴ Idem. Ibidem.

³¹⁵ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 447.

a situação social e política do país configurava um quadro de guerra civil e que, portanto, os leitores do jornal deveriam decidir em qual lado estavam.

Prática Revolucionária

O boletim *Prática Revolucionária* enfatizava a imprescindibilidade da ação na luta contra os regimes ditatoriais e contra o imperialismo norte-americano. Em todos os exemplares a que tive acesso, o boletim trazia a seguinte inscrição “*A Prática Revolucionária é a experiência real e única verdade teórica*”³¹⁶.

Em seu conteúdo ensinavam o processo de fabricação de bombas ou traziam entrevistas realizadas com líderes revolucionários de toda América Latina, como Fábio Vasquez Castaño (do Exército da Libertação Nacional da Colômbia) ou o comandante Nicolas (chefe das Guerrilhas Urbanas das Forças Armadas Revolucionárias da Guatemala). As entrevistas se baseavam em questões sobre a importância das guerrilhas urbanas, a duração ideal da guerra revolucionária ou a relevância de movimentos como os de Cuba para a América Latina e o mundo. Nestas entrevistas sempre ressaltavam que o caminho correto da revolução era a luta armada. Diz Fábio Vasquez Castaño:

“É preciso apresentar a luta como ela se vislumbra para o nosso povo: sangrenta e prolongada. Mas não podemos nos assustar com esta realidade, porque infinitamente mais sangrenta e prolongada será não termos capacidade para enfrentá-la com honestidade e se permanecermos na passividade, enquanto nossos povos morrem de fome e de miséria”.³¹⁷

Em um dos exemplares do jornal seus redatores explicam que o boletim *Prática Revolucionária* retrata:

“(...) a experiência real de homens que viveram e vivem a luta revolucionária pela prática, a única que pode determinar acertos e erros na condução e no caminho para a liberdade”.³¹⁸

Segundo o jornal, seria a “*prática da luta armada contra o exército do opressor*”³¹⁹ que garantiria a unidade entre as lutas desenvolvidas em diferentes lugares e com diferentes

³¹⁶ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Prática Revolucionária*, p. 471.

³¹⁷ Coleção BNM, Anexo 4444. Exemplar de *Prática Revolucionária*.

³¹⁸ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Prática Revolucionária*. (número da página ilegível)

³¹⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Prática Revolucionária*. (número da página ilegível)

táticas, sendo que só a ação poderia eliminar “a ilusão da pressa pequeno burguesa” no triunfo da revolução³²⁰.

Assim, através do jornal *Prática Revolucionária*, mais uma vez a FALN defendia a luta armada, mostrava sua importância. Aqui, contudo, um novo fator se faz presente, que é a idéia de que a ação compensaria a falta de um maior preparo teórico por parte dos militantes, já que, como vimos, o falta de embasamento teórico era uma experiência vivida pelo grupo.

Sobre os Boletins

Exemplos da chamada imprensa clandestina, comum na década de 1960, os jornais *O Berro*, *Informação Extra*, *Você deve saber* e *Prática Revolucionária*, elaborados pela FALN, parecem ter sido importantes para fortalecer um grupo composto por pessoas tão diferentes.

Como já dizemos acima, em todos eles as imagens mais recorrentes foram as de que militares, norte-americanos e os grandes fazendeiros eram os maiores inimigos do povo e que, para reverter este quadro, caberia aos homens de bem se posicionar frontalmente a esta situação.

No livro de Matilde Leone, um de seus entrevistados, chamado de professor Ferraz e que não teve qualquer envolvimento com a FALN, diz que *O Berro* não trazia nada que pudesse mobilizar a população, como desejavam os militantes do grupo³²¹. Porém, e preciso ressaltar que exemplares como os acima discutidos chegavam às mãos de indivíduos de diferentes classes sociais, em uma época de censura; além disso, foram responsáveis pela organização de reuniões entre trabalhadores rurais, por exemplo, e muitos foram os quadros que tiveram acesso ao grupo devido ao jornal.

³²⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Prática Revolucionária*. (número da página ilegível)

³²¹ LEONE: M. *Op. cit.*, p. 33.

CAPÍTULO 3 – TRABALHADORES RURAIS

3.1 – Pondo em cena os trabalhadores rurais.

I - O PCB e a questão agrária

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, os debates a respeito da questão agrária no Brasil se intensificaram. Este passou a ser um tema discutido no Congresso Nacional³²², nos ensaios escritos sobre o Brasil urbano-industrial³²³ e se manifestou nos encontros, congressos e associações promovidos pelos e para os trabalhadores rurais.

Segundo Leonilde Medeiros, foram nestas décadas que surgiram “*novas concepções sobre o lugar político dos trabalhadores do campo e sobre seu lugar na construção da nação*”³²⁴. O trabalhador rural tornava-se um novo ator na cena política.

Foi também neste momento, especialmente no começo da década de 1960, que o PCB ganhou força e visibilidade no jogo político partidário³²⁵. Este fortalecimento do partido se deu no momento em que suas concepções a respeito da natureza da revolução brasileira colocavam os trabalhadores rurais como uma das forças do processo revolucionário, como veremos. Por isso, podemos dizer que o PCB se inseriu e ao mesmo tempo possibilitou a fomentação destes debates sobre a questão agrária.

Segundo Leonilde Medeiros:

“Esses processos [de inserção das demandas dos trabalhadores rurais no cenário político] são ininteligíveis se não considerarmos a atuação do Partido Comunista. [O PCB] foi personagem central na produção de uma nova linguagem (...) traduzindo carências e demandas dispersas nos termos de processos sociais mais amplos (“revolução”, “reforma agrária”, “direitos”) tirando assim os conflitos da esfera local e articulando-os ao debate sobre o destino da nação”.³²⁶

Entre os meios encontrados pelo partido durante a década de 1950 para atuar junto aos trabalhadores rurais, podemos citar a criação de sindicatos paralelos ao da estrutura sindical oficial³²⁷. Segundo Raimundo Santos e Luiz Costa: “*É consensual na bibliografia*

³²² MEDEIROS, Leonilde Servolo. *A questão da reforma agrária no Brasil - 1955-1964*. Dissertação de Mestrado, USP, 1982, p. 55.

³²³ SANTOS, R. & COSTA, L. C. *Op. cit.*, p. 83-117. Neste artigo os autores deram destaque aos ensaios de Caio Prado Júnior e Néelson Werneck Sodré.

³²⁴ MEDEIROS, L. *Op. cit.*, 2000, p. 239.

³²⁵ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 187.

³²⁶ MEDEIROS, L. S. *Op. cit.*, 2000, p. 212.

³²⁷ PANDOLFI, D. *Op. cit.*, p. 175.

associar a consolidação da moderna rede sindical agrária à retomada da atuação do PCB no campo no início da década de 1950".³²⁸

Depois, no decorrer da década de 1960, militantes do PCB, sob outras legendas, foram eleitos para cargos do Legislativo³²⁹, além disso, continuavam atuando em intersindicais à margem da estrutura oficial e, em aliança com os petebistas, detinham o controle de um grande número de sindicatos e confederações de trabalhadores rurais e urbanos.³³⁰

Estes trabalhos e a preocupação do PCB com os problemas do campo e seus trabalhadores estavam ligados às discussões e resoluções tomadas pelo partido e compiladas no *Manifesto de Agosto de 1950* e mais tarde na *Declaração de Março de 1958*, que dariam base, respectivamente, aos IV e V Congressos do PCB, de 1954 e 1960.

Durante todo este período, a análise do partido em relação às características do Brasil o levou à conclusão de que o setor rural do país vivia sob características semi-feudais, como os sistemas de meeiros, terceiros, parceiros ou os arrendamentos, por exemplo, e que este perfil do campo impedia a implementação plena do capitalismo no Brasil, por isso, para que fosse possível desencadear uma revolução socialista, seria preciso antes realizar uma revolução nacional, democrática, anti-feudal.

O partido teve, então, como premissa a necessidade de formação de uma Frente Nacional, cujo objetivo era a acumulação de forças para fortalecer o movimento revolucionário. No IV Congresso, defendia-se que esta aliança entre forças seria composta por operários e camponeses. Por isso, a preocupação com os trabalhadores rurais tornou-se uma questão importante. De acordo com documento do partido:

“(...) os camponeses só podem ser ganhos para o lado do proletariado se o partido tem um programa agrário radical. Quer dizer, um programa que levante a luta pela liquidação dos latifúndios, pela extinção dos restos feudais e escravistas, pela entrega gratuita e sob a forma de propriedade privada das terras dos latifundiários aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nela queiram trabalhar”.³³¹

Os Pontos 34 e 45 do Programa defendiam, entre outras coisas, o confisco de todas as terras dos latifundiários e a entrega destas aos lavradores; a extinção dos sistemas de

³²⁸ SANTOS, R. & COSTA, L. *Op. cit.*, p. 88.

³²⁹ Em 1962, Marco Antônio Tavares e Fernando Santana venceram as eleições para deputado federal, ambos eram do PCB, mas foram eleitos pelas legendas PSD-PST e PTB-PST, respectivamente. Além, disso, outros 15 membros do PCB se elegeram para deputados estaduais.

³³⁰ PANDOLFI, D. *Op. cit.*, p. 187.

³³¹ SANTOS, Oto. “O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”. (Intervenção no IV Congresso do PCB). In: *Problemas*, (64), dez./1954 – fev./1955, p. 244. Apud: MEDEIROS, L. *Op. cit.*, 1982, p. 43.

meeiros e terceiros, o pagamento em dinheiro aos trabalhadores e a anulação de todas as suas dívidas.³³²

Seis anos mais tarde, em 1960, foi realizado o V Congresso do PCB, que se amparou na Declaração do partido elaborada em março de 1958. Neste V Congresso, ainda se acreditava na política de acumulação de forças, mas desta vez o objetivo não era o movimento revolucionário, e sim a organização de uma *pressão pacífica das massas*³³³.

Também ocorreram algumas mudanças na leitura do PCB sobre a situação política e econômica do Brasil. A revolução necessária ao país passou a ser caracterizada como uma revolução anti-feudal, nacional, democrática e *antiimperialista*, por isso poderiam fazer parte da aliança revolucionária, além dos operários e trabalhadores rurais, a parcela da burguesia nacional “*interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional*”³³⁴, e até os latifundiários “*em contradição com o imperialismo norte-americano (...) ligados a monopólios rivais dos monopólios norte-americanos*”³³⁵.

Neste sentido, a atenção do partido voltou-se para a luta contra o imperialismo norte-americano, enquanto a luta pela democratização da questão agrária ficava subordinada a ela ou relegada a um segundo plano. Uma das conseqüências desta mudança de postura foi que a proposta de reforma agrária ganhou contornos mais moderados. Agora se falava em *desapropriação com justa indenização* e em *loteamento* mediante *pagamentos módicos*, além disso, as formas de posse da terra como a parceria e o arrendamento, não eram questionadas, falava-se apenas em regulamentação legal dos contratos.³³⁶

Para entender estas mudanças ocorridas entre o lançamento do Manifesto de Agosto de 1950 e o V Congresso, em 1960, é preciso retroceder um pouco na história do partido. Em 1947, após apenas 2 anos de legalidade, a legenda do PCB voltou a ser cassada; no ano seguinte foi a vez dos parlamentares eleitos pelo partido. A partir de então, o PCB optou por uma linha de radicalização revolucionária que, entre outras coisas, avaliava o governo como de “*traição nacional*” e defendia o confisco das terras sem indenização e sua distribuição para quem trabalhava nela.

A linha do partido ainda caracterizava o governo como de “*traição nacional*” quando, em agosto de 1954, Getúlio Vargas se suicidou. A comoção popular e sua imediata reação que,

³³² MEDEIROS, L. *Op. cit.*, 1982, p. 43/44.

³³³ GARCIA, M. A. *Op. cit.*, n° 78, 23 a 29 de agosto de 1979.

³³⁴ *Idem. Ibidem.*

³³⁵ *Idem, ibidem.*

³³⁶ MEDEIROS, L. *Op. cit.*, 1982, p.45.

em Porto Alegre e em Belo Horizonte, depredou a sede de jornais vinculados ao partido, fizeram-no perceber que era preciso rever sua posição.

Porém, com a realização do IV Congresso do PCB, dois meses depois do suicídio de Vargas, o radicalismo revolucionário defendido pelo partido no Manifesto de Agosto foi ratificado. Porém, contraditoriamente, neste mesmo período, o partido também se voltou para a participação de movimentos sociais sindicais e nacionalistas. É por isso que Daniel Aarão Reis Filho afirma que:

“De verdade, o programa de 1954 já se tornara obsoleto no momento mesmo de sua edição (...) Não correspondia mais ao que os comunistas vinham fazendo e dizendo em público”.³³⁷

Em fevereiro 1956, durante a realização do famoso XX Congresso dos PCUS, em Moscou, Nikita Khrutchev denunciou os crimes cometidos por Stálin, fazendo com que, os debates suscitados a partir da denúncia aguçassem ainda mais as contradições do partido brasileiro. As reformulações oficiais das propostas do PCB vieram com a Declaração de Março de 1958, quando o partido se voltou para a defesa de uma revolução feita por formas e meios pacíficos e intensificou sua participação em movimentos sociais e sindicais. Foi com base na Declaração de Março que o V Congresso, então, realizou-se.

De acordo com Dulce Pandolfi, a história oficial do PCB, escrita nos anos 80 e a conseqüente memória oficial vêem a Declaração de Março de 1958 e o posterior V Congresso do partido, de 1960, como um processo de renovação, como uma certidão de batismo, já que neste momento, o PCB não se baseava mais em concepções golpistas e insurrecionais, como fizera durante o IV Congresso, mas fazia das questões democráticas o centro de suas concepções.³³⁸ Porém, tanto esta autora como Leonilde Medeiros mostram em seus textos que o PCB teve uma postura ambígua no decorrer das décadas de 1950 e 1960: ele se intitulava um partido revolucionário, mas buscava abranger variados setores da sociedade; permanecia em constante dilema entre a reforma e a revolução, ou entre as reivindicações imediatas dos trabalhadores rurais, por exemplo, e as ações revolucionárias como a reforma agrária; além disso, tentava explorar ora caminhos legais, noutra os armados.

No caso específico da luta junto aos trabalhadores rurais havia um outro agravante: esta luta era nova, não trazia consigo uma tradição, o PCB praticamente não tinha militantes com experiência para esta prática, por isso, muitas vezes, as resoluções do partido, quando

³³⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.) *História do Marxismo no Brasil. Volume V*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. p. 83.

³³⁸ PANDOLFI, D. *Op. cit.*, p. 184

materializadas não conseguiam o êxito esperado. Por exemplo, em determinado momento, o PCB seguia o pressuposto de que a defesa de ações revolucionárias, como a reforma agrária e a abolição das chamadas formas feudais de exploração, facilitaria a adesão dos trabalhadores rurais ao partido, enquanto o interesse de muitos trabalhadores se encontrava na luta para a obtenção de garantias legais para o seu trabalho.

Pensando ainda especificamente na luta dentro do meio rural, este foi um período em que o PCB e o movimento chamado Ligas Camponesas³³⁹, liderado por Francisco Julião, foram os principais personagens na disputa pela representação dos trabalhadores rurais. Esta luta de comunistas e julianistas trazia divergências, uma delas, por exemplo, era que enquanto o PCB colocava como força revolucionária o proletariado urbano e ao lado deste o camponês; Francisco Julião fazia do campesinato o protagonista decisivo deste processo.

Esta disputa ficou mais claramente explicitada no Congresso Camponês de Belo Horizonte, em 1961. Francisco Julião³⁴⁰ e alguns dirigentes comunistas como Armênio Guedes, Dinarco Reis, Alberto Passos Guimarães, Heros Trench e Nestor Veras fizeram parte da comissão referente à reforma agrária dentro do Congresso Camponês. Nesta comissão, as disputas giraram em torno da necessidade ou não de se lutar pela regulamentação em lei dos sistemas de arrendamento e parceria. Enquanto os pecebistas eram favoráveis à regulamentação, defendendo que a conquista das chamadas reivindicações imediatas dos trabalhadores rurais não atrapalharia a luta pela reforma; Francisco Julião defendia que tal medida era *inoportuna*³⁴¹ e mesmo *reacionária*³⁴², já que significava o reconhecimento legal de formas de exploração do trabalho rural.

Foi desta comissão que saiu a *Declaração do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas* sobre o caráter da reforma agrária. Em uma época onde o PCB primava por pressões pacíficas ou legais das massas, como vimos anteriormente, a Declaração do Congresso mostrava que Francisco Julião havia saído vitorioso da disputa, já que nela defendia-se uma proposta de reforma agrária radical, de onde viria a expressão “reforma agrária, na lei ou na marra”.

³³⁹ O movimento das Ligas Camponesas surgiu no Engenho da Galiléia, no interior do estado de Pernambuco. Lá foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), conhecida depois como a Liga do engenho da Galiléia. Seus principais objetivos eram os assistenciais, como a criação de um fundo para a implantação de escolas, caixas funerárias e assistência médica. A Liga sofreu perseguição por parte dos proprietários da região e por isso, alguns de seus representantes foram pedir apoio do governo estadual. Entre as pessoas que começaram a auxiliar o trabalho da Liga estava o advogado Francisco Julião. Depois de uma longa disputa judicial e política, a Liga conseguiu, em 1959, a desapropriação do Engenho da Galiléia e sua distribuição aos camponeses e trabalhadores rurais. A partir deste episódio, as Ligas se expandiram para outras regiões de Pernambuco e do Brasil, e Francisco Julião tornou-se seu principal representante.

³⁴⁰ Sobre as disputas entre o PCB e Francisco Julião VER: SANTOS, R. & COSTA, L. C. *Op. cit.*, p. 97-102.

³⁴¹ *Idem. Ibidem*, p. 97.

³⁴² *Idem. Ibidem*.

“A reforma agrária que defendemos e propomos diverge e se opõe frontalmente, portanto, aos inúmeros projetos, indicações e proposições sobre as pretensas reformas, revisões agrárias (...) A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio”.³⁴³

Os debates entre Francisco Julião e os membros do PCB continuaram após o Congresso Camponês de Belo Horizonte. Não vamos nos aprofundar aqui neste debate, mas vale frisar, sem dúvida, que tanto ele como a atuação de seus interlocutores junto aos trabalhadores rurais foram muito importantes para o processo de recrudescimento dos movimentos de sindicalização e luta no meio rural. Por outro lado, como nosso interesse principal aqui é o PCB, vale dizer ainda que estes debates foram um outro fator complicador na definição do partido pela opção de luta reformista ou revolucionária.

Para percebermos como estas dificuldades repercutiram no trabalho dentro das células do partido, vamos acompanhar agora, a atuação do PCB de Ribeirão Preto em relação à questão agrária. Trabalharemos com dois momentos, o que representa o IV Congresso e depois o V Congresso, através da prática política de dois membros do partido na cidade, cuja origem remonta ao campo: Nazareno Ciavatta e Irineu de Moraes. Suas trajetórias de luta nos trazem um pouco das dificuldades encontradas pelo partido em seu trabalho junto aos homens do campo.

II - O PCB de Ribeirão Preto e a questão agrária

O PCB de Ribeirão Preto fundou o 1º Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 31 de janeiro de 1955³⁴⁴, ou seja, apenas alguns meses depois da realização do IV Congresso, em 1954, que havia decidido pela importância de ter trabalhadores rurais como aliados dos operários. Nazareno Ciavatta tornou-se seu primeiro presidente.

Ciavatta nasceu na região de Ribeirão Preto, na fazenda Dumont, que depois se tornaria o município de Dumont. Entre os anos de 1940 e 1954 viveu em São Paulo, onde conheceu o PCB e se tornou um militante. Em 1954, contudo, voltou para Dumont e foi procurar o PCB em Ribeirão Preto. O grupo que o compunha estava mobilizado para fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Ciavatta, que também tinha interesse nesta luta, tornou-se seu presidente.

³⁴³ Idem. *Ibidem*, p. 98.

³⁴⁴ Entrevista de Nazareno Ciavatta para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. Ribeirão Preto, 20 de outubro de 1988. Fita 143, lado B. Arquivo Edgard Leuenroth.

Segundo ele, a implementação do sindicato foi bem aceita pelos trabalhadores rurais porque havia um desejo grande para que as leis trabalhistas se estendessem também a eles. O que levava estes trabalhadores aos sindicatos era a busca de boletins que esclarecessem quais eram as leis trabalhistas. Com este papel em poder era mais fácil fazer a reivindicação junto aos fazendeiros.

Ciavatta também afirma que o objetivo do sindicato deveria ser a luta pela implantação de leis trabalhistas para o trabalhador rural. Os lavradores iam até ele reivindicando direitos. Estes trabalhadores que iam ao sindicato, contudo, não necessariamente eram filiados ao Partido, mas segundo Ciavatta, o partido queria usar o sindicato para fazer propaganda política e para distribuir seu material que pregava a derrubada do governo³⁴⁵. Diz Ciavatta:

“(…) O Partido me convidou para fundar o sindicato para fazer as leis trabalhistas. Isso foi explicado aos trabalhadores rurais durante a fundação. Depois queriam que eu fosse ao campo levar o material do partido favorável à derrubada do governo”.³⁴⁶

Tal postura do partido gerou conflito tanto em Ciavatta como nos trabalhadores rurais que acompanhavam as atividades do sindicato. Ainda segundo Ciavatta:

“(…) O Partido tinha lançado em 1950 o Manifesto de Agosto, que pregava a derrubada do governo, a divisão das fazendas, etc. Isso foi reafirmado em 1954. Era estatutário. O programa era claramente de derrubada do governo. Eu fui expulso por esta razão. Isso prejudicava a todos, não apenas o camponês”.³⁴⁷

Neste conflito entre os preceitos do partido e as necessidades e desejos dos trabalhadores rurais, Ciavatta se aproximou mais dos últimos, isto gerou sua expulsão, em 1957 e o conseqüente afastamento do sindicato.

“(…) os trabalhadores queriam ir para um lado e o Partido para o outro. (...) Eu procurava inicialmente seguir a orientação e dizia a eles que os fazendeiros não pagavam, abusavam deles, a polícia prendia, e que só mesmo fazendo uma revolução iria resolver aquele estado de coisas. Um camponês disse para mim: ‘olha Ciavatta, se nós não temos força para obrigar os fazendeiros a pagar os salários e cumprir as leis trabalhistas, para derrubar o governo vai ser ainda mais difícil’. Daí eu percebi que o partido estava errado”.³⁴⁸

³⁴⁵ As críticas de ciavata ao PCB podem ser encontradas em COSTA, Luiz Flávio Carvalho. “Prática Política no campo: uma experiência da militância comunista”. In: *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 5, Rio de Janeiro, nov. 1995. Entrevista de Nazareno ciavata para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. Ribeirão Preto, 20 de outubro de 1988. Fitas 143/144. Arquivo Edgard Leuenroth e, por fim, na entrevista de Nazareno ciavata para Matilde Leone. Segundo Sebastião Geraldo, ciavata misturava, muitas vezes, questões de ordem pessoal com questões de ordem política. GERALDO, S. *Op. cit.*, p.126.

³⁴⁶ COSTA, L. F. C. *Op. cit.*, p. 96/97

³⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 96.

³⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 97.

Embora tenha sido expulso do partido, as críticas de Ciavatta refletem, na verdade, o dilema que o Partido enfrentou no decorrer dos anos 50 e 60, entre se voltar para a realização das demandas mais imediatas dos trabalhadores rurais ou trabalhar com eles a partir de projetos mais ambiciosos como a reforma agrária e a revolução.

Em 1959, dois anos após a expulsão de Ciavatta, Irineu de Moraes voltou para Ribeirão Preto. Segundo ele, o partido estava todo desarticulado³⁴⁹ e o trabalho de Ciavatta não tinha conseguido nenhum progresso junto aos trabalhadores rurais³⁵⁰.

Vimos no Capítulo 1 que com o trabalho de rearticulação do partido local, este viveu um período de crescimento no início da década de 1960, tanto entre pessoas da cidade, como entre os trabalhadores rurais. Devido a este processo de rearticulação e busca de novos adeptos, Irineu voltou sua luta para o campo, junto aos trabalhadores rurais de Sertãozinho, Pontal, Barrinha, entre outras cidades da região de Ribeirão Preto.

Hélio Geraldo de Freitas, que era um cortador de cana na região de Sertãozinho e que mais tarde se envolveria na luta com a FALN, acompanhava este trabalho de Irineu de Moraes nas cidades de Pontal, Barrinha, Pitangueiras. Segundo ele:

“[Irineu de Moraes] começou a organizar Dumont, Sertãozinho, Guatapará, Pontal, Pitangueiras, se estendeu pela Alta Mogiana, Jardinópolis, São Joaquim da Barra. (...) De 1962 até 1964 eu tive a participação junto com o Irineu. Andamos toda a região. (...) [Irineu] mostrava que realmente nós teríamos que ter uma luta, ter uma terra, uma sobrevivência e por aí nós fomos participando”.³⁵¹

Antes de desenvolver este trabalho na região de Ribeirão Preto, Irineu já havia desenvolvido trabalhos semelhantes em outros lugares como Bauru, Valparaíso, São José do Rio Preto, entre outros³⁵². Em suas memórias sobre sua trajetória fica patente certo ressentimento de Irineu de Moraes pela postura do PCB em relação aos trabalhadores rurais. Como exemplo, podemos reproduzir aqui alguns desabaços de Irineu de Moraes:

“Era um trabalho de persistência e de tempo, o partido não dava ajuda. O Partido Comunista nunca deu satisfação. Só queria saber como estava”.³⁵³

“Quando havia aquele movimento de camponeses em Porecatu, ou em qualquer outro lugar, o *Terra Livre* só publicava ‘*Levanta-se o movimento camponês de tal e tal*. Ao invés de descer lá, de ajudar na organização, de dar uma ajuda

³⁴⁹ WELCH, C. & GERALDO, S. *Op. cit.*, p. 159.

³⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 162.

³⁵¹ Entrevista de Hélio Geraldo de Freitas para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 20 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

³⁵² É possível acompanhar toda a trajetória política de Irineu de Moraes no PCB através do livro de Cliff Welch e Sebastião Geraldo. *Op. cit.*, 1992.

³⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 154.

política para a situação (...) eles apenas publicavam uma manchete com letras garrafais. Faziam propaganda para mostrar para a burguesia que estávamos fortes em tal lugar: 'Olha aí a luta dos camponeses!'. Era para tirar dinheiro da burguesia para efeito eleitoral ou qualquer coisa. Era uma corrupção total".³⁵⁴

Assim, se Ciavatta reclamava da postura autoritária do partido na relação com os trabalhadores rurais, Irineu de Moraes sentia a ausência deste no que dizia respeito à prática de luta e reivindicação desta classe. Embora pareçam contraditórias, estas críticas são dois lados da mesma moeda, porque, na verdade, ambos sofreram da falta de preparo do PCB para com a questão agrária, da falta de uma tradição e de quadros que pudesse lidar com esta nova situação.

A ambigüidade é que, apesar destas deficiências foi o PCB que fomentou os debates em torno da questão agrária no Brasil, ajudando a inserir na cena política dos anos 50 e 60 a luta do homem do campo, como vimos anteriormente. Da mesma forma, o trabalho de Ciavatta e de Irineu de Moraes, apesar das dificuldades e decepções, também contribuiu para dar início a uma tradição de luta no meio rural dentro do PCB de Ribeirão Preto. Não foi sem razão que o partido pode ter entre seus membros vários trabalhadores rurais, como Arlindo Teixeira, Natal Siviero, José Tonetto, Mário Bugliani, Maginho Agostinho Pinto, Francisco Alves Reis Filho³⁵⁵, entre outros.

Este processo iniciado pelo PCB local, através do trabalho de Ciavatta e Irineu de Moraes, permitiu que se criasse uma rede de relações, cujos laços poderiam ser mais frouxos ou firmes, mas por onde caminharia, posteriormente, a FALN em seu trabalho de busca de adesões no meio rural. Para isso, contribuíram, indiretamente, o pioneirismo³⁵⁶ do sindicato presidido por Nazareno Ciavatta e diretamente, o trabalho de liderança de Irineu de Moraes que, como veremos adiante, travou contato com alguns trabalhadores rurais que adeririam a FALN alguns anos depois.

Antes de passarmos para o próximo item, vale apenas salientar que não queremos fazer parecer aqui que um trabalho deste porte tenha sido realizado por dois indivíduos. Tanto Ciavatta como Irineu de Moraes tinham o amparo do partido e, conforme seu trabalho se desenvolvia, novas pessoas se juntavam à luta, porém, é inegável que ambos, especialmente o segundo, foram lideranças importante, cuja atuação se tornaria uma referência muito forte.

³⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 207/208.

³⁵⁵ Ao trazer esta relação de nomes, corro o risco de ser injusta com vários outros trabalhadores rurais envolvidos com o PCB de Ribeirão Preto, porém, as informações que pude obter trouxeram-me referências apenas aos nomes que foram relacionados acima.

³⁵⁶ Segundo Luiz Flávio Carvalho Costa, a segunda metade da década de 1950 foi o "momento em que, pela primeira vez no país, através do Partido Comunista do Brasil (PCB) a prática sindical se insinua no campo". (COSTA, L. C. *Op. cit.*, p. 89). Se levarmos em conta que o Primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto foi fundado em janeiro de 1955, veremos que é possível caracterizá-lo como pioneiro.

III – A esquerda dos anos 60 e a questão agrária

Em seu trabalho *O fantasma da revolução brasileira*, Marcelo Ridenti enumera aquilo que ele chama de pressupostos comuns aos grupos de esquerda armados dos anos 60. Dois destes pressupostos dizem respeito à participação de trabalhadores rurais na luta pela libertação nacional. O primeiro chama a atenção para o fato de que estes grupos defendiam a necessidade de mobilização da massa trabalhadora urbana e rural; o segundo, e mais importante para o nosso caso, mostra que eles viam a guerrilha rural como fase imprescindível para o êxito da revolução brasileira³⁵⁷.

Há algumas razões que podem explicar por que o envolvimento dos trabalhadores rurais na luta pela libertação nacional era uma questão tão premente para as esquerdas dos anos 60.

No decorrer da década de 1950 e 1960, como vimos, a questão da reforma agrária passou a ser um tema polarizador de debates. No Brasil havia, ainda, a atuação do advogado Francisco Julião, que liderou as Ligas Camponesas reivindicando direitos democráticos aos trabalhadores rurais. Julião também plantou a semente sobre a importância de uma luta essencialmente rural e de hegemonia camponesa porque, segundo ele, os trabalhadores rurais possuíam um caráter intrinsecamente político e revolucionário de luta, já que questionavam a estrutura fundiária do país ao reivindicarem a reforma agrária.³⁵⁸

Há que se destacar, ainda, as Revoluções Cubana, Chinesa e a Guerra do Vietnã, que, guardadas as diferenças, utilizaram camponeses e tiveram seus movimentos assentados no campo. Sem dúvida estas experiências encheram de brilho os olhos da esquerda brasileira e de seus simpatizantes, e ajudaram a construir a idéia de que sem a mobilização do trabalhador rural os grupos de esquerda não teriam êxito em seus propósitos de derrubada da ditadura.³⁵⁹

Todas estas questões levaram os grupos de esquerda à busca de trabalhadores rurais para a luta revolucionária. Ainda assim, se trabalharmos com dados estatísticos, veremos que a participação destes trabalhadores foi pequena.

³⁵⁷ RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 54.

³⁵⁸ BOTOSSO, Marcelo. "A guerrilha rural no Brasil pós 1964". In: *Estudos de História – A Força na Política*. Unesp, Franca, v. 8 – nº 1, 2001, p. 32.

³⁵⁹ Houve ainda o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que lutava pela organização dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária. O movimento surgiu no Rio Grande do Sul, ligado ao governo de Leonel Brizola, por isso, perdeu forças com a vitória de Ildo Meneghetti para governador do estado, que venceu o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Além do MASTER, foi realizado em 1961 o I Congresso dos Trabalhadores Rurais, em Belo Horizonte, cuja principal bandeira levantada foi a reforma agrária "na lei ou na marra". RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 220.

Para que seja possível conhecer um quadro geral sobre o número de trabalhadores rurais que se envolveram nos grupos de esquerda dos anos 60, um dos poucos caminhos que temos são os processos referentes aos presos políticos que foram compilados pelo fundo *Brasil: Nunca Mais*. Marcelo Ridenti, em seu livro *O fantasma da revolução brasileira*, compilou as informações contidas nos processos e constatou que dos 3.698 denunciados por ligações com as esquerdas, apenas 88 eram trabalhadores rurais³⁶⁰, o que representa pouco mais de 2%.

Mário Augusto Medeiros da Silva e eu também trabalhamos na compilação de dados dos processos do *Brasil: Nunca Mais*, mas nos voltamos para as informações referentes ao estado de São Paulo³⁶¹. O resultado trouxe números muito parecidos com os apresentados por Ridenti, já que dos 1.615 homens processados neste estado, apenas 37 eram trabalhadores rurais, representando novamente pouco mais de 2% do total de participantes. Em São Paulo há que se destacar ainda que não houve a presença de mulheres³⁶².

Dentre estes 37 trabalhadores rurais que atuaram no estado de São Paulo, 11 foram processados por envolvimento com a FALN. Se levarmos em conta que o grupo de Ribeirão Preto teve 49 pessoas processadas, veremos que 22% de seus membros eram trabalhadores rurais.

O quadro a seguir mostra como os trabalhadores rurais processados estavam espalhados pelas organizações:

Partidos e Organizações	Nº de Trabalhadores Rurais ou Camponeses envolvidos	Porcentagem de Trab. Rurais ou Camponeses envolvidos
ALN	8	1,8 %
AP	17	4,2 %
DI – DF	1	3,1 %
FALN ³⁶³	11	22,4 %
FLNe	2	22,2 %
Grupo dos 11	7	7,4 %
MR – 21	1	4,5 %
MR – 26	1	7,7 %

³⁶⁰ RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 222.

³⁶¹ SILVA, M. M. & BAGATIM, A. *Op. cit.*, 2003.

³⁶² É importante ressaltar que nem todos aqueles que se envolveram nos grupos de esquerda foram processados, por isso os números trabalhados por Marcelo Ridenti ou por Mário Medeiros e por mim devem ser considerados como valor aproximado, ou como dado oficial. Ridenti destaca, por exemplo, que inúmeros trabalhadores rurais foram mortos antes de serem processados e, provavelmente, nem tiveram suas mortes registradas; além disso, algumas bases camponesas de organizações como a AP (Ação Popular) e PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) não foram encontradas pela polícia. RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 222.

³⁶³ Neste quadro montado por Ridenti, consta que a FALN teve 9 trabalhadores rurais entre seus membros, chegando à porcentagem de 22% dos integrantes do grupo. Há, contudo, um erro nesta coleta de dados de Ridenti, porque a FALN teve 11 trabalhadores rurais envolvidos, ou seja, 22,4% dos membros do grupo. No quadro acima, os números referentes a FALN foram, então, corrigidos por mim.

PC do B	2	0,9 %
PCB	11	1,8 %
PCBR	1	0,5 %
PCR	3	11,1 %
POC	1	0,8 %
PRT	1	3,4 %
VAR	16	6,6 %
VPR	2	1,6 %
Vários Grupos	5	1,9 %

Fonte: Coleção BNM. Apud: RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*, p. 68/69. (Grifos meus)

Pela tabela é possível acompanhar que, proporcionalmente, a FALN foi o grupo com o maior número de trabalhadores rurais entre seus membros. Há, é verdade, uma pequena diferença entre ela e a organização FLNe, cuja porcentagem é de 22,2%; mas nos números absolutos a FLNe contou 2 trabalhadores rurais. Por outro lado, a AP e a VAR se destacam pelos números absolutos ao apresentarem, respectivamente, 17 e 16 trabalhadores rurais, mas a porcentagem mostra que estas participações representaram 4,2% e 6,6%, respectivamente.

Estes dados contribuíram para que a FALN fosse enquadrada nas estatísticas de Ridenti como uma organização rural. Segundo o autor:

“Para efeito estatístico preferimos não computar várias organizações como de guerrilhas urbanas, por poder haver certo questionamento quanto ao fato delas terem sido efetivamente grupos guerrilheiros atuantes nas cidades. Foi o caso da Ação Popular, CORRENTE, Dissidência-Distrito Federal, **FALN**, Grupo de 11, MR-21, MRM, PCR, PC do B e POLOP. (...) [A FALN] apesar de ter sede na cidade, procurava concentrar suas ações armadas na área rural”.³⁶⁴ (grifo meu)

Apesar dos dados estatísticos e da proporção mostrar que houve um número grande de trabalhadores rurais envolvidos na FALN, acho difícil trabalharmos com definições que possam dizer se a FALN foi um grupo de guerrilha rural ou não.

Embora houvesse propostas de atuação no meio rural, a FALN vivia uma fase de busca de adesão e de preparação de quadros e as definições a respeito de sua atuação eram pouco claras. Acho mais correto afirmarmos que a FALN foi um grupo urbano que se voltou para realizar algumas ações fora da cidade e teve entre seus membros uma liderança proveniente do meio rural.

É inegável que houve um trabalho por parte do núcleo formador da FALN no sentido de conseguir militantes de origem rural e que as adesões ocorreram. Mas isso não lhe garantiu um perfil de organização rural. O que me parece interessante, então, dentro deste quadro, é buscar as razões destas adesões. Um dos meios para isso, por exemplo, parece ser o de

³⁶⁴ RIDENTI, M. *Op. cit.*, 1993, p. 57.

percebermos como o trabalho anterior feito pelo PCB local junto aos trabalhadores rurais facilitou a participação deste segmento social na FALN.

IV – PCB e a FALN

Embora Irineu de Moraes não tenha sido membro da FALN, seu trabalho anterior no PCB, na região de Ribeirão Preto, deu contornos para a formação de uma rede de relações que facilitariam as adesões de trabalhadores rurais no grupo de Ribeirão Preto.

A ligação indireta entre Irineu de Moraes e a FALN começou quando ele atuava nas cidades de Sertãozinho, Barrinha e Pontal. Foi através de seu trabalho nestas cidades que Irineu de Moraes conheceu Mário Bugliani e por influência dele, Bugliani se filiou ao PCB. Nas palavras de Bugliani:

“Tem um camarada aí que eu devo uma grande obrigação, porque eu nasci dele, foi ele que me despertou (...) Irineu de Moraes. Ele era encarregado de recrutar gente [para o PCB]. Uma noite ele apareceu em casa bateu um papo, eu ali prestando atenção. De madrugada, já quase nascendo o sol, eu falei: *‘quanto a gente paga para participar disso?’* Ele falou: *‘Não...’*. Mas ele não me mostrou naquela noite os dois lados da moeda (...) mas eu já entrei nisso daí sabendo que boa coisa não ia sair para mim”³⁶⁵

Hélio de Freitas, outro trabalhador rural envolvido no processo da FALN, conheceu Irineu de Moraes quando era cortador de cana em Sertãozinho. Na época era ainda muito jovem, tinha 14 anos, mas como sua mãe, Sebastiana Ribeiro de Freitas, se envolveu na luta junto com Irineu de Moraes, Hélio sempre acompanhava o trabalho deles. Segundo Hélio, foi neste período que, nas palavras dele:

“(...) eu passei a entender que precisaria haver uma luta para conseguir a sobrevivência, e assim eu fui acompanhando (...) eu tinha bastante vontade de realmente conseguir aquilo que eu captava pelas orientações dele [Irineu de Moraes], pelas conscientizações que ele fazia junto aos camponeses”.³⁶⁶

Muitas vezes Hélio acompanhava Irineu de Moraes em suas viagens para as cidades de Pontal, Barrinha, Pitangueiras e foi através de Irineu de Moraes que Hélio ouviu falar de Mário Bugliani.

Além de Mário e Hélio, dentro do que foi possível apurar, outros dois trabalhadores rurais envolvidos com a FALN tiveram algum tipo de relação com Irineu de Moraes, antes que

³⁶⁵ Entrevista de Mário Bugliani para Matilde Leone. Sertãozinho, meados da década de 1980. Fita 1 – Lado B.

³⁶⁶ Entrevista de Hélio de Freitas para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 20 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

este grupo estivesse formado. O primeiro deles, Néelson Agenor Tonetto, conheceu Irineu através de seu pai, José Tonetto, quando ambos eram do PCB local³⁶⁷.

O segundo, Maginho Agostinho Pinto, afirma em depoimento que conheceu Irineu de Moraes por volta de 1959³⁶⁸, momento em que Irineu começou seu trabalho pela região rural de Ribeirão Preto. Maginho também foi do PCB da cidade, além disso, assumiu o cargo de 1º secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal, em 1966³⁶⁹, cuja presidência estava nas mãos de Mário Bugliani. Assim, todos estes ambientes comuns nos mostram a proximidade de relação entre estes trabalhadores rurais.

Como último exemplo para mostrar a influência que Irineu de Moraes exerceu, ainda que indiretamente, para a formação da FALN, ressaltarei que o primeiro contato que o principal articulador da FALN, o estudante de Direito Vanderley Caixe, teve com os trabalhadores rurais se deu através de Irineu de Moraes, quando ambos ainda eram membros do PCB. Segundo Caixe, Irineu foi um grande professor e, nas palavras dele:

“(...) um sujeito fantástico, ele realmente me abriu o mundo da militância. (...) A primeira prática que eu tive foi exatamente no campo, com o Irineu de Moraes. E Irineu me mostrou este mundo, que ele era um ativista e eu (...) comecei a ter este contato direto com personagens que para mim eram de livros de literatura (...) para ajudar a organizar os primeiros sindicatos”.³⁷⁰

Este quadro traçado acima nos dá sinais de que a atuação anterior de Irineu de Moraes foi importante para que os trabalhadores rurais aderissem a FALN, alguns anos mais tarde. Exemplo disso é que todos os trabalhadores rurais processados por envolvimento com a FALN moravam em cidades onde Irineu de Moraes desenvolveu seu trabalho.

Assim, quando em 1967 um grupo de militantes do PCB de Ribeirão Preto rompeu com o partido, para formar a FALN, Vanderley Caixe procurou Mário Bugliani e, em terreno já arado, eles começaram um trabalho em busca de adesões de trabalhadores rurais.

³⁶⁷ Entrevista de Néelson Agenor Tonetto para Matilde Leone. Ribeirão Preto, meados da década de 1980. Fita 1 – Lado A.

³⁶⁸ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Maginho Agostinho Pinto, p. 252.

³⁶⁹ Ata de abertura do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Pontal, 20 de janeiro de 1966. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal.

³⁷⁰ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 31 de maio de 2001. Fita 1 – Lado A.

V – Os trabalhadores rurais da FALN

Foram 11 os trabalhadores rurais condenados no processo referente a FALN, como já dissemos³⁷¹. A construção da tabela abaixo³⁷² serve para conhecermos um pouco mais destes personagens:

Nome	Idade em 1969	Naturalidade	Residência	Local de Trabalho
Agostinho Muniz Batista	20 anos	Serrana – SP	Vila Industrial, Sertãozinho – SP	—————
Aristóteles Francisco Fagundes	28 anos	Conceição Aparecida – MG	Vila Industrial, Sertãozinho – SP	Usina São Martinho – Pradópolis
Francisco Alves Reis Filho	36 anos	Jardinópolis – SP	Rua Ceará, Pitangueiras – SP	Fazenda Três Barras – Pitangueiras
Francisco Marques Ponce	33 anos	Ribeirão Preto – SP	Rua José Bonini, Sertãozinho – SP	Tratorista (não consta o local)
Geraldo Nascimento	24 anos	Jardinópolis – SP	Bairro São João, Sertãozinho - SP	Usina São Francisco
Hélio Geraldo de Freitas	22 anos	Nova Europa – SP	Vila Industrial, Sertãozinho – SP	Usina São Martinho – Pradópolis
João Estevão Martins	36 anos	Taiuva – SP	Vila Boa Vista, Bebedouro - SP	Fazenda Retiro
Maginho Agostinho Pinto	53 anos	Viradouro – SP	Rua Pernambuco, Pitangueiras - SP	Usina São Vicente – Pitangueiras
Mário Bugliani	30 anos	Orlândia – SP	Vila Industrial, Sertãozinho – SP	Usina São Geraldo ³⁷³
Nélson Agenor Tonetto	30 anos	Ribeirão Preto – SP	Bairro Ipiranga, Ribeirão Preto – SP	Proprietário da chácara Boa Vista - Ribeirão Preto
Virgílio Massoneto	38 anos	Santa Cruz das Posses – SP	Rua Tocantins, Sertãozinho – SP	Engenho Antônio Lovato – Sertãozinho

A tabela acima nos apresenta 10 jovens trabalhadores rurais, com idade que variam entre os 20 e os 38 anos, com exceção de Maginho Agostinho Pinto, com 53 anos, que já havia militado no PCB. É quase unânime o fato de todos serem provenientes de cidades paulistas, havendo apenas um mineiro entre eles. Além de paulistas, vale destacar também que a maioria nasceu em cidades próximas a Ribeirão Preto e Sertãozinho, cenário do qual nos valem para este item; as cidades mais distantes são Taiuva, Viradouro e Conceição Aparecida.

³⁷¹ Além dos 11 trabalhadores rurais apresentados na tabela acima, havia também Valter Andrade, de 39 anos, morador de Sertãozinho e motorista da Usina São Geraldo, também de Sertãozinho. Sua função de motorista, contudo, impediu-nos de incluí-lo na relação dos trabalhadores rurais, embora ele estivesse vinculado a eles.

³⁷² Dados retirados das fichas de identificação contidas nos Autos de Qualificação e Interrogatório que constam na coleção BNM. Processo 65, respectivamente nas páginas 131, 114, 832, 811, 119, 105, 247, 252, 6, 26, 820.

³⁷³ Esta informação sobre o local de trabalho de Mário Bugliani não foi retirada da Coleção BNM. Processo 65, e sim do Dossiê 50 – Z, Pasta 9, Documento 36841. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A quarta coluna, além de nos mostrar que a maioria destes personagens (8 deles) eram moradores da cidade de Sertãozinho, também nos traz o importante dado de que todos estes trabalhadores moravam na parte urbana dos municípios de Sertãozinho, Pitangueiras e Bebedouro, então, para que pudessem trabalhar eles se deslocavam diariamente das cidades para a zona rural, nos chamados “caminhões de turma”. Todos, com exceção do tratorista Francisco Ponce, eram cortadores de cana, daí nosso cuidado em sempre defini-los como trabalhadores rurais e não como camponeses. Eles não eram proprietários de algum pedaço de terra de onde pudessem tirar seu sustento, ao contrário, eram trabalhadores rurais assalariados. Mais uma vez, cabe aqui uma exceção para Néelson Agenor Tonetto, único que morava de Ribeirão Preto e que era proprietário de uma chácara.

Para concluirmos a análise da tabela, vale falarmos sobre a diversidade dos locais onde eles exerciam suas atividades. Em outubro de 1969, apenas Aristóteles Fagundes e Hélio Geraldo de Freitas trabalhavam na mesma usina. Provavelmente esta diversidade se dava porque o trabalho no corte de cana tem grande rotatividade³⁷⁴, para cada nova safra um novo grupo de trabalhadores era contratado, sendo que o fim da safra significa também o fim do contrato e a necessidade de procurar um novo lugar de trabalho.

A condição comum de trabalhadores rurais assalariados permitiu a eles, contudo, que se conhecessem: fosse como vizinhos de bairro³⁷⁵, ou no caminhão que os transportava³⁷⁶, nas fazendas e usinas³⁷⁷ ou em Associações e sindicatos³⁷⁸ que lutavam por seus direitos. É claro que dentro desta condição comum de trabalhadores rurais havia aqueles que não aceitavam as idéias propagadas pela FALN, mas entre o grupo que era simpático, estas redes de relações, mais uma vez, facilitaram a divulgar os propósitos da FALN e fazer com que jornal *O Berro* chegasse às mãos destes trabalhadores.

³⁷⁴ A ficha de identificação de Mário Bugliani o registra como “*lavrador volante*”. BNM. Processo 65, p. 6.

³⁷⁵ Na tabela construída acima podemos acompanhar que Agostinho Muniz Batista, Aristóteles Francisco Fagundes, Hélio Geraldo de Freitas e Mário Bugliani eram moradores do mesmo bairro, a Vila Industrial, em Sertãozinho.

³⁷⁶ Segundo Aristóteles Francisco Fagundes, ele e Mário Bugliani iam para a Fazenda São Francisco no mesmo caminhão. BNM. Processo 65, p. 114.

³⁷⁷ Segundo depoimento de Hélio Geraldo de Freitas, ele conheceu Mário Bugliani quando trabalhava na fazenda Morro Agudo, em Morro Agudo, no ano de 1966. BNM. Processo 65, p. 105. No depoimento de Aristóteles Francisco Fagundes, este também afirma ter conhecido Bugliani “*na Usina São Francisco, no corte de cana*”. BNM, Processo 65, p. 114.

³⁷⁸ O trabalhador rural Manoel Rodrigues Gomes, quando chamado para dar declarações no processo 65, disse ter conhecido Mário Bugliani durante os primeiros encontros na sede do Sindicato dos Operários Agrícolas de Sertãozinho (p. 5). Paládio de Oliveira, também convocado para prestar Declarações, era membro do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Pontal. Ata de abertura do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Pontal, 20 de janeiro de 1966. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal. Francisco Alves Reis Filho afirma ter conhecido Bugliani em 1964, quando ambos eram da Associação dos Trabalhadores Rurais de Sertãozinho (p. 832) e, por fim, Maginho Agostinho Pinto diz ter conhecido Bugliani no Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Pontal, onde exerceu a função de 1º secretário.

Um dos exemplares do jornal que foi anexado ao processo, por exemplo, foi apreendido em poder do trabalhador rural Amaro Antônio da Silva³⁷⁹. Além disso, Walter Andrade³⁸⁰, motorista da usina São Geraldo, responsável por levar os trabalhadores rurais das cidades para a zona rural, afirma ter recebido um pacote com vários exemplares de *O Berro* para que eles fossem distribuídos. No depoimento, ele nega³⁸¹ que tenha desempenhado tal função, ainda assim, este pode ser um exemplo, das maneiras pelas quais estes trabalhadores puderam ir, aos poucos, conhecendo e se envolvendo na luta da FALN.

VI – Os trabalhadores rurais na FALN

Em 1967, quando o primeiro núcleo da FALN se formou, seu líder Vanderley Caixe já tinha uma experiência de atuação junto aos trabalhadores rurais e se utilizou desta experiência para iniciar contatos com estes trabalhadores. Segundo Vanderley Caixe:

“(...) a luta armada, o caminho dela, era o campo, era ali que ela ia seguir o caminho dela (...) então o camponês era o homem que conhecia o terreno. (...) O contato com o camponês, ele se dá muito mais efetivamente do que um moço da cidade que vai lá no campo fazer proselitismo. A identificação da reivindicação é muito maior. Então, esta foi a nossa preocupação com o campo”.³⁸²

A declaração de Caixe nos faz perceber que grupo tinha uma proposta de guerrilha rural, ou ao menos de organizar um foco rural, por isso o contato com os trabalhadores rurais era importante. Foi com este propósito que Caixe procurou Mário Bugliani para que ambos comessem um trabalho longe das cidades.

Foi principalmente através de Bugliani e também de Maginho Agostinho Pinto que os trabalhadores rurais aderiram ao grupo. Geraldo Nascimento afirma que foi arregimentado por Bugliani³⁸³, assim como Virgílio Massoneto³⁸⁴ que disse ter sido chamado para reunião na casa de Bugliani, onde conheceu os propósitos da FALN; depois desta primeira reunião, ele participaria de várias outras. Já João Estevão³⁸⁵ se aproximou da FALN por intermédio de Maginho Pinto, que o convidou para uma reunião em sua casa, onde também estavam Caixe e

³⁷⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 457.

³⁸⁰ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Walter Andrade, p. 222.

³⁸¹ Walter Andrade pode ter mentido durante seu depoimento para que sua situação não se complicasse ainda mais diante dos delegados e dos membros do exército. Nossa pesquisa, infelizmente, não conseguiu apurar esta informação.

³⁸² Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim, 31 de maio de 2001.

³⁸³ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Geraldo Nascimento, p. 119.

³⁸⁴ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Virgílio Massoneto, p. 820.

³⁸⁵ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de João Estevão Martins, p. 247.

Bugliani. Somente Néelson Agenor Toneto, que era de Ribeirão Preto e cujo pai havia militado no Partido Comunista ³⁸⁶, diz ter conhecido o grupo por Vanderley Caixe. ³⁸⁷

Segundo Luiz Gonzaga, que foi um dos poucos estudantes que manteve contato com o grupo dos trabalhadores rurais:

“Mário Bugliani era um líder camponês, ele era extremamente respeitado e um sujeito que foi formado no Partido Comunista (...) ele tinha todo um jeito de comunicação com o pessoal de campo. Eu comecei, depois, muito dos contatos com os camponeses junto com o Mário. Era muito difícil ir sozinho, porque eu não tinha o cacife que o Mário Bugliani tinha. Tudo o que você pode imaginar em termos de contato com o camponês era o Mário. (...) Na verdade, independente de ser do Partido Comunista ou não, ele tinha confiabilidade do pessoal. Não é por que era a FALN que o pessoal acreditava. Acreditava nele”. ³⁸⁸

O relato de Luiz Gonzaga é interessante por nos mostrar, em primeiro lugar, a liderança que Bugliani exercia nos demais companheiros; além disso, quando Gonzaga afirma que os trabalhadores rurais confiavam na FALN porque ela era representada por Bugliani ele parece reiterar nossa idéia discutida acima de que os espaços e situações comuns divididos por estes trabalhadores serviram como base importante para que eles se envolvessem na luta da FALN.

Alguns integrantes do grupo que moravam nas cidades, tentaram conseguir ligações com os trabalhadores rurais, mas o trabalho era mais difícil e requeria mais tempo e dedicação, como nos mostra o relato de Paulo Otávio:

“(...) a gente estava começando a desenvolver um trabalho na área rural, que era meio difícil (...) porque a gente não era do campo. (...) Em Batatais em várias oportunidades eu fui lá para ter reunião com este pessoal, a gente ficava lá reunido com eles, conversando, mas era muito difícil, porque você não era do meio, até você adquirir a confiança do pessoal é um processo meio lento. (...) Agora, a gente conseguia alguma coisa por causa da dedicação da gente, voltava, conversava, pegava até amizade com o pessoal”. ³⁸⁹

O relato de Áurea Moretti sobre seu trabalho e o de Luiz Gonzaga da Silva nas fazendas mostra um outro fator que prejudicava o contato com os lavradores: a repressão e o controle feitos por parte dos fazendeiros e usineiros. Ela conta que:

“(...) a gente trabalhava entrando nas usinas de cana-de-açúcar, que tinha jagunço armado nas porteiras para não deixar ninguém de fora entrar, porque já tinha história das greves do Mário Bugliani, do Irineu de Moraes, entendeu?! Então,

³⁸⁶ Entrevista de Nelson Agenor Toneto a Matilde Leone. Ribeirão Preto, meados de 1980.

³⁸⁷ Coleção BNM, Processo 65, depoimento de Nelson Agenor Toneto, p. 25.

³⁸⁸ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

³⁸⁹ Entrevista de Paulo Otávio para Matilde Leone. São Paulo, Fita 1 – Lado A.

a gente entrava como parente de alguém (...) Então a gente entrava, conversava e era a reunião. E o pessoal vinha para a reunião”.³⁹⁰

Vemos então que a aproximação com os trabalhadores rurais acontecia através de reuniões, previamente agendadas, depois que um primeiro contato individual já havia acontecido. Esses encontros podiam ocorrer na casa de algum trabalhador ou no meio do mato, sob a luz de um lampião para que fosse possível ler e discutir *O Berro*.³⁹¹

Já falamos um pouco sobre o jornal, mas vale a pena reiterarmos que, em todos os números a que tive acesso, sempre havia alguma menção às questões referentes ao campo. Há a capa que traz o desenho de um trabalhador rural sendo acorrentado³⁹²; e a constante presença da idéia do latifundiário como um inimigo do povo, ao lado da ditadura e do imperialismo norte-americano (ver Anexos – Imagem 2). Além disso, o conteúdo do jornal trazia afirmações como:

“[A ditadura] tornou a vida dos camponeses e assalariados agrícolas impossível e a exploração feita por fazendeiros e usineiros impossível de agüentar”³⁹³.

“Ao latifundiário, ao grande proprietário de terra, não importa que os camponeses vivam na miséria, mas sim que eles produzam com o seu suor mais riquezas para eles”.³⁹⁴

Depois de afirmações como as postas acima, havia a imediata referência à necessidade de lutar, com frases como “*Os explorados de todo o mundo devem unir-se, pois a luta é uma só*”. Neste caso, há uma clara releitura da famosa frase de Marx que chama os proletários de todo o mundo para unirem-se. No jornal, contudo, sem se dirigir a uma classe específica, todos os explorados, inclusive os trabalhadores rurais, deveriam se encaminhar para a luta.

Era então a partir da leitura e discussão do conteúdo do jornal que a defesa da luta armada aparecia. No depoimento que prestou à polícia, Agostinho Batista descreve o conteúdo das discussões do grupo usando expressões muito parecidas ao que era trabalhado no jornal *O Berro*. Segundo ele:

“(...) Vanderley [Caixe] e Luiz Gonzaga, quando presidiam as reuniões, além de comentar da necessidade da derrubada do governo, diziam ainda da expulsão dos americanos e mais, que deveriam lutar contra os usineiros e latifundiários, a fim

³⁹⁰ Entrevista de Áurea Moretti Pires para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 15 de junho de 2002.

³⁹¹ Entrevista de Hélio Geraldo de Freitas para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 20 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

³⁹² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513.

³⁹³ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 459.

³⁹⁴ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 460.

de que o povo se libertasse e tomasse conta de tudo, e assim melhorariam de vida”.³⁹⁵

Em entrevista feita em 2005 com Hélio Freitas, ele comentou que:

“(…) pelos documentos que eles me passavam e que eu lia, o meu pensamento e o meu ponto de vista coincidiam, casaram os pensamentos com aquilo que os documentos traziam. (...) eu achava que o jornal *O Berro* era sensacional”.³⁹⁶

Além das reuniões para leitura do jornal *O Berro*, as outras atividades que aconteceram na área rural se basearam, principalmente, na escolha/reconhecimento de locais que pudessem ser apropriados para a instalação de aparelhos rurais, além disso, havia treinamentos de tiro e a permanência de alguns dos militantes nos aparelhos rurais para um processo de adaptação às condições destes locais.

Os dois principais acampamentos rurais da FALN foram localizados, o primeiro, em uma mata próxima a Guatapará e, o segundo, perto da cidade de Sertãozinho. Além disso, a chácara de Néelson Agenor Tonetto, chamada Boa Vista, localizada próxima ao campus da USP – Ribeirão Preto, foi usada para a realização de treinamentos de tiro.

Valendo-nos mais uma vez dos depoimentos prestado pelos trabalhadores rurais, podemos afirmar que Geraldo Nascimento³⁹⁷ foi o responsável por procurar um local adequado para a implantação do aparelho rural de Guatapará, local onde ficou por cinco dias junto com Mário Bugliani; depois disso, Agostinho Muniz Batista³⁹⁸ permaneceu um mês na mata do distrito de Guatapará com Bugliani; por fim, temos que João Estevão³⁹⁹ treinou tiros no Horto Florestal. Mas havia dificuldades para a realização destas tarefas, o Diário de Djalma, que retrata um pouco sobre o dia-a-dia nestes acampamentos, nos mostra isso:

“(…) por pouco não fui preso em flagrante (...) roubamos a rede da casa do Zé Maria”. (02/10/1969)

“(…) já estou no aparelho e já demos os tiros e corremos”. (04/10/1969)

“(…) saímos daqui 7 horas para o contato. Andamos até falar chega e no fim não teve contato. Voltamos e chegamos 11 horas.” (07/10/1069)

“(…) estamos fazendo um buraco para enterrar um burguês capitalista que vamos raptar”. (08/10/1969)

“Fomos buscar água e começou a chover. Ficamos três horas para acender o fogo, por fim saiu um arroz. Sete horas da noite, acabamos de jantar o arroz”. (06/10/1969).⁴⁰⁰

³⁹⁵ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Agostinho Muniz Batista, p. 131.

³⁹⁶ Entrevista de Hélio Geraldo de Freitas para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 20 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

³⁹⁷ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Geraldo Nascimento, p. 119.

³⁹⁸ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Agostinho Muniz Batista, p. 131.

³⁹⁹ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de João Estevão Martins, p. 247.

⁴⁰⁰ Coleção BNM, Anexos nº. 4443.

Geraldo Nascimento, Mário Bugliani, Agostinho Batista e João Estevão, de uma maneira ou de outra, já eram mais adaptados às condições oferecidas nos acampamentos rurais; Djalma Quirino, contudo, era estudante e funcionário da prefeitura de São Joaquim da Barra, sem qualquer tipo de preparo para funções como estas e ainda assim foi deslocado para realizar atividades fora das cidades.

Uma das explicações pode ser o fato de que tal tarefa serviria como treinamento, porém, não parece equivocado pensarmos que, como o grupo era pequeno, exigia-se um desdobramento maior por parte de seus integrantes. Por isso, algumas pessoas da cidade se deslocavam para o campo e, por outro lado, os trabalhadores rurais também participavam de atividades ocorridas na cidade como pichações em muros ou a distribuição e detonação de bombas.

Em Sertãozinho, Hélio de Freitas⁴⁰¹, Agostinho Batista⁴⁰² e Francisco Ponce⁴⁰³ foram os responsáveis pelas bombas que explodiram no Cine Para Todos e na praça central de Sertãozinho. Enquanto isso, João Estevão⁴⁰⁴ e Maginho Agostinho⁴⁰⁵ deveriam ter feito o mesmo no cinema da cidade de Pitangueiras, mas a tarefa não foi concluída. Além disso, Néelson Agenor Toneto participou da ação de expropriação da pedreira municipal; por outro lado, os militantes que moravam nas cidades treinavam tiros e/ou permaneciam nestes locais com o objetivo de adaptarem-se às condições que o meio oferecia.

Vimos que queda da organização começou quando Mário Bugliani, Djalma Quirino de Carvalho e César Marcelino da Silva foram descobertos acampados na mata, no dia 18 de outubro de 1969.

Como Bugliani já era conhecido pela polícia devido ao seu envolvimento com greves e sindicatos, assim que ele foi preso, alguns trabalhadores rurais foram chamados para depor. As quatro primeiras pessoas convocadas para dar declarações, por exemplo, foram antigos companheiros seus do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal, como Paládio de Oliveira Silva, Orlando Zanon, João Osório Moreira e Manoel Rodrigues Gomes⁴⁰⁶.

⁴⁰¹ Entrevista de Hélio Geraldo de Freitas para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 20 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A. Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Hélio Geraldo de Freitas, p. 107.

⁴⁰² Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Agostinho Muniz Batista, p. 131.

⁴⁰³ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Francisco Marques Ponce, p. 811.

⁴⁰⁴ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de João Estevão Martins, p.247.

⁴⁰⁵ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Maginho Agostinho Pinto, p. 252.

⁴⁰⁶ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Manoel Rodrigues Gomes, p. 5. Depoimento de Paládio de Oliveira Silva, p. 12. Depoimento de João Osório Moreira, p. 13 e Depoimento de Orlando Zanon, p. 14. Ata de abertura do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Pontal, 20 de janeiro de 1966. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal.

Isso ocorreu antes que Vanderley Caixe e Áurea Moretti fossem convocados, o que pode nos levar a pensar que a polícia, em um primeiro momento, julgou que Bugliani estava envolvido em um movimento proveniente de seus contatos dentro do Sindicato. Em pouco tempo, porém, o quadro foi sendo desenhado e a polícia foi tendo acesso a todo esquema da organização.

Hélio Geraldo disse que ficou sabendo da prisão de Bugliani, no caminhão de turma, a caminho da Usina São Martinho. Chegando lá, o fiscal que tomava conta do serviço, Antônio Mussi, e que sabia da participação de Hélio na FALN, aconselhou-o a fugir, mas Hélio não conseguiu, a polícia foi até a Usina e lá o prendeu junto com Aristóteles Fagundes⁴⁰⁷. Néelson Tonetto e Geraldo Nascimento foram presos em suas casas.

No dia 1º de julho de 1971, a Justiça Militar Federal proferiu sua sentença. Com exceção de Mário Bugliani e Néelson Agenor Toneto, todos os demais trabalhadores rurais foram absolvidos, embora já tivessem passado por sessões de tortura e permanecido no Presídio Tiradentes por mais de um ano e meio. De subversivos, todos eles foram considerados *humildes lavradores*, na sentença que os absolveu.⁴⁰⁸

Néelson Agenor Toneto foi condenado por sua *“inegável participação nos fatos criminosos, com atuação concreta e ativa”*. Pegou três anos de reclusão, com base no artigo 42 de decreto-lei 898 de 30 de setembro de 1969.

Mário Bugliani foi considerado o *“segundo de maior periculosidade social no grupo criminoso [o primeiro seria Vanderley Caixe]”* e foi condenado, também, por não ter revelado *“o menor sinal de reflexão, de arrependimento”*⁴⁰⁹. Sua pena foi de 8 anos de reclusão, com base no art. 25 de dec. 898/69, mas Mário cumpriu 4 anos.

O trabalho junto aos trabalhadores rurais, contudo, não acabou após a prisão do grupo. Quando Vanderley Caixe foi solto, em maio de 1974, Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba o convidou para participar de um projeto que lutava pelos direitos humanos de trabalhadores rurais em João Pessoa. Vanderley aceitou o convite e durante 20 anos permaneceu na Paraíba advogando para este segmento social. Enquanto Áurea Moretti, ainda hoje, desenvolve um trabalho com plantas medicinais junto aos sem terras.

⁴⁰⁷ Entrevista de Hélio Geraldo de Freitas para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 20 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

⁴⁰⁸ Coleção BNM. Processo 65, Sentença.

⁴⁰⁹ Idem, *Ibidem*.

Para concluir, quero apenas reiterar que, se a FALN conseguiu adesão de lavradores foi porque ela se voltou para um trabalho neste sentido e este trabalho ajudou a fazer com que as idéias de protesto contra um regime instaurado ilegalmente pudessem chegar às mãos de vários trabalhadores rurais. Vimos que Amaro Antônio Cavalcanti, por exemplo, embora não tenha sido processado, tinha em seu poder um exemplar do jornal *O Berro* e com certeza, vários outros trabalhadores rurais também tiveram acesso ao jornal. Ainda assim, as atuações anteriores de Irineu de Moraes e Mário Bugliani trouxeram uma base de sustentação importante para o grupo.

Por fim, vale dizer que quando Vanderley Caixe afirma que o caminho para a luta armada seria o campo, ele mostra que havia uma proposta do grupo em trabalhar neste sentido, mas isto não significava, até o momento em que o grupo foi descoberto, que existisse um trabalho de organização de guerrilha rural, a não ser tentativas ou o começo de um trabalho. Até aquele momento, as ações do grupo fora ou dentro das cidades e a atuação de seus militantes, fossem eles trabalhadores urbanos ou não, se complementavam, se misturavam, daí a dificuldade em definir a FALN como um grupo de guerrilha rural ou urbana.

3.2 – A relação com a Igreja Católica local

I - Antecedentes históricos

Em 1952, com a criação da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), algumas modificações foram feitas dentro da Igreja, como, por exemplo, a fundação do progressismo católico brasileiro. Entre os anos de 1952 e 1964, a CNBB foi comandada por Dom Hélder Câmara e outros bispos do Nordeste, o que lhe garantiu um caráter progressista.

Foi o mesmo Dom Hélder Câmara que ajudou a fundar o Conselho Episcopal Latino Americano (Celam), na primeira metade da década de 1950, cujo objetivo era renovar toda a Igreja latino-americana. Estas mudanças foram legitimadas com o Concílio Vaticano II (1962-1965), reunido em Roma, que reformulou, internacionalmente, as doutrinas e estruturas da instituição. Segundo Serbin:

“O Vaticano II foi, sem dúvida, a mais ampla reforma da história da Igreja. (...) A ênfase do Concílio na justiça social e nos direitos humanos impeliu os teólogos, o

clero e as freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com a maioria empobrecida”.⁴¹⁰

Foi na conjuntura do Vaticano II que o Brasil sofreu o golpe militar, e os membros da igreja católica foram se dividindo entre os que tinham posições mais conservadoras e os que eram contrários ao golpe civil-militar, como as lideranças da CNBB e alguns padres considerados radicais e militantes da Ação Católica Brasileira (ACB), vista como a esquerda católica do país.

Mesmo polarizada a Igreja reuniu-se, através de 33 bispos, no final de maio de 1964, para a elaboração de uma “*Declaração sobre a Revolução*”. O documento nunca foi publicado, mas, segundo Serbin, demonstrava a tradicional “3ª via” católica, entre o comunismo e o capitalismo.⁴¹¹ Já para o padre e jornalista Charles Antoine o documento era mostra de “(...) *uma extraordinária agilidade [por parte da Igreja] na arte do compromisso, mesmo sobre o risco de abrir caminho à injustiça*”.⁴¹²

Foi também no ano de 1964 que Dom Agnelo Rossi e Dom Vicente assumiram a CNBB, o que a fez tender ao conservadorismo. Segundo Serbin, Dom Agnelo achava “inoportuno” tecer críticas à tortura, dando, certa vez, ordens para que o padre Amaury Castanho, editor do jornal arquidiocesano *O São Paulo*, não publicasse um editorial que condenava tal prática.⁴¹³

Em 1968, foi realizada a II Assembléia Geral do Celam, em Medellín, Colômbia, sendo de grande importância para a Igreja latino-americana porque, além de condenar a violência no continente, lançou a teologia da libertação assim como os ideais da Igreja progressista.

Desta forma, a Igreja brasileira caminhou durante a década de 1960 entre tendências ora mais progressivas ora mais conservadoras. Ela não se posicionou como conivente ou contrária a Ditadura no Brasil, isso ocorria apenas a partir da iniciativa individual de seus membros. Divididos entre reacionários, conservadores moderados, progressistas e radicais, o episcopado tinha, contudo, a maioria de seus nomes entre os moderados e os progressistas.

⁴¹⁰ SERBIN, Kenneth. *Diálogos nas Sombras – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 99.

⁴¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 104.

⁴¹² Idem, *Ibidem*.

⁴¹³ Idem, *Ibidem*, p. 105.

II - A Igreja Católica de Ribeirão Preto na década de 1960

O primeiro arcebispo de Ribeirão Preto foi Dom Luiz do Amaral Mousinho, que assumiu a arquidiocese em 1958. Podemos dizer que Dom Luis pertencia à ala da igreja cujos interesses se voltavam para as questões sociais. Junto com padre Celso Ibson de Sylos⁴¹⁴, Dom Luís desenvolveria um trabalho neste sentido.

Vimos que no começo da década de 1960, padre Celso Ibson de Sylos, amparado por Dom Luís Mousinho, foi um dos principais membros da Frente Agrária de Ribeirão Preto, que surgiu como tentativa de ajudar na organização dos trabalhadores rurais. Além disso, padre Celso era o diretor e o responsável pelos editoriais do jornal católico local *Diário de Notícias*. Nele, assim como na Frente Agrária, Padre Celso tinha postura crítica diante da situação de exploração. Em um dos números, por exemplo, escrevia:

“Os cristãos autênticos estão ao lado da Reforma Agrária. Lutam por ela na certeza de que estão solicitando uma medida importante dentro da conjuntura social, capaz de modificar este quadro negro de miséria que reina na zona rural com conseqüências nas zonas urbanas e no próprio país (...) Não é possível admitir por mais tempo, que continue este regime de exploração do homem da lavoura e do abandono de sua família”.⁴¹⁵

Com a morte de Dom Luís do Amaral Mousinho, chega a Ribeirão Preto, em fevereiro de 1962, Dom Agnelo Rossi, o mesmo que assumirá a CNBB no final de 1964. Dom Agnelo, mais conservador, tem uma postura diferente de Dom Luís; as modificações que ele opera no jornal *Diário de Notícias* nos permitem perceber um pouco estas diferenças de postura.

Em 21 de fevereiro de 1964, por exemplo, o *Diário de Notícias* deixou de circular e, sem maiores explicações reabriu em 4 de março do mesmo ano. O último editorial escrito por padre Celso Ibson foi publicado em 1º de abril de 1964, mesmo dia em que foi decretada sua prisão, por ser ele, equivocadamente, considerado um ativista do partido comunista⁴¹⁶. Foragido por quase um mês, padre Celso Ibson de Sylos se entregou à polícia em 30 de abril. Foi solto em 3 de junho de 1964, sem que nenhuma menção fosse feita no *Diário de Notícias*.

⁴¹⁴ Celso Ibson de Sylos nasceu em São José do Rio Pardo, se formou para padre em 1954 e em 1956 foi trabalhar no jornal católico de Ribeirão Preto, *Diário de Notícias*. Em poucos anos assumiu a direção do jornal. Em 1960 viajou para Roma com o objetivo de fazer um curso de Comunicação Social e Jornalismo, cujo principal objetivo seria se preparar para colaborar com a criação de sindicatos rurais em Ribeirão Preto e região. Retorna para o Brasil em 1962, quando tem início seu trabalho. Entrevista de Celso Ibson de Sylos para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. São Paulo, 19 de janeiro de 1989. Fitas 154-157. Arquivo Edgar Leuenroth.

⁴¹⁵ PINHEIRO & TOMICIOLI. *Op. cit.*, p. 31/32.

⁴¹⁶ Dossiê 50-Z. Pasta 298. Documento 1371. Acervo Deops. Arquivo do Estado de São Paulo.

Após abril de 1964, Dom Agnelo Rossi assumiu a direção do *Diário de Notícias*. Segundo Ana Pinheiro e Anna Tomicioli, o jornal: “... de luta por melhores condições de vida e trabalho, transformou-se em luta a favor da revolução para salvar o país”.⁴¹⁷

Neste momento, o cônego Angélico Sândalo Bernardino assumiu a coluna política *Nosso Comentário*. Seus textos, embora mais cautelosos que os de padre Celso, também denunciavam as arbitrariedades da Ditadura. Os dois trechos a seguir fazem referências, muito provavelmente, à prisão de padre Celso Ibson:

“Ninguém poder ser arbitrariamente preso, detido ou exilado”.

“A questão reside justamente no seguinte: os inocentes, possivelmente, confundidos com culpados por suas atividades de vanguarda, devem, passada a confusão, ser restituídos à liberdade a que têm direito; os culpados sejam punidos, mas dentro da dignidade devida à pessoa humana (...) Não fiquem muitos com a falsa idéia de que, por exemplo, homens profundamente vivenciados pela Doutrina Social Cristã, porque detidos, sejam comunistas”.⁴¹⁸

Através da coluna do cônego Angélico Bernardino, o jornal *Diário de Notícias* vai reiniciando a luta pelos direitos humanos, mesmo com Dom Agnelo Rossi na direção. Em suas colunas o cônego defende:

“O homem tem direito à liberdade de pensar como bem queira”.⁴¹⁹

“O cristão vivo é revolucionário. Não faz guerra, mas luta com espírito de guerra”.⁴²⁰

No início de 1965, Ribeirão Preto recebe um novo arcebispo, Dom Felício César da Cunha Vasconcellos, já que Dom Agnelo Rossi foi nomeado arcebispo de São Paulo. Dom Felício Vasconcelos deu início a uma nova etapa na luta contra o regime ditatorial em Ribeirão Preto. Entre as primeiras mudanças que realizou, podemos citar a nomeação de Cônego Angélico Bernardino como diretor do *Diário de Notícias*. As colunas do cônego Angélico e dos demais redatores passaram a contestar o regime político:

“NÃO querem os boas-vidas, que se apóiam nas regalias do regime atual (regalia exclusivamente deles) que o povo grite que está com fome, com receio de uma reviravolta que os obriguem a descerem (sic) de seu dourado poleiro, alegando que Cristo era um exemplo de mansidão. Ora a mansidão de Cristo também tinha limite: ‘Não cuideis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer paz, mas espada’ (Mat. 10, 34).”⁴²¹

“A classe dirigente tem nas mãos o governo, o Exército, a Justiça e a Polícia para arrochar o povo. Este poder é uma ditadura. O povo oprimido tem o direito de fazer uma revolução. Nós, família humana, unidos nos libertaremos dessa situação.

⁴¹⁷ PINHEIRO & TOMICOLI. *Op. cit.*, p. 34.

⁴¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 34.

⁴¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 37.

⁴²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 37.

⁴²¹ Idem, *Ibidem*, p. 49.

Nós, um povo escravizado, unidos no pensamento e na ação, destruiremos todas estas forças.”⁴²²

“Não há democracia legítima onde o direito à Oposição não é garantido”.⁴²³

“... protestamos não contra a ação da polícia, no cumprimento do seu dever funcional de defesa da tranqüilidade pública, mas contra as violências e torturas que constituíram em parte, o modo desta ação. Não protestamos contra a finalidade da ação, mas contra seu método”.⁴²⁴

Dom Felício, além de possibilitar que o jornal *Diário de Notícias* tivesse de volta uma posição crítica em relação aos acontecimentos que a Ditadura dava respaldo, também contribuiu com a luta dos estudantes. Primeiro, abriu as portas do Palácio Episcopal para que estudantes, fugidos dos soldados após a realização de uma passeata, pudessem lá se abrigar. Depois, aos 62 anos, tentando acabar com outro confronto entre estudantes e policiais, segurou as rédeas de um cavalo, impedindo que o soldado avançasse contra os manifestantes. Mas a excomunhão a dois delegados de Ribeirão Preto, Dr. Renato Ribeiro Soares e Dr. Miguel Lamano, acusados de praticar torturas, seria sua atitude mais corajosa, como veremos.

III - A igreja é envolvida pela FALN

A relação da igreja católica local com a FALN se daria por duas frentes: através de alguns padres que contribuíam financeiramente com o jornal *O Berro* e através de madre Maurina e o Lar Santana, orfanato onde era diretora.

O caráter mais polêmico de alguns membros do clero da cidade pode ter contribuído, provavelmente, para que os integrantes da FALN se encorajassem e oferecessem o jornal *O Berro* a eles, pedindo em troca alguma colaboração financeira.

Cabia a Áurea Moretti e Mário Lorenzato este trabalho de divulgação do jornal entre padres das paróquias de Ribeirão Preto, São Simão, Cravinhos, Nuporanga, entre outras cidades da região. Quando Áurea foi presa, os policiais localizaram uma lista elaborada por ela, contendo o nome destes padres e algumas observações sobre como haviam reagido diante do que lhes era exposto. A lista havia sido elaborada nos seguintes termos:

“(…) **PA** (Padre ANGÉLICO) aceita a luta armada, com restrição, quase na “marra”, firme com a gente, deu NCR\$ 5,00. **EN** (Padre ENZO) melhorzinho que o padre Angélico, mas aceita luta armada forçado, deu NCR\$ 5,00, coloquei arrumar remédios para nós, caiu fora. **RIP** (Padre RÍPOLI) contribuiu mais na base da amizade, aceita relativamente a política, deu NCR\$ 10,00. **PLI** (Padre PLÍNIO) de São Simão, com problema com a polícia de São Simão devido a um sermão que fez

⁴²² Idem, *Ibidem*, p. 49/50.

⁴²³ Idem, *Ibidem*, p. 50.

⁴²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 50.

discutindo o socialismo e aceitando, firma com a gente, deu NCR\$ 30,00. **JOA** (Padre JOAQUIM) de Nuporanga, cortado, com medo, vacilante, mais tarde voltaremos. **CRAVI** (Padre LUIZ), de Cravinhos, furou, padre com medo, não quer mais contribuir, Mário Lorenzato deu uma lição nele.”⁴²⁵

De acordo com padre João Ripolli:

“Eu não tive envolvimento com o grupo, eu é que fui envolvido naquele momento porque eu assinava um jornalzinho *O Berro*. Alguns conhecidos como a Áurea Moretti e principalmente o Mário Lorenzato, nos ofereciam e a gente colaborava com o jornal e foi por aí que eles, o pessoal do grupo, nos procuravam (sic)”.⁴²⁶

Vários padres, colaboradores do jornal ou não, foram chamados a depor e ficaram sujeitos à violência e a humilhações, como ressaltará Dom Felício mais tarde. No total, 14 padres foram arrolados como *Testemunhas* ou *Indiciados* no processo.⁴²⁷

A este fato somava-se a prisão de madre Maurina. O que a ligava ao grupo era o fato de ter cedido um espaço do orfanato em que era diretora, o Lar Santana, para que Mário Lorenzato fizesse as reuniões e encontros entre jovens católicos promovidos pelo MEJ. A pedido de Mário Lorenzato, uma das salas do Lar Santana foi cedida para que o trabalho burocrático do MEJ pudesse ser realizado. Clandestinamente, contudo, era nesta sala que Mário Lorenzato mimeografava o jornal *O Berro* e guardava vários documentos da organização.

Quando ficou sabendo, pelos jornais, que Lorenzato estava sendo procurado pela polícia, madre Maurina arrombou a porta da sala usada por Mário e queimou todos os papéis que se encontravam lá. A partir das investigações policiais e das sessões de interrogatórios sob tortura, a polícia conseguiu chegar até o Lar Santana.

No dia 30 de outubro de 1969, madre Maurina foi presa e torturada, com rumores, ainda hoje não esclarecidos de uma possível violência sexual por parte do capitão Cirilo, do Exército de Pirassununga - SP. O Lar Santana foi classificado no Processo 65 como o “*sistema nervoso*” da organização e madre Maurina como “*elemento da cúpula terrorista*”.⁴²⁸

As referências feitas para madre Maurina ao longo do processo, sempre a colocam como alguém que tinha conhecimento sobre tudo o que acontecia no Lar Santana. Em seu

⁴²⁵ Coleção BNM, Processo 65. Depoimento de Áurea Moretti, p. 328. As palavras destacadas mostram a forma como Áurea havia escrito o nome dos colaboradores, estas iniciais foram decifradas durante o interrogatório.

⁴²⁶ BOTOSSO, M. *Op. cit.*, 2001, p. 56.

⁴²⁷ Foram convocados pelos órgãos policiais e arrolados como *Indiciados* os padres: Angélico Sândalo Bernardino; Enzo Campos Gusso, João Ripoli, Joaquim Correa Leandro, Luiz Eugênio Peres e Plínio Toldo. Entre as *Testemunhas* temos: Aguiar Luiz de Paula Marquês, Antônio Geraldo Bassi, Aryclenes Rodrigues Barbo, Cláudio Fávero, Emílio Pignoli, Fernando Godat, Genaro Zito e Gisberto Antônio Pugliesi. Nenhum deles foi processado. Coleção BNM. Processo 65.

⁴²⁸ Coleção BNM, Processo 65, p. 916.

depoimento, há frases do tipo: “(...) *tinha conhecimento que Vanderley Caixe e Mário Lorenzato faziam parte de um grupo armado*”⁴²⁹, ou ainda “(...) *tinha conhecimento de que todo material levado ao porão por Mário Lorenzato pertencia ao grupo de Vanderley Caixe em ligação com o próprio Mário*”.⁴³⁰ Nas entrevistas com os membros do grupo, contudo, todos falam que madre Maurina não sabia sobre a atuação da FALN⁴³¹.

Após a prisão da madre, o arcebispo de Ribeirão Preto, Dom Felício da Cunha, apoiado por 42 sacerdotes da arquidiocese, excomungou os dois delegados de Polícia da cidade, Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano. Esta foi a única penalidade canônica noticiada pela imprensa no período ditatorial⁴³². Segundo afirmou Dom Paulo Evaristo Arns, foi através do caso de Ribeirão Preto que ele começou sua luta pela justiça social.⁴³³

Na época disse dom Felício Vasconcelos:

”Olha, eu não tenho armas para combater isto. Mas as armas que eu tenho eu vou usar. São obsoletas? São arcaicas? Podem até não surtir efeito, mas vou usar. Porque estas pessoas que estão fazendo isto se dizem cristãs. Então eu vou expulsá-las da Igreja com a excomunhão”.⁴³⁴

Em 12 de novembro de 1969, o Documento foi lido nas missas em Ribeirão Preto (estando presente em uma delas o próprio Renato Ribeiro Soares) e publicado em dois jornais cariocas: *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, e em dois jornais ribeirão-pretanos: *O Diário* e *A Cidade*. Segue trechos do Manifesto:

“(...) Diante das recentes ocorrências verificadas na região desta arquidiocese de Ribeirão Preto, leva ao conhecimento da CNBB e da Comissão Episcopal Sul-1, e de todo o público em geral, as seguintes informações:

a) No dia 25 de outubro, a “Operação Integrada” (...) mandou publicar uma nota sobre atividades terroristas na Região, anunciando ter desbaratado um grupo terrorista que vinha agindo na região desde 1967.

b) Aos poucos, depois disto, fomos tomando conhecimento de várias prisões e de uma onda de detenções, para declarações e inquéritos. Na área da Igreja foram atingidos leigos, religiosos, religiosas e sacerdotes. Nenhum contato ou comunicação oficial foi feita pelo Delegado Seccional e seus Delegados Adidos com a Autoridade Arquidiocesana. As tentativas de diálogo com aquelas Autoridades por parte da Arquidiocese foram repelidas com ironia e ameaças de novas prisões.

⁴²⁹ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Maurina Borges da Silveira, p. 274.

⁴³⁰ Idem. *Ibidem*.

⁴³¹ Sílvio Rego Rangel, por exemplo, afirma que: “(...) aquela história da freira foi uma loucura. (...) Sabe aquela freira, com aquela cara de freira, com aquele sentido de freira, todinho, visivelmente conservadora e visivelmente vítima? (...) Foi terrível”. Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 1 – Lado B. Vicente Alessi diz que “Os delegados de Ribeirão, sabendo da exata dimensão da participação dela, porque a conheciam, armaram uma participação por ela ter queimado os papéis”. Entrevista de Vicente Alessi Filho para Matilde Leone. São Paulo, meados da década de 1980.

⁴³² GORENDER, J. *Op. cit.*, p. 220.

⁴³³ *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais, 07 de junho de 1998.

⁴³⁴ PINHEIRO A. & TOMICIOLI A. *Op. cit.*, p.112 .

c) Há dezenove dias encontra-se presa na cadeia feminina de Cravinhos a Irmã Maurina Borges da Silveira, superiora do Lar Santana. Não nos foi possível obter informações sérias e adequadas, da parte das Autoridades responsáveis, sobre a situação daquela religiosa, posta em regime de incomunicabilidade e sendo totalmente obstaculadas as tentativas de sua Provincial, para informações. Há suspeitas bastante sérias de que a referida Irmã tenha sido submetida a provocações e à tortura de choques elétricos.

d) Com relação a outras pessoas da Arquidiocese, esta suspeita se torna plena certeza, dados os depoimentos oficiais que foram colhidos por ordem da Autoridade Arquidiocesana.

e) Ultimamente foram intimados a se apresentarem na Delegacia Seccional de Polícia, para prestar declarações, os sacerdotes: Gisberto Antônio Pugliesi, Joaquim Corrêa Leandro, Enzo Gusso, Aguiar Luís de Paula Marques, Antônio Geraldo Bassi, Fernando Godat, Emílio Pognoli, Cláudio Fávero. E foram obrigados, com violência, acompanhamento de investigadores armados, os seguintes sacerdotes: Luís Eugênio Perez, Plínio Toldo, João Ripoli, Aryclenes Rodrigues Barbosa, Angélico Sândalo Bernardino. Depois de depoimentos cheios de ironia e chacotas por parte de Autoridades, foram obrigados a assinar declarações que nem puderam ser completadas ou retificadas segundo a verdade, com agravante de que testemunhas foram chamadas a assinar, sem terem acompanhado o interrogatório.

DIANTE DESTES FATOS:

1- Apelamos para as competentes autoridades superiores Federais e Estaduais, a fim de que verifiquem, mesmo dentro do regime de exceção em que nos encontramos, as arbitrariedades que estão sendo perpetradas na Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, assegurando, dentro da lei, com justiça e equidade, o cumprimento do capítulo IV, do Título II da Constituição do Brasil, emendada em 1969, principalmente nos parágrafos 12, 14 e 15.

(...)

3 – Declaramos que os membros do clero (arcebispos e sacerdotes) e as organizações católicas da arquidiocese não têm nenhum compromisso com posições extremistas e subversivas de direita ou de esquerda. Estamos comprometidos com os direitos fundamentais da pessoa humana, com a Evangelização, com a Catequese, com a Liturgia, com a Educação e a formação das consciências, com a promoção humana em todo sentido cristão, com os princípios e métodos do movimento ecumênico, com a construção da verdadeira paz e prosperidade do povo de Deus que vive em nossa região.

Quem nos dera estarmos ainda mais comprometidos com os direitos fundamentais da pessoa humana, com os princípios do Concílio Ecumênico Vaticano II, com a Doutrina Social Cristã, com os Documentos de Medellín, com os documentos Pontifícios, particularmente a Encíclica *Populorum Progressio*, com os propósitos de verdadeiras reformas sociais enunciadas pelo Sr. Presidente da República.

(...)

Depois de paciente reflexão e meditação, cumprimos também o nosso grave dever pastoral de lembrar que os mandantes de tais arbitrariedades já estão excomungados; excomunhão reservada ao Bispo, de acordo com a Legislação da Igreja, Código de Direitos Canônicos, cânon 2343, § 4. Diante de fatos evidentes, declaramos estarem inclusos no referido cânon o Dr. Renato Ribeiro Soares, Delegado Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, e o Dr. Miguel Lamano, Delegado Adido de Ribeirão Preto.

(...)

Dom Frei Felício César da Cunha Vasconcelos, Arcebispo Metropolitano.
Dom Bernardo José Bueno Miele, Arcebispo Coadj. e vigário Episcopal
Seguem as assinaturas de 69 padres e irmãos”.⁴³⁵

Após a publicação do manifesto, Dom Felício, acompanhado por Dom Agnelo Rossi, foi até Brasília denunciar a violência, as ameaças, o transporte clandestino de presos antes do

⁴³⁵ Acervo particular Áurea Moretti Pires.

decreto oficial da prisão, assim como os boatos de sumiço e morte de alguns estudantes, membros da FALN.

As atitudes de Dom Felício ganharam repercussão internacional e causaram reações quase que imediatas. Nos dias que se seguiram ao dia 12 de novembro de 1969, publicou-se no jornal local *O Diário* que membros da “Operação Integrada” estavam de acordo com a declaração de Dom Hélder Câmara de que “(...) a excomunhão dos dois delegados era uma palhaçada do clero de Ribeirão Preto”⁴³⁶. Após o comentário, Dom Felício, através do mesmo jornal local, disse não acreditar no pronunciamento porque conhecia D. Hélder pessoalmente e sabia que este não ignorava o Código do Direito Canônico. Mais tarde Dom Felício mostrou o telegrama que Dom Hélder lhe enviara: “*Dom Felício Vasconcelos – Ribeirão Preto – Comentários a mim atribuídos são absolutamente falsos. Dom Hélder*”.⁴³⁷

Outra reportagem intitulada: “*Delegados solidários com colegas excomungados*” divulgou uma moção de solidariedade dos delegados do DOPS a Miguel Lamano e a Renato Ribeiro Soares. Segue o texto:

“Os delegados de polícia, em exercício no DOPS, que este subscrevem, todos católicos, apostólicos, romanos, na qualidade de co-responsáveis pela manutenção da ordem política e social no Estado de São Paulo, vêm, de público, externar integral solidariedade aos bacharéis Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano, os quais foram arbitrariamente e despoticamente excomungados pelo arcebispo de Ribeirão Preto, por terem, no estrito e escorreito cumprimento dos deveres funcional e legal, conseguido desbaratar um ponderável grupo de terroristas, pertencentes à Frente Armada de Libertação Nacional (sic), que intranquilizava os laboriosos munícipes da fecunda e próspera região da Alta Mogiana, figurando entre eles a madre superiora do Lar Santana.

(...) como mirificamente realçou Dom Vicente Scherer, cardeal-arcebispo metropolitano de Porto Alegre, que sabiamente disse: ‘quem participa de um esquema comum com terroristas, que assassinam inocentes a sangue frio, assaltam e roubam, torna-se conivente com tais crimes e participa de sua responsabilidade’.

(...)

Continuaremos a respeitar os dogmas e os princípios da religião católica que são perenes e, graças a Deus, eternos, mesmo contra a vontade de um grupelho de ignóbeis clérigos desprovidos de dignidade, mas a todos alertamos que, com ou sem excomunhão persistiremos, também, com redobrado entusiasmo e civismo, na luta intransigente contra os semeadores da iniquidade, os pregoeiros da discórdia, os aliciadores de mazorqueiros, os apologistas do castro-comunismo, os cultores do ódio, os propugnadores da violência, os implantadores do terror, venham de onde vierem.

Ninguém nos desviará da defesa dos postulados realmente cristãos e democráticos, alicerçados nos fundamentos da liberdade, do direito, da justiça e da indestrutível unidade nacional, sob a égide e proteção de Deus que amamos, reverenciamos, honramos, respeitamos e dignificamos.

São Paulo, 18 de novembro de 1969.

Assinam: Ivahir Freitas Garcia, Alcides Cintra Bueno Filho, Celso Teles, Newton Fernandes, Sívio de Moraes Bartoletti, Francisco Guimarães Nascimento,

⁴³⁶ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 93.

⁴³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 93.

Edsel Magnotti, Orlando Rosante, Firmiano Pacheco Neto, Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Roberto Guimarães, Alceu Forte, Valter Fernandes, Fábio Lessa Souza Camargo, Raul Ferreira, Rubens Cardoso de Mello Tucunduva, Edson Venício Charmilot, Robert Quass, Gil Antônio Ferreira, Laudo Ubirajara, Aparecido Guilla Simoni, Renato D'Andrea, Edward Quass, Antônio Fazolli, Francisco Franco do Amaral, Celso Santos Coura, Cervantes Vidal, Romeu Tuma e Luís Orsati".⁴³⁸

Diante dos fatos, Dom Felício se posiciona mais uma vez, dizendo estar coerente com a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, já que defendia os direitos do homem. Em outro documento assinado por bispos e padres, o arcebispo declara:

"(...) A afirmação fundamental do manifesto situa-se na defesa dos direitos básicos da Pessoa Humana, quer se trate de não-cristão ou cristão, quer se trate de leigo, religioso ou clérigo.

(...)

Para quem leu ou ouviu, com o mínimo de atenção e inteligência, o texto de nossa tomada de posição, deve logo ter-se tornado evidente que nós protestamos, não contra a ação da polícia, no seu cumprimento de dever funcional de defesa da tranquilidade pública, mas contra as violências e torturas que constituíram, em parte, o modo desta ação. Não protestamos contra a finalidade da ação, mas contra seu método. E chamamos, por isso, a atenção dos cristãos e homens de boa vontade sobre a confusão que relatórios, entrevistas, manifestos e artigos vêm lançando a este respeito.

(...)

Mais uma vez assumimos conscientemente a atitude de protestar em Ribeirão Preto pelo que, em Ribeirão Preto aconteceu. Reafirmamos todas as declarações feitas no documento acima aludido, até o momento em que foi redigido.

Ribeirão Preto, 29 de novembro de 1969.

Dom Frei Felício César da Cunha Vasconcelos; Dom Bernardo José Bueno Miele, Dom José Alvarez Mácuca, além de 82 padres e irmãos."⁴³⁹

A divulgação do Manifesto de Excomunhão significou o primeiro confronto explícito entre a Igreja e o Estado no país. Foi através dele também que, como já foi dito, Dom Paulo Evaristo Arns⁴⁴⁰, ex-aluno de Dom Felício Vasconcelos, iniciou sua luta pela justiça social.

Em documento do DOPS, cujo assunto é definido como: *Atuação de elementos subversivos na cidade de Ribeirão Preto*, a análise destes acontecimentos e sua repercussão é analisada da seguinte forma:

"(...) Sobressaiu o nome da religiosa madre Maurina Borges da Silveira, cujo papel foi tão importante que as autoridades tiveram de interrogar com energia, mas nunca com as propaladas sevícias de que resultou o aproveitamento de madre Maurina como estandarte da contestação".⁴⁴¹

⁴³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 87/88.

⁴³⁹ "Esclarecimento", In: *SEDOC*, Vol. II (69-70), Cols. 793 - 796

⁴⁴⁰ No ano de 1985, Dom Paulo Evaristo Arns será um dos organizadores do *Brasil Nunca Mais*, dossiê sobre os envolvidos políticos no período militar.

⁴⁴¹ Dossiê 50 – Z, Pasta 298, Documento 3096. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Para Luiz Gonzaga da Silva, o fato de Dom Felício Vasconcelos ter se posicionado contrário ao que estava acontecendo dentro das delegacias foi uma das maiores conquistas que a FALN, indiretamente, pode realizar. Segundo ele:

“E eu acho que o maior mérito da FALN, aquelas meninas de *O preço da luta* [Ana Paula Pinheiro e Ana Regina Tomicioli], elas não conseguiram focar, eu queria que elas focassem a importância da mãe Maurina naquele contexto, foi a partir daquele momento, a partir de Dom Felício Cunha Vasconcelos, que a igreja toma uma posição, até o Paulo Evaristo Arns, naquele momento, não tinha tomado posição. Valeu o movimento porque a igreja foi obrigada a tomar posição, porque Dom Felício tomou posição, porque senão, também não... Houve problemas do dom Felício com a CNBB na época, então, foi um negócio nacional”.⁴⁴²

A atitude de Dom Felício teve uma importância grande também para Áurea Moretti, Vanderley Caixe e Mário Bugliani. Eles afirmam que graças à excomunhão não foram mortos. A família de Áurea, por exemplo, já havia sido avisada de sua morte, mas após a decisão de Dom Felício a farsa foi desfeita. No dia 19 de novembro de 1969 o *Diário da Manhã* publicava a reportagem “Eis a bela subversiva”. Para a realização da reportagem foram buscar Áurea na delegacia de Cravinhos, para onde ela havia sido transferida, trocaram sua roupa, colocaram-lhe sandálias, maquiaram seu rosto (Áurea estava muito machucada devido às seções de tortura), tudo para que fosse possível provar que não havia tortura com os presos envolvidos com a FALN, e que Áurea não estava morta.

Sobre a questão diz Vanderley Caixe:

“Nunca vi uma polícia tão burra como esta que atuou aqui. Quer dizer, ela começou a criar atritos com áreas que ela não tinha nem que criar atrito (...). Então, de repente, nós tínhamos em nosso favor dezenas de pessoas (...). Por exemplo, eu me lembro que eles iam me tirar uma noite aqui para me levar para o Mato Grosso, eles iam me matar lá pelo caminho. Não mataram por quê? Porque Dom Felício tinha saído daqui, pegou o Dom Agnelo, que era de direita, levou até Brasília para dizer: ‘Olha, eles estão massacrando padres, pessoas e tal, estudantes, em Ribeirão Preto’. (...) A irmã, a mãe Maurina, a maior estupidez que eles podiam ter cometido ali, ter prendido esta mulher. Não tinha dado nenhum. (...) O que acabou criando? Um clima maior da conta. Graças a ela ter sido presa nós estamos vivos. Nós estaríamos mortos, quer dizer, pelo menos três pessoas iriam morrer: eu, a Áurea e o Mário Bugliani.”⁴⁴³

Embora livres da morte, Áurea, Vanderley, Bugliani e muitos outros não se livraram da prisão. No Presídio Tiradentes, para onde foram encaminhados, iniciaram mais uma luta que contou com a participação de religiosos. Vanderley Caixe, junto a frei Beto, frei Ives, frei Fernando, Maurice Politi e Manoel Porfírio organizam uma greve de fome, no ano de 1972, em protesto às precárias condições a que eram sujeitos na Penitenciária. Foram, por isso,

⁴⁴² Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – Lado B.

⁴⁴³ PINHEIRO A. & TOMICOLI. A. *Op. cit.*, p. 128/129.

transferidos para a Penitenciária Regional de Presidente Venceslau e, mais tarde, enquadrados como presos comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 18 de outubro de 1969, um núcleo da FALN foi localizado pela polícia e a partir de então, teve início na Delegacia de Polícia Seccional de Ribeirão Preto um intenso trabalho de busca dos envolvidos, que passariam por interrogatórios e sessões de tortura.

Após um mês, 49 pessoas foram processadas e encaminhadas para o Presídio Tiradentes, em São Paulo. Dentro do Presídio, elas não mais conseguiram se reunir para conversar ou fazer uma reunião de autocrítica. A FALN nunca mais voltaria a ser um grupo. Nas palavras de Sílvio Rego Rangel:

“A gente nunca conseguiu fechar um balanço da organização, a organização acabou na polícia, quando ela chegou no Tiradentes ela já estava dissolvida, certo? Nunca mais se conseguiu unificar um processo de organização, então, nós nunca mais tivemos uma discussão coletiva de um porte maior”.⁴⁴⁴

As justificativas usadas para explicar a inexistência destas reuniões são, primeiro, a distribuição dos membros do grupo por dois Pavilhões diferentes, o que dificultava o contato entre eles; segundo, o fato de Vanderley Caixe – o principal articulador do grupo – ter chegado ao Tiradentes muito abalado, tanto física como psicologicamente, devido às sessões de tortura.

Há que se acrescentar também que quando os membros da FALN foram descobertos, já havia fissuras internas nas relações pessoais, que também dificultaram a volta destes contatos. Ao que tudo indica, as relações de amizade que se mantiveram no Presídio são as mesmas que perduram até hoje. E estas relações de amizade também acabaram guardando semelhanças na análise sobre a atuação do grupo. Ainda assim, o balanço que fazem a respeito das contribuições do grupo os aproxima.

Vanderley Caixe que hoje advoga para presos políticos da América Latina e faz um trabalho de assistência junto aos sem-terras⁴⁴⁵, afirma que a luta da FALN, assim como dos demais grupos de esquerda, ajudou tanto na divulgação das denúncias contra a tortura, como na redemocratização do país. Nas palavras dele:

“Nós estivemos presentes naquela época na luta contra a ditadura, e isso pesou, pesou no curso da história”⁴⁴⁶.

⁴⁴⁴ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Matilde Leone. São Paulo, meados da década de 1980. Fita 3 – Lado B.

⁴⁴⁵ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002. Fita 2 – Lado A.

⁴⁴⁶ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto – SP, 06 de dezembro de 2005.

Sílvio Rego Rangel trabalha hoje com pesquisa de opinião pública para dez gestões do PT e algumas gestões de outros partidos⁴⁴⁷. Para ele, a questão da generosidade é a característica do período que ele julga mais importante de ser destacada. Diz ele:

“Você não estava interessado em nada que fosse pessoal. E, objetivamente, todos estavam botando a vida nisto, então, isso transforma a coisa em outro conteúdo. Eu, pessoalmente, prefiro continuar trabalhando com utopia”.⁴⁴⁸

Luiz Gonzaga da Silva há 11 anos mora em Santa Rita do Passa Quatro (SP) e trabalha como diretor administrativo do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza⁴⁴⁹. Para Luiz Gonzaga, a principal contribuição do grupo foi o fato dele ter obrigado a Igreja Católica local se posicionar, devido à prisão de madre Maurina. Segundo Gonzaga, hoje é mais fácil você tecer considerações críticas sobre a atuação da FALN, mas naquele contexto histórico, a existência do grupo era cabível. Diz ele:

“Hoje, você até toma a liberdade de fazer algumas considerações, porque se você considerar trinta e tantos anos atrás, pela situação histórica do momento, o grupo teve o seu valor, ele teve seu valor, mesmo com a própria dificuldade de você contactar a repressão, quer dizer, ele teve um valor histórico, por isso nós não gostamos quando o Jacob Gorender faz referência até pejorativa”.⁴⁵⁰

Áurea Moretti mora em Ribeirão Preto, lá exerce a profissão de enfermeira e continua lutando junto ao Movimento dos Sem-Terras. Assim como Caixe, ela também fala sobre a contribuição da FALN na luta pela redemocratização do país:

“(…) cumprimos a nossa parte. Podemos andar de cabeça erguida. Se teve falha, como o Vanderley fala, teve a falha, mas nós fomos para a luta. Não nos acomodamos nem na condição de mulher, nem de enfermeira. (...) E é uma democracia capenga das duas pernas que tem o Brasil, mas que é uma democracia, né filha?! É uma democracia”.⁴⁵¹

Alguns anos após sair da prisão, **Mário Bugliani** teve problemas de coração e foi aposentado por invalidez. Ele faleceu em 1989. Quando conversou com Matilde Leone, em meados de 1980, Bugliani defendeu a importância de lutar, tanto naquele momento, como em outros. Disse ele:

“Eu nunca desisti, e não vou desistir mesmo, primeiro porque eu não tenho razão para isso por questão de classe, eu sou operário, eu tenho obrigação de participar disso; e segundo porque eu tenho consciência e mesmo que amanhã eu quisesse deixar, não vai valer nada, quem está marcado é para sempre”.⁴⁵²

⁴⁴⁷ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 2 – Lado A

⁴⁴⁸ Idem, Ibidem.

⁴⁴⁹ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – Lado B

⁴⁵⁰ Idem. Ibidem.

⁴⁵¹ Entrevista de Áurea Moretti para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto – SP, 15 de maio de 2005. Fita 2 – Lado B.

⁴⁵² Entrevista de Mário Bugliani para Matilde Leone. Sertãozinho – SP, meados da década de 1980. Fita 1 – Lado B.

Unidos ou separados pelos pontos de vistas e pela reconstrução da memória, estes personagens tiveram suas trajetórias entrelaçadas em uma história que trazia parte de outras lutas, com outros personagens. Esta pesquisa tentou apresentar parte deles, tendo como objetivo impedir que suas lutas diárias ou seus projetos políticos mais ambiciosos ficassem esquecidos.

ANEXOS
IMAGEM 1

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPENDÊNCIA Del. Polícia- Seccional-Rib. Prêto-
EXEMPLAR DE " O BERRO" APREENDIDO NA RESIDÊNCIA DE LÁZARA GER
DA DOS SANTOS - Ribeirão Prêto.



IMAGEM 2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPENDENCIA Deleseppl. Albeir'ao Prato.....
Um Ampliar de Jornal "O BERRO"



IMAGEM 3



IMAGEM 4



FONTES

A - Fontes Escritas

- 1 - Coleção Brasil Nunca Mais. Processo 65. Arquivo Edgard Leuenroth. IFCH – Unicamp
- 2 - Coleção BNM. Anexos:
 - 2249 – Exemplar de *O Berro*
 - 4442 - Regimento Interno do Campo de Treinamento
 - 4443 – Diário de Campo de Djalma Quirino de Carvalho
 - 4444 – Exemplar de *Prática Revolucionária*
- 3 - Superior Tribunal Militar. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplares de *O Berro*, *Informação Extra*, *Prática Revolucionária* e *Você Deve Saber* – Arquivo Histórico Municipal de Franca.
- 4 - Ata de abertura do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Pontal, 20 de janeiro de 1966. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal.
- 5 - IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – São Paulo. *VI Recenseamento Geral – 1960*.
- 6 - IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – São Paulo. *VII Recenseamento Geral – 1970*.
- 7 - ROLIM, Frei Antônio. *Levantamento Sócio Religioso de Ribeirão Preto*, 1963. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.
- 8 - Dossiê 30 -Z, Pasta 163. Acervo Deops – SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo
- 9 - Dossiê 50-Z, Pasta 9. Acervo Deops – SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- 10 - Dossiê 50-Z, Pasta 298. Acervo Deops – SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- 11 - *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais, 07 de junho de 1998.
- 12 - “Esclarecimento”, *In: SEDOC*, Vol. II (69-70), Cols. 793 – 796.
- 13 - SILVA, Mário A. Medeiros da & BAGATIM, Alessandra. *Documentos e memórias da repressão militar e da resistência política (1964-1982)*. Relatório final de Pesquisa - CNPq, 2003. Orientadora: Maria Lygia Quartim de Moraes.

B – Fontes Orais

Entrevistas realizadas por Alessandra Bagatim

- 1 - Áurea Moretti Pires. Ribeirão Preto - SP, 15 de junho de 2002.
- 2 - Hélio Geraldo de Freitas. Ribeirão Preto - SP, 20 de junho de 2005.
- 3 - Luiz Gonzaga da Silva. Santa Rita do Passa Quatro – SP, 19 de junho de 2005.
- 4 - Mário Lorenzato. Serrana – SP, 16 de maio de 2005.
- 5 - Sílvio Rego Rangel. São Paulo, 18 de maio de 2005.
- 6 - Vanderley Caixe. Ribeirão Preto - SP, 31 de maio de 2002.
- 7 - Vanderley Caixe. Ribeirão Preto – SP, 06 de dezembro de 2005.
- 8 – Vicente Alessi Filho. Ribeirão Preto – SP, 19 de agosto de 2005.

Entrevistas realizadas por Matilde Leone, na segunda metade da década de 1980.

- 1 - Djalma Quirino de Carvalho. São Paulo – SP
- 2 - Guilherme Simões Gomes. Ribeirão Preto - SP
- 3 - Magno Dadonas. São Paulo - SP, 04 de janeiro de 1986.
- 4 - Mário Bugliani. Sertãozinho - SP
- 5 - Mário Lorenzato – Ribeirão Preto – SP
- 6 - Nazareno ciavata – Ribeirão Preto - SP
- 7 - Néelson Agenor Tonetto. Ribeirão Preto – SP
- 8 - Paulo Otávio de Azevedo Júnior. São Paulo - SP
- 9 - Said Issa Halah – Ribeirão Preto - SP
- 10 - Sílvio Rego Rangel – São Paulo – SP
- 11 - Vanderlei Fontellas. Ribeirão Preto - SP
- 12 - Vanderley Caixe. São Paulo - SP, 17 de janeiro de 1986.
- 13 - Vicente Alessi. São Paulo – SP

Entrevistas realizadas por Cliff Welch

“Líderes do movimento camponês” – Arquivo Edgard Leuenroth – IFCH/Unicamp

- 1 - Natal Siviero (Fita 144/A)
- 2 - Nazareno ciavata (Fitas 144/B, 144)
- 3 - Antônio Giroto (Fitas 147/148)
- 4 - Arlindo Teixeira (Fitas 149/150)
- 5 - Celso Ibson de Sylos (Fitas 154/155/156/157)

Entrevista de Celso Ibson de Sylos ao *Pró-memória de Batatais*. Museu Histórico e Pedagógico Washington Luiz. Batatais, 04 de agosto de 1990. Fita VHS.

BIBLIOGRAFIA

- ADÃO**, Maria Cecília de Oliveira. *Memória da militância. A resistência feminina ao período militar. (Ribeirão Preto: 1965/1971)*. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Franca, 1999.
- ALMEIDA**, Maria Hermínia & **WEIS**, Luiz. “Carro Zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: *História da vida privada no Brasil 4. Contrastes da intimidades contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- BAGATIM**, Alessandra. *Forças Armadas de Libertação Nacional. O grupo de esquerda armado ribeirão-pretano (1967-1969)*. Monografia. Campinas: Setor de Publicações IFCH – Unicamp, 2002.
- BOTOSSO**, Marcelo. “A guerrilha rural no Brasil pós 1964”. In: *Estudos de História – A Força na Política*. Unesp, Franca, v. 8 – nº 1, 2001.
- _____. *A guerrilha ribeirão pretana: história de uma organização armada revolucionária*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – Franca, 2001.
- CARNEIRO JÚNIOR**, Milton. *Sociedade e política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960-1964)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – Franca, 2002.
- CARVALHO**, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- COSTA**, Luiz Flávio Carvalho. “Prática Política no campo: uma experiência da militância comunista”. In: *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 5, Rio de Janeiro, nov. 1995.
- EBLAK**, Luís. “Zeferino Vaz”. In: AMORIN, Galeano (org.). *Os desbravadores: personalidades que fizeram a história no interior paulista*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.
- GARCIA**, Marco Aurélio. “Contribuições à história da esquerda brasileira”. In: *Em Tempo*, números 76-89, agosto a novembro de 1979.
- GERALDO**, Sebastião. *Comunicação Oral: o resgate da memória proletária em Ribeirão Preto*. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação e Artes. USP, 1990.
- GORENDER**, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- HASSE**, Geraldo. *Maurílio Biagi. O sementeiro do sertão*. [Ribeirão Preto?]: Céu e Terra, 2003.
- LEONE**, Matilde. *Sombras da Repressão. O outono de Maurina Borges*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- MARINO**, Divo. *O populismo radiofônico em Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Gráfica Santo Antônio. 1977.
- MEDEIROS**, Leonilde Servolo. “Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60”. In: MORAES, João Quartim de & ROIO, Marcos Del. (orgs.) *História do Marxismo no Brasil. Visões do Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, vol. 4.

- _____. *A questão da reforma agrária no Brasil - 1955-1964*. Dissertação de Mestrado, USP, 1982.
- MICELI**, Paulo. *Era uma vez em Sertãozinho...* São Paulo: Nobel, 1984.
- MORAES**, João Quartim. "A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observação crítica". In: *Tempo Social*. USP: São Paulo, 1 (2), 2º semestre de 1989.
- PANDOLFI**, Dulce. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PAULINO**, Leopoldo. *Tempo de Resistência*. Ribeirão Preto: Ed. COC, 2004.
- PINHEIRO**, Ana Paula Araújo & **TOMICIOLI**, Ana Regina Bula. *O preço da luta – a igreja católica como ponto de partida*. Bauru, 1999. Mimeo.
- PRINS**, Gwyn. "História Oral". In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS**. *Perfil dos atingidos*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.
- PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS**. *Brasil: Nunca Mais. Um relato para a história*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985.
- REIS FILHO**, Daniel Aarão. "Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória". In: *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- _____. "Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964". In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.) *História do Marxismo no Brasil. Volume V*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.
- _____. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI**, Marcelo. "Que história é essa?" In: *Versões e ficções: o seqüestro da história*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 1997.
- _____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- ROSA**, Lílian Rodrigues de Oliveira. *Comunistas em Ribeirão Preto, 1922 – 1947*. Franca: Unesp/Franca, 1999.
- SALES**, Jean. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Texto de qualificação. Unicamp – Campinas, 2005.
- SANTOS**, Raimundo e **COSTA**, Luiz Flávio Carvalho. "Camponeses e política no pré-64". In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº. 8, abril de 1997.
- SERBIN**, Kenneth. *Diálogos nas Sombras – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

WALKER, Thomas & **BARBOSA**, Agnaldo de Souza. *Dos coronéis à metrópole. Fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WELCH, Cliff. *The seed was planted. The São Paulo roots of brazil's rural labor movement, 1924 – 1964*. Liverpool: Liverpool University Press, 1999.

WELCH, Cliff & **GERALDO**, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista. Memórias de Irineu de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.